

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 5268.2025.AC 30.PE.90945.SAD.BOMBEIROS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90945.2025
SEI Nº 3900000160.000044/2025-53

PREÂMBULO

O Estado de Pernambuco, por intermédio da SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, através da Pregoeira Solange Maria de Albuquerque Ramos Nazaré, designada por Portaria publicada no Diário Oficial do Estado de Pernambuco, em atendimento ao Documento de Abertura de Processo Licitatório (doc. SEI nº 77286902), e com a respectiva autorização do Comandante Geral do Corpo de Bombeiros Militar de Pernambuco, estabelece as condições para a abertura da licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo MENOR PREÇO UNITÁRIO/POR ITEM, para REGISTRO DE PREÇOS, de acordo com a Lei Federal nº 14.133/21, a Lei Complementar nº 123/06 e os Decretos Estaduais nº 54.142/2022 e nº 54.700/2023, e respectivas alterações, aplicando-se subsidiariamente as demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.

1. DO OBJETO

- 1.1. A presente licitação tem como objeto a formação de Ata de Registro de Preços para o fornecimento eventual de Auto Salvamento Pesado Especial, conforme especificações e quantitativos previstos no Termo de Referência (Anexo I), visando atender às demandas do Corpo de Bombeiros Militar de Pernambuco – CBMPE.
- 1.2. A utilização da Ata de Registro de Preços por órgãos e entidades não participantes da presente licitação obedecerá aos quantitativos estimados, prazos, limites e demais condições estabelecidas na minuta da Ata de Registro de Preços, constante do Anexo III deste Edital.
- 1.3. O objeto desta licitação será dividido em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência (Anexo I), facultando-se à licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2. DA DESPESA E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

- 2.1. A despesa total com a execução do objeto desta licitação é estimada em R\$ 12.523.575,00 (doze milhões, quinhentos e vinte e três mil, quinhentos e setenta e cinco reais), distribuído na forma indicada no Termo de Referência.

2.2. As despesas decorrentes desta licitação estão incluídas no orçamento do Estado de Pernambuco, para o presente exercício, na classificação abaixo:

Elemento de Despesa: 44905252

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.1.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.2. É obrigação do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. A não observância dessa obrigação poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.3 A participação no processo licitatório implica na aceitação, pelo licitante, do seu cadastro também no sistema PE-INTEGRADO, para fins de integração do compras.gov.br com os sistemas utilizados pelo Poder Executivo Estadual.

3.4. Não poderão participar desta licitação:

3.4.1. Pessoa física ou jurídica impedida de licitar e contratar com a Administração Direta e Indireta do Estado de Pernambuco, nos termos do art. 156, III e § 4º, da Lei nº 14.133/2021, e do art. 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, durante o prazo da sanção aplicada ou até que seja promovida sua reabilitação;

3.4.2. Pessoa física ou jurídica suspensa temporariamente de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, nos termos do art. 87, III, da Lei federal nº 8.666, de 1993;

3.4.3. Pessoa física ou jurídica declarada inidônea para licitar ou contratar com toda a Administração Pública, nos termos do art. 156, IV e §5º, da Lei 14.133/2021, e do art. 87, IV, da Lei Federal nº 8.666, de 1993, durante o prazo da sanção aplicada ou até que seja promovida sua reabilitação;

3.4.4. Pessoa física ou jurídica que tenha sido proibida de contratar com o Poder Público em razão de condenação por ato de improbidade administrativa, nos termos do artigo 12 da Lei Federal nº 8.429/1992;

3.4.5. Licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante;

3.4.6. Pessoa física ou jurídica enquadrada nas vedações previstas no art. 14 da Lei nº 14.133/21;

3.4.7. Pessoa jurídica cujo ramo de atividade previsto em estatuto ou contrato social não seja pertinente e compatível com o objeto desta licitação;

3.4.8. Agente público do órgão ou entidade licitante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021;

3.4.9. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

3.4.10. Pessoas Físicas; e

3.4.11. Agricultor Familiar/Produtor Rural.

4. DO CONSÓRCIO

4.1. Não será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio.

5. DA REFERÊNCIA DE TEMPO

5.1. Todas as referências de tempo previstas neste Edital, no Aviso e durante a sessão pública observarão obrigatoriamente o horário de Brasília – DF.

5.2. As sessões serão iniciadas em dias úteis.

5.2.1. Serão considerados como dias não úteis os sábados, domingos, feriados nacionais, estaduais e demais feriados e pontos facultativos publicados em Diário Oficial que influam no horário de funcionamento do órgão licitante.

5.2.2. Sessões já iniciadas poderão ser suspensas, cabendo ao Pregoeiro informar, através do Sistema, a data e horário para retomada.

5.2.3. Os prazos para encaminhamento da proposta e dos documentos de habilitação digitalizados serão computados em horas corridas.

5.2.4. Em caso de suspensão, quando da retomada da sessão, os prazos concedidos serão restituídos por tempo igual ao que faltava para sua complementação.

5.3. Havendo calamidade pública, fato relevante devidamente justificado ou necessidade de adequação de horário por motivos de administração interna, os horários previstos no item 5.2 poderão ser alterados, cabendo ao Pregoeiro informar previamente às licitantes a alteração e a nova data e horário para retomada, através do sistema.

6. DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

6.1. Qualquer pessoa é parte legítima para apresentar pedido de esclarecimento ou impugnar este Edital, devendo protocolar o pedido, por meio do e-mail indicado na folha de rosto anexa a este Edital, em até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para a abertura da sessão pública.

6.2. As respostas aos pedidos de esclarecimento ou às impugnações vincularão os participantes e a Administração e serão divulgadas no Sistema pelo Pregoeiro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data de abertura do certame.

6.3. A impugnação não possui efeito suspensivo, exceto em situações excepcionais devidamente motivadas pelo Pregoeiro.

6.4. Acolhida a impugnação, será republicado o Edital com as mesmas formalidades de sua publicação original e, conforme o caso, será definida nova data para realização do certame.

6.5. Não serão conhecidas impugnações apresentadas intempestivamente ou em desacordo com as regras estabelecidas neste Edital.

7. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA INICIAL

7.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

7.2. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

7.2.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

7.2.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

7.2.3. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

7.2.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.3. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.4. A licitante enquadrada Microempresa – ME, Empresa de Pequeno Porte – EPP Microempreendedor Individual (MEI) deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos nos artigos 3º e 18 –A da Lei Complementar nº 123, de 2006, e os requisitos de habilitação deste edital, mesmo que tenha restrição na documentação comprobatória da regularidade fiscal e trabalhista estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

7.4.1. Nos itens exclusivos ou reservados à participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

7.4.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

7.5. A falsidade da declaração de que trata os itens 7.2 ou 7.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

7.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

7.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

7.9. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

7.9.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

7.9.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

7.10. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

7.10.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

7.10.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

7.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 7.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

7.12. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

7.13. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

8. DA ABERTURA E DO PROCESSAMENTO DA LICITAÇÃO

8.1. A licitação será realizada em sessão pública, por meio da Internet, mediante condições de segurança, criptografia e autenticação, em todas as suas fases.

8.2. Durante a sessão pública, a comunicação entre o Pregoeiro e as licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

8.3. Cabe à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública da licitação, ficando responsável por eventuais ônus decorrentes da perda de negócios causada pela inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou por motivo de desconexão.

8.4. A abertura da sessão pública ocorrerá na data e horário indicados na folha de rosto anexa a este Edital, com a divulgação das propostas de preços recebidas, na forma prevista neste instrumento convocatório.

8.5. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

8.5.1. O Pregoeiro poderá suspender a sessão pública para a análise dos documentos relativos às garantias de proposta apresentadas pelas licitantes.

8.6. Será desclassificada a proposta que contenha elementos que permitam a sua identificação.

8.7. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

8.8. Somente as licitantes com propostas classificadas participarão da fase de lances.

9. DA FASE DE LANCES

9.1. Aberta a etapa competitiva, os representantes das licitantes classificadas deverão estar conectados ao sistema eletrônico e poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

9.1.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

9.1.2. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

9.1.3. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 0,01% (um centésimo por cento).

9.1.4 O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

9.2. Caso a licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

9.3. O sistema eletrônico não identificará o autor dos lances aos demais participantes.

9.4. A licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ela ofertado e registrado no sistema.

9.5. Durante o transcurso da sessão, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado.

9.6. Não serão aceitos dois ou mais lances iguais provenientes de licitantes distintas, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

9.7. Salvo se houver evidente erro material, não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se a licitante desistente às penalidades estabelecidas neste Edital.

9.8. Se ocorrer a desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

9.9. No caso de a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos a sessão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes no endereço www.gov.br/compras, salvo na situação prevista no item 9.8.

9.10. Na situação acima, o reinício deve acontecer no turno seguinte ao da sessão suspensa, salvo em caso de impossibilidade, hipótese na qual a comunicação aos participantes deve ocorrer com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas.

9.11. O procedimento da etapa de lances seguirá de acordo com o modo de disputa aberto, conforme Termo de Referência).

9.12. A etapa de lances públicos e sucessivos terá duração de 10 (dez) minutos e, após esse prazo, será prorrogada automaticamente pelo sistema se houver oferta de lance nos últimos 02 (dois) minutos do período de duração.

9.12.1. A prorrogação automática de que trata o item 9.12 será de 02 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

9.13. Na hipótese de não haver novos lances na forma prevista nos itens 9.12.1, a sessão pública será encerrada automaticamente e o sistema ordenará e divulgará os lances em ordem crescente de classificação.

9.14. Definido o melhor lance, se a diferença em relação ao lance classificado em segundo lugar for de pelo menos 5%, o Pregoeiro poderá admitir, por uma única vez, o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

9.15. Após o reinício previsto no item acima, as licitantes serão convocadas para apresentar lances intermediários, podendo optar por manter o seu último lance, ou por ofertar lance de valor inferior ou percentual de desconto superior.

9.16. Encerrada a etapa de que trata o item 9.15, o sistema ordenará e divulgará os lances em ordem crescente de vantajosidade, que se dará, conforme o critério de julgamento previsto neste edital.

10. DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

10.1. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, se houver, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

10.1.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

10.1.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

10.1.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

10.1.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

10.2. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

10.2.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

10.2.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

10.2.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei, conforme regulamento;

10.2.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

10.2.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

10.2.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

10.2.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado de Pernambuco;

10.2.2.2. empresas brasileiras;

10.2.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

10.2.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

10.2.3. Persistindo o empate, caso as regras previstas nos itens acima não solucionem o desempate, será realizado sorteio em sessão pública.

11. DA NEGOCIAÇÃO

11.1. Após o encerramento da fase de disputa, o Pregoeiro deverá negociar os preços apresentados pelas licitantes, podendo encaminhar contraproposta diretamente àquela que tenha apresentado o lance mais vantajoso, observado o critério de julgamento e o valor máximo estimado para a contratação.

11.2. A negociação será realizada por meio do sistema eletrônico, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

11.2.1. O resultado da negociação será registrado na ata da sessão pública e divulgado a todos os licitantes.

11.3. Se, após a negociação, a licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar não oferecer proposta compatível com o valor máximo do orçamento estimado, será desclassificada da licitação, sem prejuízo da aplicação da penalidade cabível.

11.4. Os preços finais, unitários e totais, propostos pelos licitantes não poderão ultrapassar o preço unitário e global estimado pela Administração, sob pena de desclassificação da proposta.

11.4.1. No critério de julgamento pelo maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar o valor máximo do orçamento estimado.

11.5. No caso previsto no item 11.3, o Pregoeiro buscará negociar com as licitantes subsequentes, na ordem de classificação, buscando obter proposta com valor, no mínimo, igual ao previsto no orçamento estimado.

11.6. O sistema eletrônico informará a proposta de menor preço ou maior desconto imediatamente após o encerramento da etapa de lances ou, quando for o caso, após negociação promovida pelo Pregoeiro.

12. DA CONVOCAÇÃO DA LICITANTE CLASSIFICADA PROVISORIAMENTE EM PRIMEIRO LUGAR

12.1. Após a negociação e antes da convocação da licitante para apresentar a proposta adequada ao último lance, o Pregoeiro verificará se ela se enquadra em uma das vedações previstas no item 3.3 deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame, mediante consulta ao e-fisco, PE-Integrado, Compras.Gov.Br, Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP).

12.1.1. A inscrição da licitante no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP será impeditiva apenas nos casos em que o efeito da sanção apontada no referido cadastro representar óbice à participação em licitações e contratações do Estado de Pernambuco.

12.1.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, nos termos do art.12 da Lei nº 8.429, de 1992.

12.1.3. Caso reste configurada a ocorrência de alguma das vedações elencadas no item 3.3 deste edital, será declarado o impedimento de sua participação na presente licitação, devendo o Pregoeiro repetir este procedimento, convocando as licitantes subsequentes, de acordo com a ordem de classificação.

12.2. A licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar será convocada para apresentar a PROPOSTA DE PREÇO ADEQUADA AO ÚLTIMO LANCE, devidamente preenchida na forma do Modelo de Proposta de Preços (Anexo I do TR), bem como os DOCUMENTOS EXIGIDOS PARA A HABILITAÇÃO DIGITALIZADOS, para fins de exame de aceitabilidade do preço e de sua habilitação.

12.3. Os documentos deverão ser incluídos no Sistema no prazo de 02 (duas) horas corridas, contado a partir da convocação do Pregoeiro.

12.4. O prazo de que trata o item 12.3 poderá ser prorrogado por igual período, antes do término do prazo originalmente previsto, mediante solicitação da licitante ou de ofício, a critério do Pregoeiro.

12.5. Recomenda-se que as licitantes iniciem a sessão de abertura da licitação com todos os documentos necessários à classificação/habilitação previamente digitalizados.

12.6. A licitante responsabilizar-se-á pela documentação encaminhada, assumindo como verdadeiras suas propostas, declarações e atestados.

12.7. Os arquivos encaminhados deverão estar legíveis.

12.8. Caberá à licitante confirmar o recebimento pelo Pregoeiro dos documentos encaminhados pelo sistema, responsabilizando-se pelo ônus decorrente da perda de negócios causada pela inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Pregoeiro no sistema.

12.9. A licitante que abandonar o certame, deixando de encaminhar a proposta e/ou documentos de habilitação DIGITALIZADOS, no todo ou em parte, no prazo previsto no item 12.3, será desclassificada ou inabilitada do certame, conforme o caso, e sujeitar-se-á às sanções previstas neste Edital.

12.10. A sessão será suspensa para aguardo da proposta de preços e dos documentos de habilitação, cabendo ao Pregoeiro informar, através do sistema eletrônico, a data e o horário para retomada da licitação e divulgação da aceitabilidade da proposta e do resultado da habilitação.

13. DA ANÁLISE DA PROPOSTA

13.1. O Pregoeiro examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade do preço ofertado com o valor estimado e à compatibilidade do objeto com as especificações técnicas do edital.

13.1.1. O Pregoeiro poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal do Estado de Pernambuco ou de pessoas físicas ou jurídicas com a expertise necessária, contratados para este fim.

13.2. Eventuais falhas formais ou materiais da proposta, como erros no preenchimento da planilha ou outros que não impedem a caracterização do objeto e o fornecimento dos bens nos termos desta licitação, não constituem motivo para a desclassificação da proposta e deverão ser corrigidos pela licitante.

13.2.1. Os ajustes da proposta não poderão implicar alteração de sua substância nem aumento do seu valor global.

13.2.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

13.2.3. O Pregoeiro poderá fixar prazo para o reenvio do anexo contendo a proposta ajustada quando o preço total ofertado for aceitável, mas os preços unitários que o compõem necessitem de ajustes para adequação aos valores estimados.

13.2.4. No caso de discrepância entre valores grafados em algarismos e por extenso, prevalecerá o valor por extenso

13.2.5. No caso de erro de multiplicação do preço unitário pela quantidade correspondente, o produto será retificado, mantendo-se inalterados o preço unitário e a quantidade.

13.2.6. No caso de erro de somatório, a adição será retificada, mantendo-se inalteradas as parcelas.

13.2.7. No caso de erros de transcrição das quantidades previstas para o fornecimento, o produto será corrigido devidamente, mantendo-se o preço unitário e se corrigindo a quantidade e o preço total.

13.3. Para a análise da compatibilidade do objeto com as especificações técnicas do edital, a licitante deverá anexar à proposta folders, catálogos e/ou prospectos do produto objeto da licitação, na forma e no prazo estipulado no item 12.2 deste edital

13.3.1. A não apresentação dos documentos referidos no item 13.3 será causa de desclassificação da proposta do licitante, se não houver o saneamento hábil em sede de diligência na forma do item 13.5, e).

13.4. Na análise da proposta não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

13.5. Serão desclassificadas as propostas que:

- a) não obedeçam às especificações técnicas previstas neste Edital;
- b) permaneçam com valores unitários ou global superiores aos estimados, após a negociação de que trata o item 11;
- c) contenham preços manifestamente inexequíveis ou não tenham sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- d) apresentem vício ou desconformidade insanável com quaisquer outras exigências deste Edital;
- e) contenham falhas, apontadas pelo Pregoeiro, não corrigidas nem justificadas, mesmo após a oportunidade de saneamento de que trata o item 16 deste Edital;
- f) apresentem valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da licitante, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.

13.6. Considerar-se-á indício de inexequibilidade de proposta valores inferiores a 50% do valor estimado para contratação.

13.6.1. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, o Pregoeiro deverá, por meio de diligência, conferir à licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade da sua proposta.

13.6.2. A inexecuibilidade só ficará comprovada quando, cumulativamente, o custo da licitante ultrapassar o valor da proposta e inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o valor proposto.

13.6.3. A análise de exequibilidade da proposta não considerará materiais e instalações a serem fornecidos pela licitante em relação aos quais conste da proposta renúncia expressa à parcela ou à totalidade da remuneração.

13.7. Não se admitirá proposta que não observe a desoneração do ICMS quando se tratar de hipótese enquadrada na isenção prevista no Decreto Estadual nº 44.650/17 (Convênio ICMS 73/04).

13.8. Na proposta, não poderão ser incluídos pagamentos antecipados de quaisquer etapas ou serviços.

13.9. Se a proposta da licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar não for aceita, o Pregoeiro retomará a sessão pública para convocar as licitantes subsequentes, obedecida a ordem de classificação, a fim de apresentarem proposta de preços e documentos de habilitação, no mesmo prazo e condições do item 12.3, e realizarem a negociação de que trata o item 11, até a apuração de uma que atenda às condições editalícias.

13.10. Quando todas as licitantes forem desclassificadas, o Pregoeiro poderá fixar o prazo de 8 (oito) dias úteis para a apresentação de novas propostas escoimadas das causas de desclassificação.

13.11. Classificada a proposta, o Pregoeiro dará início à fase de habilitação da licitante classificada em primeiro lugar, mediante a verificação da documentação exigida neste Edital.

14. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

14.1. A licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar os seguintes documentos, nos termos e prazo previstos neste Edital:

14.2. Habilitação Jurídica:

14.2.1. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

14.2.2. Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

14.2.3. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de

Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

14.2.4. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

14.2.4.1. Sociedades estrangeiras que não funcionem no País devem apresentar documentos de habilitação equivalentes, na forma de regulamento emitido pelo Poder Executivo Federal, inicialmente em tradução livre.

14.2.5. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

14.2.6. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

14.2.7. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

14.2.8. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

14.3. Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista:

14.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

14.3.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, através da Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND), expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa;

14.3.3. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, comprovada através de apresentação de certidão fornecida pela Caixa Econômica Federal;

14.3.4. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual relativo ao domicílio da licitante;

14.3.5. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

14.3.6. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, mediante apresentação de Certidão de Regularidade Fiscal (CRF) emitida pela Secretaria da Fazenda relativa ao domicílio da licitante;

14.3.6.1. Se o domicílio da licitante se localizar fora do Estado de Pernambuco, deverá ser apresentada, adicionalmente, a CRF de Pernambuco.

14.3.7. Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, através de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, de acordo com a Lei nº 12.440/2011 e Resolução Administrativa nº 1.470/2011 do TST.

14.3.8. As microempresas, as empresas de pequeno porte e o Microempreendedor Individual (MEI) deverão apresentar toda a documentação exigida para fins de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que apresente alguma restrição, sendo a comprovação efetiva exigível somente para efeito de contratação, nos termos dos arts. 42 e 43 da LC 123, de 2006 e art. 4º do Decreto Federal 8.538, de 2015.

14.3.9. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal ou trabalhista da Microempresa, da Empresa de Pequeno Porte ou do Microempreendedor Individual, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a proponente for declarada vencedora do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

14.3.10. A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

14.3.11. Caso a licitante esteja em recuperação judicial, estará dispensada da apresentação dos documentos de regularidade fiscal, social e trabalhista, com exceção da certidão de regularidade perante a Previdência Social, nos termos do artigo 52, inciso II, da Lei Federal nº 11.101/2005.

14.3.11.1. Para os fins do disposto no item acima, a licitante deverá apresentar decisão judicial em vigor que autorize o processamento do pedido de recuperação e dispense expressamente as certidões negativas, e comprovar que o respectivo plano de recuperação ainda não foi aprovado e homologado em Juízo.

14.3.11.2. Caso a licitante em recuperação judicial já tenha tido seu plano aprovado e homologado em juízo até a data de abertura da fase de habilitação do certame, a dispensa prevista acima não subsiste e a licitante deverá apresentar todas as certidões de regularidade requeridas neste Edital.

14.4. Qualificação Técnica:

14.4.1. Comprovação de experiência prévia no fornecimento de bens similares ou compatíveis, com características, quantitativos, complexidade tecnológica e operacional equivalentes ou superiores ao objeto desta licitação, ou com o item pertinente, mediante atestado(s) fornecido(s) por pessoa(s) de direito público ou privado ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

14.4.1.1. Será considerado compatível em características o fornecimento de caminhões especializados para bombeiros ou viaturas de salvamento.

14.4.1.1.1. Será considerado compatível com a quantidade o(s) atestado(s) que apresentar (em), no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das quantidades estimadas na licitação para o item.

14.4.1.2. Para fins de aferição do percentual mínimo de 50% (cinquenta por cento) relativo à qualificação técnica, em sendo obtido resultado cujo número possua casas decimais, deverá ser realizado arredondamento para o primeiro menor número inteiro.

14.4.1.3. Será admitido, para fins de comprovação do quantitativo mínimo, o somatório das quantidades descritas em um ou mais atestados apresentados.

14.4.1.4. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

14.4.1.5. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

14.4.1.6. Não serão aceitos atestados emitidos pela licitante, em seu próprio nome, nem qualquer outro em desacordo com as exigências do Edital.

14.4.1.7. A licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

14.4.1.8. Será admitida a apresentação de atestados relativos a potencial subcontratado em relação à parcela do fornecimento de instalação, adaptação e implementação de equipamentos específicos, bem como a aplicação de sinalização visual e sonora, cuja subcontratação foi expressamente autorizada no TR.

14.5. Qualificação Econômico-Financeira:

14.5.1. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de sociedade simples;

14.5.2. Certidão Negativa de Falência, expedida pelo distribuidor ou distribuidores (caso exista mais de um) da sede ou domicílio da licitante;

14.5.2.1. Certidão Negativa de Falência referente aos processos distribuídos pelo PJe (processos judiciais eletrônicos) da sede ou domicílio da licitante;

14.5.2.2. A certidão descrita no item 14.5.2.1 somente é exigível quando a certidão negativa de Falência da sede ou do domicílio da licitante contiver a ressalva expressa de que não abrange os processos judiciais eletrônicos.

14.5.2.3. No caso de Certidão Positiva de Falência, a licitante será inabilitada, salvo se restar comprovado que não houve decisão judicial válida e eficaz decretando a falência da empresa.

14.5.3. Comprovação de Capital Social ou Patrimônio Líquido Mínimo correspondente a 5% (cinco por cento) do valor estimado da licitação para o item.

14.5.4. Para fins de comprovação de Patrimônio Líquido e dos índices contábeis, a licitante deverá apresentar Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis dos últimos 2 (dois) exercícios sociais, exigíveis e apresentados na forma da lei (incluindo o termo de abertura e termo de encerramento), devendo cumprir a qualificação em ambos os exercícios, salvo quando a licitante tiver sido constituída há menos de 02 (dois) anos, hipótese na qual tais documentos limitar-se-ão ao último exercício financeiro.

14.5.5. Os balanços e demonstrações devem conter os registros ou autenticação no órgão competente e estar devidamente assinados pelo administrador da empresa e pelo profissional habilitado junto ao Conselho Regional de Contabilidade – CRC, e vir acompanhados dos termos de abertura e de encerramento.

14.5.6. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura, conforme art. 65, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14.6. Declarações complementares:

14.6.1. Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, de acordo com o modelo estabelecido no Anexo II deste Edital.

14.6.2. Declaração de cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, de acordo com o modelo estabelecido no Anexo II deste Edital.

14.6.3. Declaração de que não possui em seu quadro societário ou de pessoal agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante, nos termos do art. 9º, §1º da Lei 14.133/2021, de acordo com o modelo estabelecido no Anexo II deste Edital

14.6.4. Declaração de que não incorre em qualquer uma das vedações impostas no art. 14 da Lei 14.133/2021 aplicáveis ao objeto da presente licitação, de acordo com o modelo estabelecido no Anexo II deste Edital.

14.6.5. Declaração de que atende às disposições da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), conforme determinação da Lei Estadual nº 18.671/2024, de acordo com o modelo estabelecido no Anexo II deste Edital.

14.7. Das regras gerais relativas aos documentos de habilitação:

14.7.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

14.7.1.1. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

14.7.1.2. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

14.7.1.3. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

14.7.1.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

14.7.1.5. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

14.7.1.6. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

14.7.1.7. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

14.7.2. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

14.7.3. Quando da convocação da licitante para apresentação dos documentos de habilitação, a qualquer tempo, os documentos relativos à habilitação jurídica, à qualificação técnica e à qualificação econômico-financeira deverão remontar à data da sessão de abertura do certame, demonstrando-se que, à época da licitação, a licitante reunia as condições de habilitação.

14.7.3.1. Se os documentos indicados no item 14.7.3, na data da convocação, encontrarem-se com prazo de validade expirado, ou tenham sofrido alterações, devem ser também apresentados novos documentos que comprovem a manutenção das condições de habilitação;

14.7.4. Os documentos de regularidade fiscal, social e trabalhista, previstos no item 14.3, devem encontrar-se válidos na data da convocação.

14.7.5. Inexistindo preceito legal ou prazo de validade fixado no próprio instrumento, os documentos/certidões serão considerados válidos por um período de 90 (noventa) dias contados da sua emissão, exceto quando se tratar de Certidão Negativa de Falência, que terá validade de 180 (cento e oitenta) dias da sua expedição.

14.7.5.1. Caso haja previsão de prazo diverso em lei ou em norma infralegal municipal, de outros estados da federação ou internacional, a licitante ficará responsável por juntar a respectiva comprovação.

14.7.6. Não será aceito qualquer protocolo de entrega ou de solicitação de documentos em substituição aos documentos relacionados neste Edital.

14.7.7. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira poderá ser substituída pelo Certificado de Registro de Fornecedor emitido pelo CADFOR-PE, desde que os documentos contemplados estejam dentro do prazo de validade, ou pelo certificado de registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, nos termos do regulamento próprio.

14.7.8. Para fins de habilitação, a verificação dos documentos pelo Pregoeiro nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova.

14.7.9. Em caso de participação de licitantes estrangeiras que não funcionem no país, as exigências de habilitação serão atendidas mediante a apresentação de documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

14.7.9.1. Caso seja vencedora a licitante estrangeira que não funcione no país, será exigido, como condição para assinatura do contrato, que os documentos apresentados sejam traduzidos por tradutor juramentado e consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

14.7.9.2. A autenticação consular ou em embaixada será dispensada quando se tratar de documento público e o respectivo país for signatário da Convenção de Haia, sendo, neste caso, necessário apenas o apostilamento do documento em cartório, nos termos do disposto no Decreto Federal nº 8.660/2016.

14.7.10. Será inabilitada a licitante que apresentar declaração ou documentação falsa, que deixar de apresentar quaisquer documentos exigidos ou apresentá-los em desacordo com as exigências deste Edital, ressalvadas as restrições relativas à regularidade fiscal e trabalhista das Microempresas, Empresas de Pequeno Porte, Microempreendedores Individuais ou equiparadas, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, e o disposto no subitem 14.7.7.

14.7.11. Habilitada a licitante, o Pregoeiro encaminhará todos os documentos apresentados para fins de inscrição da licitante no CADFOR ou de atualização do respectivo registro cadastral, se já houver.

14.7.11.1. É obrigação da licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais e manter atualizados os documentos em seu registro no CADFOR até a homologação do certame, sob pena de decair do direito à contratação.

14.7.12. Em caso de participação de cooperativas, as regras de habilitação serão as seguintes:

14.7.12.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

14.7.12.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

14.7.12.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

14.7.12.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

14.7.12.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

14.7.12.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

14.7.12.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

15. DA DECLARAÇÃO DA LICITANTE VENCEDORA

15.1. Verificado o atendimento das exigências de habilitação fixadas neste Edital, a(s) licitante(s) será(ão) declarada(s) vencedora(s) em sessão pública.

15.2. Na hipótese de a licitante não atender às exigências de habilitação, o Pregoeiro retornará o processo à fase de negociação para exame das ofertas subsequentes e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital de licitação.

15.3. Após análise de todas as propostas, na hipótese de não haver licitante classificada que atenda às exigências de habilitação, o Pregoeiro poderá conceder o prazo de 8 (oito) dias úteis para que as licitantes classificadas apresentem nova documentação escoimada das causas da inabilitação, observada a ordem de classificação.

16. DO SANEAMENTO DA PROPOSTA E DA HABILITAÇÃO

16.1. Durante as fases de julgamento e de habilitação, o Pregoeiro, mediante decisão fundamentada, poderá realizar diligências para sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e a validade jurídica dos documentos de habilitação, devendo registrá-las em ata acessível aos licitantes.

16.2. Fica vedada a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

- a) complementação de informações ou esclarecimentos adicionais acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes;
- b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado;
- c) comprovação de situação fática preexistente à época da abertura do certame.

16.2.1. Para os fins do disposto na alínea “c”, é lícita a juntada de certidão ou atestado não anexados à documentação originalmente apresentada, desde que tenham data anterior à abertura do certame ou se refiram inequivocamente a condição adquirida pelo licitante antes da abertura do certame.

16.2.2. Na falta de documentos de habilitação que consistam em mera declaração da licitante sobre fato preexistente ou em simples compromisso por ela firmado, poderá ser concedido prazo para saneamento da falha.

16.3. A realização de diligências não confere à licitante novo prazo ou oportunidade de obter condição ou requisito que antes não detinha, nem autoriza o Pregoeiro a fazer exigências novas não previstas no edital.

16.4. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares à proposta e à habilitação, os documentos deverão ser apresentados em formato digital, via sistema, no prazo de 01 (um) dia útil.

16.5. Sendo necessária a suspensão da sessão pública para a realização de diligências, o reinício se dará mediante aviso prévio no sistema COMPRAS.GOV, com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

17. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

17.1. Após a declaração do(s) vencedor(es), qualquer licitante inconformada com o resultado poderá manifestar, ao final da sessão pública, a intenção de recorrer contra o julgamento das propostas ou a habilitação ou inabilitação de licitantes, através de campo próprio do sistema eletrônico, sendo-lhes então concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para anexar no sistema eletrônico memoriais contendo as razões recursais.

17.1.1. A intenção de recorrer deverá ser registrada no sistema em até 10 (dez) minutos após a declaração do vencedor.

17.1.2. A falta de manifestação imediata da intenção recursal importará preclusão e a adjudicação do objeto à licitante vencedora.

17.2. Os demais interessados ficam, desde logo, intimados a apresentar contrarrazões no prazo de 03 (três) dias úteis, que começarão a correr após o término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

17.3. As razões do recurso e das contrarrazões deverão ser anexadas em campo próprio do sistema eletrônico.

17.4. O recurso terá efeito suspensivo até a decisão final da autoridade competente e o seu acolhimento importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

17.5. As razões do recurso serão dirigidas ao Pregoeiro, que, no prazo de 03 (três) dias úteis, poderá reconsiderar sua decisão ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso à autoridade superior, devidamente motivado, para decisão final no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.

17.6. A decisão dos recursos deverá ser divulgada no sistema Compras.gov.br

17.7. Não serão conhecidos recursos apresentados em desacordo com as regras estabelecidas neste item ou fora do prazo e horário legal ou, ainda, subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente.

17.8. Decididos os recursos, a autoridade competente fará a adjudicação do objeto da licitação à licitante vencedora.

17.9. Verificada a regularidade dos procedimentos, o Pregoeiro encaminhará o processo à autoridade competente para a homologação.

18. DO CADASTRO DE RESERVA

18.1. Após a adjudicação, as demais licitantes que concordem em reduzir seus preços ao valor da proposta da licitante vencedora poderão integrar cadastro de reserva, obedecida a ordem de classificação no certame.

18.2. O cadastro de reserva será incluído como anexo da ata e poderá ser acionado quando:

18.2.1. houver recusa injustificada do adjudicatário em assinar a ata;

18.2.2. houver o cancelamento parcial ou integral da ata, nos termos do caput do art. 38 do Decreto Estadual nº 54.700/2023.

18.3. A análise dos documentos de habilitação das licitantes que integram o cadastro de reserva será efetuada apenas na eventualidade de serem convocadas para assinatura da ata.

18.4. A aceitação de eventual convocação é facultativa e a recusa em assinar a ata não gera para os integrantes do cadastro de reserva a aplicação de qualquer sanção administrativa.

19. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

19.1. Após a homologação do resultado desta licitação, a adjudicatária será convocada para assinar a Ata de Registro de Preços (Anexo III), no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da convocação, sob pena de decair o direito à contratação.

19.2. O prazo para assinatura da Ata poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, desde que haja solicitação da adjudicatária antes do decurso do prazo assinalado e ocorra motivo justo, aceito pelo Órgão Gerenciador.

19.3. No ato da assinatura da Ata de Registro de Preços, a adjudicatária, se for o caso, deverá apresentar documento de procuração, devidamente reconhecido em cartório, que habilite o seu representante a assinar o instrumento em nome da empresa.

19.4. A recusa injustificada em assinar a Ata dentro do prazo estabelecido enseja a aplicação das penalidades estabelecidas neste Edital, a perda da garantia de proposta, quando houver, e autoriza a Administração a acionar o cadastro de reserva, se houver.

19.5. Poderá ser acrescentada à Ata de Registro de Preços vantagem apresentada pela licitante vencedora em sua proposta, desde que seja pertinente e compatível com os termos deste Edital, que não represente quaisquer ônus para a Administração e que a respectiva aceitação esteja devidamente fundamentada.

20. DO CONTRATO

20.1. A eventual contratação do Detentor da Ata deverá ser formalizada dentro do prazo de vigência da Ata, mediante instrumento contratual, conforme modelo constante do Anexo IV.

20.2. Após a homologação da licitação, a adjudicatária será convocada para assinatura do termo de contrato no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da convocação, sob pena de decair o direito à contratação.

20.2.1. O prazo para assinatura do termo de contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação da adjudicatária e desde que ocorra motivo justo, aceito pelo contratante, e que seja formulada antes do decurso do prazo assinalado.

20.2.2. Se o instrumento de contrato não for assinado pelo representante legal do contratado, deverá ser apresentada procuração, devidamente reconhecido em cartório, com poderes que habilite o mandatário que habilitem a assinar o instrumento.

20.3. Por ocasião da convocação para assinatura do contrato, a contratante deverá consultar a regularidade da adjudicatária no CADFOR, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep).

20.3.1. Se houver pendência documental no CADFOR e não for possível atualiza-lo por meio de consulta aos sítios eletrônicos oficiais, a adjudicatária será notificada para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade mediante a apresentação das respectivas certidões vigentes, sob pena de decair do direito à contratação.

20.4. O não comparecimento injustificado da adjudicatária, a não apresentação dos documentos exigidos como requisito de contratação e a desatualização de seus documentos de habilitação no CADFOR importará na recusa à contratação, sujeita à aplicação das penalidades previstas neste Edital e à perda da garantia da proposta, quando houver, nos termos do item 21.1.2.

20.4.1 Na hipótese do item 20.4, a adjudicação poderá ser anulada e retomado o procedimento licitatório, a fim de que o Pregoeiro retorne à fase de negociação para exame das ofertas subsequentes, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital de licitação e seja declarada uma nova adjudicatária.

20.5. Poderá ser acrescentada ao contrato vantagem apresentada pela licitante vencedora em sua proposta, desde que seja pertinente e compatível com os termos deste Edital, não represente quaisquer ônus para a Administração e a respectiva aceitação esteja devidamente fundamentada.

21. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

21.1. Comete infração administrativa, nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, a licitante ou a adjudicatária que:

21.1.1. convocada dentro do prazo de validade da proposta, não comparecer para assinar a Ata de Registro de Preços ou o instrumento contratual ou para retirar a Ordem de Fornecimento e respectiva nota de empenho;

21.1.2. deixar de entregar documentação exigida durante a licitação ou para fins de assinatura da Ata ou do contrato, inclusive a garantia da proposta ou de execução contratual;

21.1.3. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta, em especial quando:

21.1.3.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

21.1.3.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

21.1.3.3. desistir dos lances ofertados, a menos que haja erro material reconhecido;

21.1.3.4. desistir da proposta após encerrada a etapa competitiva ou der causa à sua desclassificação ao não oferecer, mesmo após negociação, proposta compatível com o valor máximo do orçamento estimado;

21.1.3.5. apresentar proposta em desacordo com as especificações do edital.

21.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

21.1.5. fraudar a licitação;

21.1.6. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

21.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

21.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

21.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

21.1.8. cometer fraude de qualquer natureza;

21.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

21.2. As licitantes ou adjudicatárias que incorram em infrações sujeitam-se às seguintes sanções administrativas, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

21.2.1. Multa;

21.2.2. Impedimento de Licitar e Contratar com a Administração Direta e Indireta do Estado de Pernambuco, pelo prazo de até 03 (três) anos;

21.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 03 (três) e máximo de 06 (seis) anos.

21.3. As sanções previstas nos itens 21.2.2 e 21.2.3 poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

21.4. A penalidade de multa será aplicada de acordo com as seguintes regras:

21.4.1. Multa de 1% (um por cento) a 10% (dez por cento) sobre o valor estimado para o item, observado o valor mínimo de 10.000,00 (dez mil reais) e o máximo de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), a ser aplicada a quem cometer a infração prevista no item 21.1.1 deste edital;

21.4.2. Multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) até 1% (um por cento) sobre o valor total do item, observado o valor mínimo de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) e máximo de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), a ser aplicada a quem cometer as infrações previstas nos itens 21.1.2 e 21.1.3 deste edital;

21.4.3. Multa de 10% (dez por cento) até 30% (trinta por cento) sobre o valor estimado para o item nos casos das infrações previstas nos itens 21.1.4, 21.1.5, 21.1.6, 21.1.7, 21.1.8 e 21.1.9 deste edital.

21.5. Além da multa, aplicada, conforme os itens precedentes, será aplicável a penalidade de Impedimento de Licitar e Contratar com a Administração Direta e Indireta do Estado de Pernambuco, nos seguintes casos e condições:

21.5.1. No cometimento da infração prevista no item 21.1.1: de 6 a 12 meses;

21.5.2. No cometimento das infrações previstas nos itens 21.1.2 e 21.1.3: até 6 meses;

21.6. Além da multa, aplicada conforme os itens precedentes, será aplicável a penalidade de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos e descredenciamento no CADFOR-PE, no cometimento das infrações previstas nos itens 21.1.4, 21.1.5, 21.1.6, 21.1.7, 21.1.8 e 21.1.9: de 03 a 6 anos.

21.7. Na fixação das penalidades, dentro das faixas de multa estabelecidas neste Edital, bem como dos prazos previstos nos itens 21.5 e 21.6. deverão ser observadas:

21.7.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

21.7.2. As peculiaridades do caso concreto;

21.7.3. Circunstâncias gerais agravantes ou atenuantes da infração

21.7.4. Os danos para a Administração Pública resultantes da infração;

21.7.5. A vantagem auferida em virtude da infração;

21.7.6. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

21.8. Em caso de cometimento de mesma infração ocorrida no prazo igual ou inferior a 12 (dozes) meses, contados da data de publicação da decisão definitiva da condenação anterior, as faixas de multa e os prazos previstos neste Edital poderão ser majorados em até 50% (cinquenta por cento), observados os limites máximos previstos em lei.

21.9. As penalidades deverão ser registradas no sistema e-fisco, no PE-integrado, no Compras.gov.br, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da decisão definitiva de aplicação da sanção.

21.10. Nenhuma penalidade será aplicada sem o devido Processo Administrativo de Aplicação de Penalidade - PAAP, disciplinado em Decreto Estadual.

21.11. Havendo indícios de cometimento das condutas previstas na Lei Federal nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), a documentação pertinente será encaminhada às autoridades competentes para apuração da conduta típica em questão.

22. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

22.1. A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública constarão de ata, sem prejuízo das demais formas de publicidade.

22.2. As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas às licitantes por qualquer meio de comunicação que comprove o seu recebimento ou, ainda, mediante publicação no sistema ou no Diário Oficial do Estado de Pernambuco.

22.3. A presente licitação poderá ser revogada, por motivo de conveniência e oportunidade, em decorrência de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, ou será anulada, por ilegalidade insanável, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante ato escrito e devidamente fundamentado, nos termos do art. 71 da Lei nº 14.133/2021.

22.4. Constatado vício insanável na licitação, a decisão sobre a suspensão da execução ou sobre a declaração de nulidade do contrato somente será adotada na hipótese em que se revelar medida de interesse público, nos termos do art. 147 da Lei nº 14.133/2021

22.5. Após a adjudicação do objeto, a revogação ou a anulação da licitação somente será efetivada depois de concedido à adjudicatária do prazo de 3 (três) dias úteis para exercício do direito ao contraditório e à ampla defesa.

22.5.1. Da decisão da autoridade de anular ou revogar o certame caberá recurso, no prazo de 03 (três) dias úteis para a autoridade máxima do órgão ou entidade responsável.

22.6. As licitantes não terão direito à indenização em decorrência da revogação, cabendo, em caso de anulação, o dever de indenizar o contratado pelo que houver executado até a data em que for declarada ou tornada eficaz, bem como por outros prejuízos regularmente comprovados, desde que não lhe seja imputável.

22.7. A participação das licitantes nesta licitação implica a aceitação de todos os termos deste Edital.

22.8. Em caso de divergência entre o Termo de Referência e o Edital de Licitação, prevalece o Edital.

22.9. Em caso de discordância existente entre as especificações do objeto a ser licitado descritas no sistema Compras.gov.br e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão as últimas.

22.10. Constituem anexos deste instrumento convocatório, dele fazendo parte integrante:

- a) Anexo I – Termo de Referência (com seus respectivos anexos, inclusive Modelo de Proposta);
- b) Anexo II – Declarações complementares;
- c) Anexo III – Minuta da Ata de Registro de Preços;
- d) Anexo IV – Minuta do Contrato (com seus respectivos anexos) e da Ordem de Fornecimento; e
- e) Anexo V – Folha de rosto.

22.11. Os casos omissos neste Edital serão decididos com base na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas que regem a matéria.

22.12. A data de abertura da sessão pública poderá ser adiada por conveniência do órgão licitante, sem prejuízo do disposto no art. 55, I, “a”, da Lei n.º 14.133, de 2021.

Recife, 04 de março de 2026.

Solange Nazaré

Pregoeira AC 30

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 5268.2025.AC 30.PE.90945.SAD.BOMBEIROS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90945.2025

SEI Nº 3900000160.000044/2025-53

ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1. Formação de Registro de Preços para o fornecimento eventual de Auto Salvamento Pesado Especial visando atender as necessidades do Corpo de Bombeiros Militar de Pernambuco (CBMPE), conforme as condições, especificações, quantidades e exigências contidas no Estudo Técnico Preliminar e neste Termo de Referência.

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo bem de luxo, conforme definição do art. 8º do Decreto nº 51.652/2021.

1.3. As especificações e os quantitativos do objeto desta licitação estão divididos por itens e descritos conforme quadro constante no anexo D.

1.4. Em caso de discordância existente entre as especificações do objeto descritas no E-fisco/Termo de Referência e no CATMAT, prevalecerá a descrição do E-fisco/Termo de Referência.

2. DAS JUSTIFICATIVAS

2.1. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1.1. A justificativa e objetivo da contratação encontram-se pormenorizadas em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar (item 1 do ETP), anexo deste Termo de Referência.

2.2. JUSTIFICATIVA DO QUANTITATIVO ESTIMADO

2.2.1. A justificativa para o quantitativo necessário ao atendimento da necessidade pública encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar (item 6 do ETP), anexo deste Termo de Referência.

2.3. JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DA SOLUÇÃO

2.3.1. A justificativa da escolha da solução a ser licitada encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar (item 4 do ETP), anexo deste Termo de Referência.

2.4. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO DA CONTRATAÇÃO

2.4.1. A justificativa para o parcelamento do objeto encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar (item 8 do ETP), anexo deste Termo de Referência, de modo a permitir a ampliação da competitividade, diante das particularidades do caso concreto.

2.5. DA VEDAÇÃO DE EMPRESAS SOB A FORMA DE CONSÓRCIO

2.5.1. De acordo com o art. 15 da Lei nº 14.133/2021, a participação de empresas reunidas em consórcio poderá ser vedada, segundo discricionariedade da Administração, com base em justificativa técnica que leve em consideração as peculiaridades do caso concreto.

2.5.2. Assim, não poderá participar desta licitação consórcio de empresa, qualquer que seja sua forma de constituição, visto que não se faz necessária a conjugação de esforços para a prestação do

presente fornecimento.

2.5.3. Além disso, no caso vertente, não se faz presente a premissa da complexidade do objeto, uma vez que se trata de fornecimento de bem padronizado com especificações técnicas objetivamente definidas. Também não está presente o grande vulto da contratação que justificaria a participação de consórcios.

2.5.4. Por todo o exposto, conclui-se que a vedação da participação de empresas sob a forma de consórcio é à medida que melhor atende ao interesse público, por prestigiar os princípios da competitividade, economicidade e moralidade.

2.6. DA PARTICIPAÇÃO DE PROFISSIONAIS ORGANIZADOS EM COOPERATIVA NA LICITAÇÃO

2.6.1. É permitida a participação de profissionais organizados em cooperativas, na forma do disposto no art. 16, da Lei nº 14.133/2021, na presente licitação.

2.7. DA VEDAÇÃO DE PESSOAS FÍSICAS NA LICITAÇÃO

2.7.1. É vedada a participação de pessoas físicas na presente licitação, uma vez que se trata de contratação de fornecimento de bem especializado que exige capital social ou patrimônio líquido mínimos e estrutura mínima, com equipamentos, instalações e equipe de profissionais incompatíveis com a natureza profissional da pessoa física.

2.8. DA VEDAÇÃO DE AGRICULTOR FAMILIAR / PRODUTOR RURAL NA LICITAÇÃO

2.8.1. É vedada a participação de agricultor familiar e/ou produtor rural na presente licitação, uma vez que o objeto não se enquadra no âmbito de atividades típicas destes segmentos.

3. DAS ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

3.1. DESCRIÇÃO DO FORNECIMENTO / DETALHAMENTO DO OBJETO

3.1.1. Além da descrição apresentada na(s) tabela(s) do quadro resumo deste Termo de Referência (Anexo D), para a aquisição do objeto deve-se observar as seguintes características:

3.1.2. DO VEÍCULO:

3.1.3. CAMINHÃO:

3.1.3.1. Veículo do tipo caminhão, nacional ou importado, tipo "off road", com PBT de no mínimo 15.000 kg (quinze mil quilogramas), atendendo a resolução nº 210/2006 do CONTRAN, 0 km (zero quilômetro), ano/modelo do mesmo ano da entrega.

3.1.3.2. MOTOR:

3.1.3.2.1. Movido a diesel, turbo alimentado, com injeção e gerenciamento eletrônico de combustível;

3.1.3.2.2. sistema de arrefecimento a água;

3.1.3.2.3. potência mínima de 370 cv (trezentos e setenta cavalos);

3.1.3.2.4. torque mínimo de 1.900 Nm (mil e novecentos Newton-metro);

3.1.3.2.5. deverá estar de acordo com as normas brasileiras de emissão de poluentes (PROCONVE -- CONAMA -- P7) e outras que estiverem em vigor no momento da entrega da viatura;

3.1.3.2.6. protetor de cárter confeccionado em chapa metálica, instalado de forma a proteger toda a extensão do cárter.

3.1.3.2.7. deverá vir dotado com sistema de snorkel de fábrica, para movimentação em locais alagados.

3.1.4. DIMENSÕES:

3.1.4.1. Comprimento total -- máximo de 7.390 mm (sete mil trezentos e noventa milímetros);

3.1.4.2. ângulo de entrada (frente do veículo) -- mínimo 25° (vinte e cinco graus);

3.1.4.3. ângulo de saída (atrás do veículo) -- mínimo 23° (vinte e três graus);

- 3.1.4.4. ângulo de giro da roda interna -- mínimo de 42° (quarenta e dois graus);
- 3.1.4.5. ângulo de giro da roda externa -- mínimo de 34° (trinta e quatro graus);
- 3.1.4.6. largura total da viatura -- máximo de 2500 mm (dois mil e quinhentos milímetros);
- 3.1.4.7. distância entre eixos -- máximo de 4.200 mm (quatro mil e duzentos milímetros); e
- 3.1.4.8. distância mínima do solo - deverá ser de no mínimo 450 mm (quatrocentos e cinquenta milímetros).
- 3.1.5. **ESCAPAMENTO:**
 - 3.1.5.1. A tubulação deverá sair atrás das rodas dianteiras e deverá possuir uma altura superior a 400 mm (quatrocentos milímetros) em relação ao solo para evitar avarias em terrenos acidentados;
 - 3.1.5.2. deverá ser fornecido um escudo defletor de calor no escapamento.
- 3.1.6. **TRANSMISSÃO:**
 - 3.1.6.1. Transmissão automática, com no mínimo, 06 (seis) marchas à frente e 01 (uma) a ré;
 - 3.1.6.2. deverá ser previsto a instalação de 02 (duas) tomadas de força PTO (Power Take Off).
- 3.1.7. **TRAÇÃO:**
 - 3.1.7.1. Quatro pontos de apoio por quatro de tração (4x4).
- 3.1.8. **SUSPENSÃO:**
 - 3.1.8.1. Com eixos rígidos, molas do tipo semi-elípticas ou parabólicas e amortecedores hidráulicos telescópicos;
 - 3.1.8.2. eixos dimensionados para suportar todos os esforços provenientes do encarroçamento, materiais e equipamentos;
 - 3.1.8.3. após toda a implementação, sendo o veículo carregado com respectivos equipamentos, acessórios e tripulação deverá possuir câmbio zero;
 - 3.1.8.4. devido à ação constante de vibração e torção que ocorre na estrutura do chassi e na independente, um sistema de montagem para torção deverá ser aplicado para minimizar a possibilidade de falhas estruturais precoces.
- 3.1.9. **BLOQUEIO DE DIFERENCIAL**
 - 3.1.9.1. Os eixos traseiros e dianteiros deverão ser equipados com um bloqueio de diferencial comandado pelo condutor;
 - 3.1.9.2. o controle deverá ser de fácil alcance do condutor com acionamento mediante dispositivo de acionamento independente na cabine;
 - 3.1.9.3. deverá possuir uma luz de advertência no painel da cabine indicando quando o acionamento do bloqueio de diferencial está ativado;
 - 3.1.9.4. deverá haver desbloqueio automático do diferencial, quando usada inadequadamente a tração.
- 3.1.10. **SISTEMA DE CONTROLE DE TRAÇÃO**
 - 3.1.10.1. Deverá possuir um sistema de controle de tração, para situações em que a viatura esteja em condições de deslizamento de uma das rodas traseiras e em situações típicas de terrenos escorregadios, devendo haver opcional para desligar manualmente.
- 3.1.11. **FREIOS:**
 - 3.1.11.1. Com assistência pneumática, tambor ou disco nas rodas dianteiras e tambor nas rodas traseiras;
 - 3.1.11.2. freio de estacionamento com câmara de molas acumuladoras;

- 3.1.11.3. todos os reservatórios de ar fornecidos no chassi deverão possuir rótulos para identificação;
- 3.1.11.4. deverá possuir um sistema de distribuição de frenagem entre os eixos em função do peso da carga nos eixos do tipo EBS (Eletronic Brake System) ou EBD (Eletronic Brake Distribution);
- 3.1.11.5. o sistema de freio de estacionamento deverá acionar os freios traseiros proporcionando maior capacidade de frenagem;
- 3.1.11.6. deverá possuir um sistema de antitravamento modulador dos freios, do tipo ABS (Anti-lock Braking System), nos eixos dianteiro e traseiro para impedir que os freios travem ou deslizem durante a frenagem.
- 3.1.12. **DIREÇÃO:**
- 3.1.12.1. Com assistência hidráulica ou elétrica.
- 3.1.13. **RODAS E PNEUS:**
- 3.1.13.1. rodas em aço estampado, com pneus radiais com medida mínima de 22,5";
- 3.1.13.2. os pneus deverão ser novos, com a data de fabricação do mesmo ano que o veículo;
- 3.1.13.3. os pneus dianteiros deverão ser de rodagem simples, e os traseiros em rodagem dupla, do tipo tração;
- 3.1.13.4. os pneus e aros deverão ser comercializados no mercado brasileiro, e se for importado, deverão possuir similares com medidas iguais às já existentes, a fim de facilitar sua reposição.
- 3.1.14. **SISTEMA DE AR CONDICIONADO:**
- 3.1.14.1. a cabine deverá possuir ar condicionado original do fabricante, que possibilite manter o ar limpo na temperatura interna selecionada;
- 3.1.14.2. os componentes do sistema deverão ser facilmente acessíveis para realização de manutenção e totalmente independentes de outros sistemas;
- 3.1.14.3. o sistema deverá possuir 01 (um) controle eletrônico de regulagem, com ajustes de temperatura e velocidade do ventilador, instalados em local de fácil e ergonômico acesso;
- 3.1.14.4. deverá ser entregue o manual individual do equipamento.
- 3.1.15. **CABINE:**
- 3.1.15.1. A cabine deverá ser dupla, estendida, para no mínimo 05 (cinco) integrantes, original do fabricante.
- 3.1.16. **VIDROS ELÉTRICOS:**
- 3.1.16.1. Vidros elétricos, com comandos individuais.
- 3.1.17. **BANCOS:**
- 3.1.17.1. Todos os bancos deverão ser revestidos em courvim automotivo, de no mínimo, 02 mm (dois milímetros) de espessura, em cor que harmonize com o ambiente original (de acordo com as cores de forrações);
- 3.1.17.2. O revestimento dos bancos deverá ser facilmente removível, permitindo sua retirada para higienização, com a finalidade de evitar o desgaste do tecido original dos bancos por ação de umidade e ou partículas diversas.
- 3.1.18. **CARACTERÍSTICAS INTERNAS:**
- 3.1.18.1. O interior da cabine deverá ser construído de modo a proporcionar o máximo espaço interior utilizável e ergonomia, com o espaço para os quadris e pernas, quando sentado;
- 3.1.18.2. Todo o piso da cabine deverá receber carpete de PVC (policloreto de vinil) antiderrapante ou material superior, na cor preta e com desenho semelhante ao "piso bus".

3.1.19. CONSOLE INTERNO:

3.1.19.1. Deverá possuir 01 (um) console, na parte frontal, de acordo com recomendações do fabricante;

3.1.19.2. Este console será destinado a alojar os módulos de comando do sinalizador visual e sonoro, além do sistema de rádio comunicação (VHF ou UHF), ao alcance do motorista e do passageiro quando sentados.

3.1.20. INSTRUMENTOS E CONTROLES:

3.1.20.1. Deverão ser instalados os seguintes instrumentos e controles no interior da cabine, claramente identificáveis e visíveis pelo motorista quando sentado:

3.1.20.1.1. Instrumentos obrigatórios originais do fabricante;

3.1.20.1.2. chave geral de ignição;

3.1.20.1.3. conta-giros;

3.1.20.1.4. controle do ar condicionado;

3.1.20.1.5. luz indicadora de falha no sistema ABS;

3.1.20.1.6. luz indicadora de freio de estacionamento;

3.1.20.1.7. luz indicadora da pressão do óleo do motor ou instrumento;

3.1.20.1.8. luz indicadora de farol de neblina dianteira e traseira;

3.1.20.1.9. luz indicadora de luz alta;

3.1.20.1.10. indicador de pressão do ar do sistema de freio;

3.1.20.1.11. indicador de temperatura da água do radiador;

3.1.20.1.12. indicador de temperatura do motor;

3.1.20.1.13. indicador luminoso e sonoro de portas abertas e compartimentos traseiros abertos;

3.1.20.1.14. instrumento medidor do nível de combustível;

3.1.20.1.15. interruptor do limpador de pára-brisas e lavador com ajuste de velocidade;

3.1.20.1.16. interruptores de sirenes e luzes de advertência;

3.1.20.1.17. velocímetro (o sensor do velocímetro deverá ser ligado ao câmbio);

3.1.20.1.18. tacógrafo;

3.1.20.1.19. controle sinalizador luminoso e sirene.

3.1.21. CENTRAL MULTIMÍDIA:

3.1.21.1. Deverá possuir uma central multimídia com, no mínimo, as seguintes funções:

3.1.21.2. espelhamento de dispositivos por QR Code, bluetooth e/ou USB;

3.1.21.1.2. compatível com sistemas Android e IOS;

3.1.21.1.3. câmera de ré (vide item 10.4);

3.1.21.1.4. saída USB (Universal Serial Bus).

3.1.22. IMPLEMENTAÇÃO DA CARROCERIA:

3.1.22.1. QUADRO AUXILIAR:

3.1.22.1.1. A viatura deverá receber um quadro auxiliar sob toda a carroceria,

3.1.22.1.2. confeccionado em perfis de aço carbono tipo viga "U" de 4" (quatro polegadas) para absorver movimentos de torção e flexão;

3.1.22.1.3. o quadro auxiliar deverá garantir uma perfeita adequação da superestrutura ao chassi, evitando a transferência de esforços gerados pelo chassi à carroceria de maneira incorreta ou vice-versa;

3.1.22.1.4. deverá ser totalmente soldado através do processo elétrico tipo MIG (metal inert gas), ou fixados por meio de parafusos (sistema similar ao utilizado pelas montadoras de chassis);

3.1.22.1.5. deverá possuir fixação elástica e ou com talas parafusadas permitindo movimentos oscilatórios do conjunto, deixando sua flexibilidade dentro de parâmetros, nos quais trincas e rachaduras não aconteçam devido a torções excessivas;

3.1.22.1.6. a construção deverá obedecer às orientações técnicas e diretrizes recomendadas pelo fabricante do veículo, o qual poderá a qualquer tempo ter a presença de representante técnico solicitada para verificação desta etapa de montagem;

3.1.22.1.7. após a montagem, o quadro auxiliar deverá ser pintado com fundo tipo primer epóxi de ferro com 02 (duas) demãos de tinta na cor preta, de esmalte poliuretano catalisado;

3.1.22.1.8. a solda e o jateamento deverão possuir o grau SA3 de limpeza, deixando a superfície com o aspecto de metal branco.

3.1.23. SUPERESTRUTURA:

3.1.23.1. A superestrutura e a carenagem deverão ser construídas totalmente em alumínio ou copolímero, não sendo admitida construção mista.

3.1.24. ALUMÍNIO

3.1.24.1. A carroceria deverá ser formada por um conjunto tipo superestrutura em monobloco, construída em alumínio extrudado, com chapas e tubos estruturais, quadradas ou retangulares, unidos por sistema de solda elétrica e contínua de alta fusão, processo MIG (metal inert gas);

3.1.24.2. não poderá ser incorporado a nenhum implemento, exceto para construção dos compartimentos de materiais;

3.1.24.3. externamente a carenagem deverá ser pintada na cor do veículo.

3.1.25. PROPRIEDADES MECÂNICAS DO CONJUNTO:

3.1.25.1. limite de resistência à tração igual a 290 Mpa (duzentos e noventa megapascal)(N/mm²);

3.1.25.2. limite convencional de escoamento igual a 260 Mpa (duzentos e sessenta megapascal)(N/mm²);

3.1.25.3. alongamento igual a 8% (oito por cento);

3.1.25.4. dureza brinell igual a 90 (noventa);

3.1.25.5. condutividade elétrica igual a 46% (quarenta e seis por cento);

3.1.25.6. todos os cantos, superiores, dianteiro e traseiro da estrutura, deverão possuir, no mínimo 100 mm (cem milímetros) de extensão;

3.1.26. PERFIL DE ALUMÍNIO ESTRUTURAL:

3.1.26.1. Os tubos de alumínio estrutural deverão ser adequadas para carrocerias veiculares e

atender aos seguintes parâmetros:

- 3.1.26.1.1. perfis quadrados: mínimo 1 1/2" (uma polegada e meia);
- 3.1.26.1.2. perfis retangulares: mínimo 03" (três polegadas) de largura por 1 1/2" (uma polegada e meia) de altura;
- 3.1.26.1.3. parede com espessura de, no mínimo, 03 mm (três milímetros).

3.1.27. COPOLÍMERO:

3.1.27.1. O material copolímero utilizado deverá ser de alta resistência, atendendo aos seguintes requisitos

3.1.27.2. espessura da parede: mínima de 09 mm (nove milímetros) exceto para parede estrutural, que deverá possuir, no mínimo, 15 mm (quinze milímetros);

3.1.27.3. densidade $\leq 0,95$ g/cm³ (menor ou igual a noventa e cinco décimos de gramas por centímetro cúbico), em conformidade com a ISO 527;

3.1.27.4. limite elástico ≥ 22 MPa (menor ou igual a vinte e dois megapascal), em conformidade com a ISO 527;

3.1.27.5. resistência à ruptura $\geq 50\%$ (menor ou igual a cinquenta por cento), em conformidade com a ISO 527;

3.1.27.6. resistência à tração ≥ 1.000 MPa (menor ou igual a mil megapascal), em conformidade com a ISO 527;

3.1.27.7. resistência ao impacto ≥ 40 kJ/m² (menor ou igual a 40 KiloJoule por metro quadrado), em conformidade com a ISO 179;

3.1.27.8. deverá ser auto extingüível;

3.1.27.9. deverá possuir resistência térmica elevada comprovado através de laudo emitido por laboratório acreditado;

3.1.27.10. após exposição do material durante 10 (dez) minutos, submetido a uma fonte de calor com temperatura de 600° C (seiscentos graus Celsius) a uma distância de 50 cm (cinquenta centímetros) o material deverá apresentar os seguintes desempenhos:

3.1.27.10.1. não deverá gerar chama;

3.1.27.10.2. não deverá fundir (com temperatura de superfície $\leq 140^\circ$ C);

3.1.27.10.3. não deverá queimar (com temperatura de superfície $\leq 300^\circ$ C);

3.1.27.10.4. deverá possuir resistência à tração inferior a 05% (cinco por cento), conforme norma EN ISO 527-1;

3.1.27.10.5. deverá possuir resistência a flexão inferior a 05% (cinco por cento), conforme norma EN ISO 178.

3.1.28. CARENAGENS:

3.1.28.1. Externamente a carenagem deverá ser pintada na cor do veículo;

3.1.28.2. todos os cantos, superiores, dianteiro e traseiro da estrutura, deverão possuir, no mínimo, 100 mm (cem milímetros) de extensão, dobrando-se as chapas de alumínio para um melhor acabamento ao encarroçamento.

3.1.29. COMPARTIMENTOS DE MATERIAIS:

3.1.29.1. PARÂMETROS GERAIS DE CONSTRUÇÃO:

3.1.29.1.1. Os compartimentos de materiais deverão ser montados junto a superestrutura, sendo composto por um total de 06 (seis) armários, sendo 03 (três) em cada lateral;

3.1.29.1.2. todos os compartimentos deverão possuir portas do tipo roll-up (vide item 5), com abertura total de mesma dimensão do compartimento (altura e largura);

3.1.29.1.3. todos os compartimentos deverão possuir iluminação específica com luminárias individuais, de baixo consumo e alta durabilidade em LED de alto brilho (vide item 5.6);

3.1.29.1.4. as características dos materiais aplicados a superestrutura, deverão ser utilizados para os compartimentos de materiais, tanto interna como externamente, possuindo, com no mínimo 03 mm (três milímetros) de espessura;

3.1.29.1.5. as paredes divisórias entre o compartimento traseiro e os laterais deverão ser com chapa dupla, possuindo no mínimo 06 mm (seis milímetros), de forma que proporcione firmeza para o acondicionamento dos materiais e não deixe aparentes as pontas dos rebites ou parafusos de fixação de materiais;

3.1.29.1.6. deverá possuir suportes de fixação de materiais e equipamentos em aço inoxidável, sendo que a descrição dos materiais, prateleiras e locais de fixação serão definidos gestor do contrato durante o processo;

3.1.29.1.7. todos os compartimentos deverão possuir proteção eficiente da chaparia inferior;

3.1.29.1.8. a cubagem e o memorial descritivo seguirão através do detalhamento que será apresentado em anexo a este ETP;

3.1.29.1.9. a montagem e compartimentação deverão estar de acordo com a necessidade de acondicionamento do material de acordo com as orientações do Corpo de Bombeiros;

3.1.29.1.10. os compartimentos e gavetas deverão possuir piso em nível superior ao vão de fechamento, fechados por porta, com borrachas de alta resistência, em sistema fixo a porta, para garantir um fechamento hermético.

3.1.30. COMPARTIMENTOS NA LATERAL ESQUERDA:

3.1.30.1. Deverá possuir 03 (três) compartimentos na lateral esquerda, com divisões e cubagem características deste termo, distribuídos da seguinte forma:

3.1.30.1.1. compartimento 01 (um), no primeiro terço da carroceria, situado imediatamente à frente do pneu traseiro esquerdo;

3.1.30.1.2. compartimento 02 (dois), na parte central da carroceria, acima do pneu traseiro esquerdo;

3.1.30.1.3. compartimento 03 (três), no último terço da carroceria, imediatamente após o pneu traseiro esquerdo.

3.1.31. COMPARTIMENTOS NA LATERAL DIREITA:

3.1.31.1. Deverá possuir 03 (três) compartimentos, com divisões e cubagem características deste termo, distribuídos da seguinte forma:

3.1.31.1.1. compartimento 06 (seis), no primeiro terço da carroceria, situado imediatamente à frente do pneu traseiro direito;

3.1.31.1.2. compartimento 05 (cinco), na parte central da carroceria, acima do pneu traseiro direito;

3.1.31.1.3. compartimento 04 (quatro), no último terço da carroceria, imediatamente após o pneu traseiro direito.

3.1.31.2. PRATELEIRAS, BANDEJAS DESLIZANTES E PAINEIS DE FERRAMENTAS DOS COMPARTIMENTOS LATERAIS:

3.1.31.3. A distribuição das prateleiras e bandejas dos compartimentos deverá ser aprovada pela comissão designada do Corpo de Bombeiros no momento do projeto, adequando-se aos materiais que nelas forem dispostos;

3.1.31.4. deverá haver no mínimo 04 (quatro) bandejas deslizantes (dentro dos compartimentos laterais), com capacidade não inferior a 130 kg (cento e trinta quilogramas), quando na posição totalmente estendida;

- 3.1.31.5. a bandeja deverá contar com rolamentos de esfera para redução dos atritos e bem como possuir travamento automático das posições totalmente aberta e totalmente fechada;
- 3.1.31.6. deverão ser fornecidos no mínimo 02 (dois) painéis verticais articulados para acomodação de ferramentas;
- 3.1.31.7. cada painel deverá ser instalado no interior do compartimento de maneira a permitir a fixação das ferramentas nas faces anterior e posterior do painel;
- 3.1.31.8. o painel de ferramentas deverá ser articulado em dois pontos, com paradas e bloqueios localizados a cerca de 90° e 120° graus;
- 3.1.31.9. deverá possuir um mecanismo de bloqueio para travar os painéis dentro do compartimento;
- 3.1.31.10. carga suportada não deverá ser inferior a 120 kg (cento e vinte quilogramas);
- 3.1.31.11. deverá possuir perfurações distantes 25 mm (vinte e cinco milímetros) uma da outra;
- 3.1.31.12. deverá ser dotado de presilhas e suportes para equipamentos descritos no edital e cujo acondicionamento será definido em projeto;
- 3.1.31.13. deverá haver no mínimo 04 (quatro) e no máximo 10 (dez) prateleiras laterais, com capacidade mínima de 100 kg (cem quilogramas) cada prateleira, e poderá haver sistema de roletes para deslizamento de caixas em PVC em cada uma delas, ou o correspondente;
- 3.1.31.14. as prateleiras deverão ter altura infinitamente reguláveis, por meio de um fecho com rosca, que desliza verticalmente em uma canaleta;
- 3.1.31.15. a Comissão designada deverá aprovar a localização e quantidade destas prateleiras;
- 3.1.31.16. deverá existir um compartimento que possua movimento do seu lugar de origem (viatura) até o solo, para um gerador elétrico portátil com peso mínimo de 100 kg (cem quilogramas).
- 3.1.32. REVESTIMENTO DAS PRATELEIRAS E BANDEJAS DOS COMPARTIMENTOS:**
- 3.1.32.1. A superfície das prateleiras dos compartimentos laterais deverá ser em aço inoxidável preparado com antiderrapante conforme a Norma DIN 51130 Classe R;
- 3.1.32.2. em cada compartimento deverá existir, no mínimo, 02 (dois) pontos de drenagem para facilitar o fluxo de água;
- 3.1.32.3. deverá haver travas para as bandejas, evitando que se movimentam durante o deslocamento da viatura.
- 3.1.33. ACESSO AOS COMPARTIMENTOS:**
- 3.1.33.1. Imediatamente abaixo da superestrutura, nos compartimentos, deverá ser previsto um sistema de armar perpendicular à lateral da viatura, em alumínio estrutural antiderrapante, com espessura mínima de 03 mm (três milímetros) para ser utilizada como degrau para acesso às gavetas superiores;
- 3.1.33.2. o sistema de armar perpendicular deverá possuir 02 (duas) travas em suas laterais;
- 3.1.33.3. deverá possuir largura 350 mm (trezentos e cinquenta milímetros) e comprimento de 500 mm (quinhentos milímetros), sendo admitida alteração para +/- 5% (cinco por cento).
- 3.1.34. PORTAS PERSIANAS (ROLL UP):**
- 3.1.34.1. REQUISITOS GERAIS:
- 3.1.34.1.1. Todas as portas dos compartimentos de materiais (vide item 4) deverão ser do tipo roll up persiana com rolo tensionado;
- 3.1.34.1.2. deverá possuir cursor de deslizamento disposto verticalmente na estrutura do encarroçamento e mecanismo para evitar a trepidação dos perfis no deslocamento do veículo;
- 3.1.34.1.3. as portas deverão ocupar toda a abertura proporcionada pelo compartimento tendo desenvolvimento vertical de abertura;

3.1.34.1.4. as portas deverão possuir sistema de abertura/fechamento do tipo barra articulável com largura total do compartimento e batente de fechamento fixo no lado externo da estrutura, um em cada lado da persiana, em aço inoxidável na parte inferior das cortinas;

3.1.34.1.5. o sistema de abertura/fechamento deverá contar também com fechaduras na parte central das barras articuláveis, sendo estas, travadas e destravadas por uma única chave comum a todas as portas dos compartimentos.

3.1.34.1.6. o sistema deverá possuir vedação eficiente contra pó e água, através dos perfis nas guias verticais, com sistema adicional contra ruídos;

3.1.34.1.7. a persiana deverá permitir sua abertura e parada em qualquer posição vertical.

3.1.35. PERFIL DA CORTINA:

3.1.35.1. Perfis de alumínio extrudado anodizado liga/tempera ASTM 6063 T6 ou similar;

3.1.35.2. vedação no comprimento definido por material elastômero EPDM (Borracha Etileno-Propileno-Dieno), mistura 80.151;

3.1.35.3. parede dupla, com as seguintes dimensões mínimas:

3.1.35.3.1. altura: 44,00 mm (quarenta e quatro milímetros);

3.1.35.3.2. largura: 11,00 mm (onze milímetros);

3.1.36.3.3. espessura 1,2 mm (um inteiro e dois décimos de milímetro).

3.1.36.3.4. deverá ser possível a substituição das seções horizontais da cortina (folhas) individualmente, sem precisar da desmontagem completa da porta;

3.1.36.3.5. entre uma "folha" e outra deverá haver uma separação em seu comprimento, cujo material consiste em mistura polimérica PVC (policloreto de vinil) com dureza de no mínimo 70 sh (setenta Shore) para evitar o contato metal com metal, o acúmulo de sujeira e a entrada de umidade nos compartimentos;

3.1.36.3.6. As extremidades deverão ser fixadas com rebites de repuxo de alumínio, terminadas de NYLON-66.

3.1.35.4. ROLO TENSIONADO (SISTEMA DE TORÇÃO):

3.1.35.4.1. A persiana deverá possuir um sistema de torção composto basicamente por um eixo quadrado zincado, constituído por aço carbono de, 1,55 mm (um inteiro e cinquenta e cinco décimos) de espessura com extremidades conformadas mecanicamente;

3.1.35.4.2. deverá incorporar um tipo de mola oleada para cada tamanho da persiana que garanta o perfeito funcionamento do sistema durante o uso severo das viaturas;

3.1.35.4.3. o sistema deverá garantir o perfeito funcionamento durante, no mínimo, 19.000 (dezenove mil) ciclos de abertura, sem ocorrer deformação;

3.1.35.4.4. deverá ser fixada com parafuso de aço inoxidável e porca auto frenante;

3.1.35.4.5. o torque deverá ser pré-estabelecido na montagem, podendo ser redimensionado.

3.1.35.5. PERFIL INFERIOR:

3.1.35.5.1. As persianas deverão possuir perfil inferior extrudado e reforçado com dimensões mínimas de 100 mm (cem milímetros) de altura por 60 mm (sessenta milímetros) de largura e 02 mm (dois milímetros) de espessura, liga ASTM 6060 T5 ou similar, com acabamento de NYLON-66 nas extremidades;

3.1.35.5.2. o perfil deverá possuir rebite de repuxo em alumínio e barra de travamento em aço inoxidável 304 polido com diâmetro mínimo de 7/8" (sete oitavos de polegada) e espessura mínima de 3/64" (três sessenta e quatro avos de polegadas);

3.1.35.5.3. o perfil inferior deverá possuir suporte de nylon para o acondicionamento da barra de travamento com acabamentos plásticos nas extremidades de apoio do perfil superior, na vedação inferior do

elastômero EPDM (Borracha Etileno-Propileno-Dieno) e acabamento traseiro do mesmo material do perfil inferior;

3.1.35.5.4. todas as portas tipo persiana deverão possuir mecanismo formando travas de bloqueio laterais acopladas no perfil inferior;

3.1.35.5.5. deverá possuir um sistema de travamento auxiliar, além do supracitado, do tipo trinco, impossibilitando a abertura involuntária das portas;

3.1.35.5.6. deverá possuir chaves idênticas para todas as portas.

3.1.36. CALHA DE CHUVA:

3.1.36.1. Deverá possuir perfil anodizado de alumínio extrudado, denominado calha de chuva, montado na parte superior da persiana cuja montagem final recebe vedação em EPDM (Borracha Etileno-Propileno-Dieno) na região superior do perfil e na região inferior além de acabamento em PVC (policloreto de vinil) na região frontal;

3.1.37. SISTEMA DE ILUMINAÇÃO LED:

3.1.37.1. Deverá possuir um mecanismo automático de acendimento de luz com interruptor magnético, sem contatos, situado em local que impossibilite sua danificação por materiais, ferramentas, equipamentos, etc. usados em ocorrências de bombeiros;

3.1.37.2. a iluminação interna deverá ser formada por barras de LED de alta performance, modelo 12 V (doze volts) ou 24 V (vinte e quatro volts), com, no mínimo, 6,4 W (seis inteiros e quatro décimos watts) por metro de comprimento;

3.1.37.3. as barras de LED deverão possuir, no mínimo 20 (vinte) lâmpadas cada, com capacidade não inferior a 159 lm /W (cento e cinquenta e nove lumens por watt) (diodo emissor de luz);

3.1.37.4. deverá possuir base de alumínio anodizado, blindagem com resinas poliuretânicas e grau de proteção IP68, barreira anti-UV, conexões elétricas blindadas, situadas na parte posterior do perfil da persiana com pontos de iluminação suficientes para toda a área interior do compartimento.

3.1.38. SISTEMA DE RASTREAMENTO/ IDENTIFICAÇÃO:

3.1.38.1. Cada persiana deverá incorporar uma identificação fixa onde conste o número de série do produto para que possibilite a rastreabilidade e facilite o serviço pós-venda, não somente durante o período de garantia da viatura como também durante a totalidade da vida útil da persiana.

3.1.39. TRASEIRA DO VEÍCULO:

3.1.39.1. NA TRASEIRA DEVERÁ POSSUIR:

3.1.39.1.1. 01 (um) gancho de ancoragem, com as seguintes características mínimas:

3.1.39.1.2. construído em aço;

3.1.39.1.2.2. tipo olhal;

3.1.39.1.2.3. capacidade de carga para no mínimo, 6000kg (seis mil quilogramas); 3.1.40.1.1.4. espessura mínima de 13 mm (treze milímetros);

3.1.39.1.2.4. 01 (um) para-choque, com as seguintes características mínimas:

3.1.39.1.2.5. espessura mínima de 100 mm (cem milímetros);

3.1.40.1.1.7. possuir no mínimo 80mm (oitenta milímetros) de distância da plataforma;

3.1.40.1.1.8. possuir no mínimo 400mm (quatrocentos milímetros) de distância do solo;

3.1.40.1.1.9. deverá ser fixado ao chassi do veículo;

3.1.40.1.1.10. deverá possuir acionamento retrátil, com uso de molas, conforme resolução nº 593/16

do CONTRAN.

3.1.40. CONVÉS DO VEÍCULO E COMPARTIMENTOS SUPERIORES:

3.1.40.1. ESCADA DE ACESSO AO CONVÉS:

3.1.40.1.1. Atrás da cabine, pela lateral direita, deverá possuir uma escada dobrável com degraus, para acesso ao convés da viatura com corrimão adequado para facilitar a subida de bombeiro equipado.

3.1.40.2. CONSTRUÇÃO EM ALUMÍNIO:

3.1.40.2.1. Todo o convés deverá ser construído em chapa de alumínio tipo lavrado xadrez antiderrapante de, no mínimo, 03 mm (três milímetros) ou similar;

3.1.40.3. BAÚ DE MATERIAIS SOBRE O CONVÉS:

3.1.40.3.1. Deverão ser instalados 02 (dois) compartimentos de materiais do tipo baú sobre o convés, horizontalmente em formato retangular, sendo 01 (um) na extremidade esquerda e 01 (um) na extremidade direita;

3.1.40.3.2. os baús deverão ser construídos em chapa de alumínio tipo lavrado xadrez antiderrapante de, no mínimo, 03 mm (três milímetros), garantindo sua segurança estrutural quanto a utilização pretendida;

3.1.40.3.3. deverá possuir tampa do mesmo material de sua estrutura, possuindo perfeito fechamento e garantindo o perfeito isolamento e vedação contra entrada de água e poeira;

3.1.40.3.4. deverá possuir, individualmente, ao menos 02 (dois) trincos para travamento da tampa de abertura de forma rápida e segura, devendo também serem travados por chave;

3.1.40.3.5. deverá possuir limitadores de curso (pistões a gás automotivos), dimensionados corretamente para suportar o peso da tampa do compartimento;

3.1.40.3.6. deverá possuir dreno a fim de permitir a higienização dos baús.

3.1.40.4. BAÚ LATERAL ESQUERDO:

3.1.40.4.1. O baú lateral esquerdo terá a finalidade de acondicionamento de materiais diversos, como materiais de sapa, combate a incêndio e de salvamento (aquático e altura).

3.1.40.5. BAU LATERAL DIREITO:

3.1.40.5.1. Deverá ser construído para acondicionamento dos seguintes itens:

3.1.40.5.2. (um) croque;

3.1.40.5.2.2. 04 (quatro) batedores utilizados para incêndio em vegetação rasteira;

3.1.40.5.2.3. ao lado ou sobre este baú (lateral direita da viatura) deverá ser instalado 01(um) suporte para escada prolongável, com medidas necessárias à adaptação da escada fornecida pela contratada.

3.1.40.6. SUPORTE PARA EMBARCAÇÃO:

3.1.40.6.1. Deverá ser confeccionado um suporte para apoio e fixação de embarcação do tipo bote inflável, cujas referências poderão ser fornecidas pelo gestor do contrato.

3.1.40.7. na parte central, da parte superior do veículo, deverá existir um compartimento que permita o recolhimento de uma torre de iluminação em posição protegida e alojada horizontalmente sobre o encarroçamento;

3.1.40.8. caso seja adotada a construção do compartimento em material copolímero, deverão ser adotadas as espessuras e resistências mecânicas compatíveis e/ou superiores às supracitadas na construção em material metálico.

3.1.41. IMPLEMENTOS HIDRÁULICOS:

3.1.41.1. GUINDASTE ARTICULADO:

- 3.1.41.1.1. A viatura deverá possuir um guindaste articulado na parte traseira da viatura, em conformidade com a norma EN 12999:2011;
- 3.1.41.1.2. o guindaste deverá ser de grande porte, com sistema de proteção contra sobrecarga (este sistema não permite que a capacidade máxima de carga do guindaste seja ultrapassada, garantindo a execução eficiente e segura da tarefa, conforme o gráfico de carga, assim como a integridade estrutural do equipamento), e estar fabricada de acordo com a norma EN 12999:2011 possuindo classificação HC1 HD5/B3);
- 3.1.41.1.3. deverá seguir as seguintes características, considerando as limitações do chassi:
- 3.1.42.1.3.1. momento mínimo de elevação de carga de 22 KNm (vinte e dois quilonewton-metro);
- 3.1.42.1.3.2. capacidade mínima de 6.000 kg (seis mil quilogramas);
- 3.1.42.1.3.3. ângulo de giro de 400° (quatrocentos graus);
- 3.1.42.1.3.4. deverá possuir no máximo 04 (quatro) e no mínimo 03 (três) lanças hidráulicas;
- 3.1.42.1.3.5. 02 (dois) braços iniciais, com alcance horizontal de no máximo 17,1 m (dezessete inteiros e um décimo metros) e no mínimo 12 m (doze metros), uma capacidade mínima de carga na ponta de 1.140 kg (mil cento e quarenta quilogramas), quando totalmente estendido;
- 3.1.42.1.3.6. peso máximo do implemento de 2.550 kg (dois mil quinhentos e cinquenta quilogramas);
- 3.1.42.1.3.7. largura máxima quando guardado de 2,55 m (dois inteiros e cinquenta e cinco metros), respeitando a altura máxima da viatura a partir do solo, de 3.620 mm (três mil seiscentos e vinte milímetros), e ficando a uma altura mínima do solo em relação à sua base de 1.290 mm (mil duzentos e noventa milímetros);
- 3.1.42.1.3.8. deverá possuir no mínimo 02 (duas) sapatas de apoio extensíveis hidráulicos de, no máximo 7,4 m (sete inteiros e quatro décimos) quando estendidas, e no máximo 2,5 m (dois metros e meio) quando recolhidas, com bases retráteis de giro automático em 180° (cento e oitenta graus).
- 3.1.42.1.3.9. deverá contar com um guincho com capacidade mínima de 2.000 kg (dois mil quilogramas) com polia de reenvio original do fabricante do guindaste;
- 3.1.42.1.3.10. deverá possuir preparação hidráulica para acessórios diferentes tipos de trabalho, a fim de que conduzam o fluxo de óleo para os acessórios;
- 3.1.42.1.3.11. as mangueiras deverão ser guiadas em calhas compactas e esteiras de plástico, facilitando a utilização de diversos tipos de acessórios, conforme cada necessidade;
- 3.1.42.1.3.12. além do acima exposto, deverá possuir também os seguintes acessórios:
- 3.1.42.1.3.13. cesto aéreo acoplado em conformidade com a NR12;
- 3.1.42.1.3.14. 01 (um) guincho de cabo;
- 3.1.42.1.3.15. bombas de pistões;
- 3.1.42.1.3.16. calços para sapatas;
- 3.1.42.1.3.17. radiador para troca de calor do óleo hidráulico;
- 3.1.42.1.3.18. garra tipo concha;
- 3.1.42.1.3.19. controle remoto da grua;
- 3.1.42.1.3.20. kit de iluminação para painel de comando e sinalização da posição das sapatas em LED;
- 3.1.42.1.3.21. as válvulas deverão ser protegidas contra danos, e deverão prevenir que as lanças articuladas cedam, sendo assim elas deverão ser instaladas nos cilindros de inclinação, elevação e

extensão;

3.1.42.1.3.22. deverá possuir um sistema de controle remoto e manual com display (com este controle, o operador deverá deslocar-se fora das áreas de risco, evitando acidentes, além de permitir uma melhor visualização da área operacional).

3.1.42.1.3.23. o monitoramento das funções e indicador de sobrecarga deverá ser visualizado diretamente no visor do controle.

3.1.42.1.3.24. além do controle eletrônico do guindaste, deverá possuir alavancas para acionamento e manuseio completo manualmente;

3.1.42.1.3.25. deverá possuir sistema eletrônico que ofereça segurança e conforto para o operador, realizando o monitoramento das funções do equipamento e facilitando o diagnóstico quando necessário;

3.1.42.1.3.26. deverá possuir um sistema de controle de velocidade, e um sistema regenerativo que proporcione aumento de 30% (trinta por cento) na velocidade de abertura das lanças se comparado aos guindastes comuns, através da recuperação do óleo dentro do circuito, para aumento da eficiência em qualquer tipo de aplicação;

3.1.42.1.3.27. deverá possuir uma pressão mínima de operação de 360 bar e máxima de 365 bar, e capacidade da bomba recomendada de 75 l/min até 100 l/min;

3.1.41.2. GUINCHO TRASEIRO:

3.1.41.2.1. Deverá ser instalado um guincho atrás do eixo traseiro com saída no para choque dianteiro da viatura;

3.1.41.2.2. deverá ser de tipo hidráulico com cabo de aço de, no mínimo 16 mm (dezesesseis milímetros) de diâmetro e comprimento total de no mínimo 90 m (noventa metros);

3.1.41.2.3. o cabo deverá possuir marcação em seu limite máximo de 15 m (quinze metros), e deverá correr dentro de guias de aço inoxidável;

3.1.41.2.4. a capacidade de tração deverá ser de no mínimo 8.000 kg (oito mil quilogramas) sem utilizar sistema de reenvio;

3.1.41.2.5. a capacidade com o sistema, utilizando sistema de reenvio, deverá ser de no mínimo 16.000 kg (dezesesseis mil quilogramas), permitindo ainda, uma angulação de trabalho, mínimo, de 25° (vinte e cinco graus);

3.1.41.2.6. deverá possuir controle elétrico ou eletropneumático de "mordentes" para bloqueio ou liberação do cabo-de-aço. Esse controle será instalado e operado na cabine do caminhão, através do (PTO) possuindo ainda controle manual ao lado do carretel;

3.1.41.2.7. deverá haver um sistema elétrico redundante para o funcionamento do guincho;

3.1.41.2.8. o guincho deverá estar de acordo com a norma DIN 14584:2016-12.

3.1.42. IMPLEMENTOS ELÉTRICOS:

3.1.42.1. TORRE DE ILUMINAÇÃO:

3.1.42.1.1. Deverá ser fornecida 01 (uma) torre de iluminação com mastro telescópico vertical, em alumínio tubular anodizado com diâmetro de no mínimo 1/8";

3.1.42.1.2. deverá possuir altura mínima de 3000 mm (três mil milímetros), a partir do convés da viatura (quando estendido), sendo que a altura máxima da torre, totalmente recolhida, bem como seu posicionamento deverão ser previamente discutidos e aprovados através de projeto executivo prévio. As dimensões serão contadas a partir da base de montagem do mastro que deverá ser na parte superior da viatura;

3.1.42.1.3. o dispositivo deverá ser próprio para utilização automotiva, sujeitas a torção e flexão no chassi;

3.1.42.1.4. deverá permitir movimentação dos refletores na extremidade do mastro, com motorização na voltagem do chassi, em no mínimo, 350° (trezentos e cinquenta graus) de rotação e 330° (trezentos e trinta graus) de inclinação, podendo os refletores da esquerda, inclinarem-se independente dos refletores da direita e vice-versa;

3.1.42.1.5. a unidade de iluminação deverá ser composta por 04 (quatro) refletores tipo LED (dois inferiores e dois superiores), totalizando pelo menos 50.000 lm (cinquenta mil lúmens);

3.1.42.1.6. o suprimento de ar comprimido para movimentação da torre será fornecido por meio de um compressor na voltagem do chassi;

3.1.42.1.7. deverá existir no painel da cabine da viatura um indicador luminoso com a mensagem "NÃO MOVA O CAMINHÃO", que se acenderá quando a torre não estiver totalmente recolhida;

3.1.42.1.8. Todo o sistema da torre de luz deverá possuir certificação conforme norma ISO 17025 ou E-13 ou NFPA (sistema de controle);

3.1.42.1.9. deverá possuir 02 (dois) comandos remotos, sendo 01 (um) por meio de cabo com extensão de no mínimo 10 m (dez metros) e outro controlado por rádio frequência;

3.1.42.1.10. os dispositivos de comando deverão controlar todos os movimentos da torre, com as seguintes funções:

3.1.43.1.10.1. extensão e recolhimento do mastro;

3.1.43.1.10.2. liga e desliga dos refletores do lado esquerdo independente dos refletores do lado direito e vice-versa;

3.1.43.1.10.3. inclinação e giro dos refletores;

3.1.43.1.10.4. operação sincronizada e sequencial de recolhimento do mastro envolvendo:

3.1.43.1.10.5. retorno automático do mastro;

3.1.43.1.10.6. desligamento das lâmpadas;

3.1.43.1.10.7. retorno do sistema de movimentação dos refletores para a posição de transporte;

3.1.43.1.10.8. todos os comandos acima deverão ser passíveis de execução manualmente nos casos de pane da automação;

3.1.43.1.10.9. função de parada que permite parar o mastro em estágios intermediários durante a extensão;

3.1.43.1.10.10. sistema de recolhimento automático, na liberação do freio de mão do veículo, com intuito de evitar o deslocamento da viatura com a torre estendida;

3.1.42.2. GERADOR DE ENERGIA:

3.1.42.2.1. A viatura deverá ser equipada com um gerador de energia elétrica em conformidade com as Normas NEC (National Electrical Codes);

3.1.42.2.2. o gerador deverá possuir capacidade para operações de longa duração sem que apresente superaquecimento e fadiga de seus componentes;

3.1.42.2.3. deverá possuir as seguintes características:

3.1.42.2.4. potência nominal mínima de 25.000 w (vinte e cinco mil watts);

3.1.42.2.5. tensão nominal compatível com aparelhos entre 110 (cento e dez) a 120 (cento e vinte) V e 220 (duzentos e vinte) a 240 (duzentos e quarenta) V.

3.1.42.2.6. amperagem mínima de 34 A (trinta e quatro amperes) a 220 V (duzentos e vinte);

3.1.42.2.7. 60 hz (sessenta hertz) de frequência;

3.1.42.2.8. deverá ser acionado pelo motor da viatura; 3.1.43.2.9. deverá possuir acionamento no

interior da cabine;

3.1.43.2.10. o acionamento do gerador somente deverá ser possível com o freio de estacionamento acionado;

3.1.43.2.11. Indicadores:

3.1.43.2.11.1. frequencímetro;

3.1.43.2.11.2. voltímetro;

3.1.43.2.11.3. amperímetro;

3.1.43.2.11.4. horímetro;

3.1.43.2.11.5. indicador de sobrecorrente;

3.1.43.2.11.6. indicador de temperatura alta do sistema;

3.1.43.2.11.7. indicador de gerador ligado "LIGADO";

3.1.43.2.11.8. porta-fusíveis para proteção do sistema;

3.1.43.2.11.9. os instrumentos deverão ser embutidos em um painel de tamanho adequado e à prova de intempéries, confeccionado em chapa de aço carbono com espessura de chapas não inferior a 1/8 de polegada;

3.1.43.2.11.10. o equipamento deverá ser concebido para instalações móveis sujeitas a vibrações, umidade e uso contínuo severo;

3.1.43.2.11.11. toda a fiação elétrica do gerador deverá ser de cobre trançado fino, sendo que os fios deverão ser protegidos contra água, intempéries e sujeira por blindagem tipo espaguete, pontas estanheadas e conectores da linha automotiva sendo a fiação em conformidade com as exigências contidas na norma SAE J1292, e com isolamento de polietileno transversal de acordo com a norma SAE J1127 e J1128 deverão ser dimensionados para a carga e classificação dos disjuntores;

3.1.43.2.11.12. deverão ser fornecidos disjuntores individuais para todos os equipamentos em linha para isolar um disjuntor desarmado de modo a não afetar os demais equipamentos;

3.1.43.2.11.13. o gerador deverá ser montado no lado esquerdo da viatura, em local definido em projeto, sendo que o piso desta área será construído de maneira a suportar o peso adicional do gerador, em chapas de aço carbono com espessura não inferior a 1/8";

3.1.43.2.11.14. deverá ser dotado de sistema que permita a sua fácil retirada para manutenção com uso de empilhadeira.

3.1.43. DISPOSITIVOS E ACESSÓRIOS:

3.1.43.1. ENGATE DE REBOQUE:

3.1.43.1.1. Deverá ser instalado um engate de reboque sob a plataforma traseira no centro do caminhão;

3.1.43.1.2. o engate de reboque deverá ser projetado para permitir o reboque de carga de, no mínimo, 30.000 kg (trinta mil quilogramas) no plano horizontal, devendo constar rótulo de identificação de sua capacidade;

3.1.43.1.3. deverá haver saída para engate pneumático e elétrico, controlado pelo motorista e em local de fácil acesso na cabine, com a finalidade de freio no reboque;

3.1.43.1.4. o cambão que deverá acompanhar tal conjunto do veículo deverá ser compatível com o sistema elétrico pneumático, e com capacidade para 50 ton (cinquenta toneladas).

3.1.43.2. ESCADA PROLONGÁVEL DE SOLO:

3.1.43.2.1. 01 (uma) escada prolongável de solo, com o comprimento máximo compatível com a extensão do convés superior da viatura quando recolhida em duas seções;

3.1.43.2.2. deverá ser confeccionada em alumínio duro e atender aos requisitos da norma NFPA 1932 "Normas sobre uso, manutenção e teste de escadas de chão em serviço do corpo de bombeiros" (tradução direta), especialmente quanto às capacidades de carga, resistência à abrasão e selos de inspeção;

3.1.43.2.3. deverá possuir suporte próprio para acondicionamento localizado no convés da viatura.

3.1.43.3. **GUINCHO DIANTEIRO:**

3.1.43.3.1. Deverá possuir 01 (um) guincho de arrasto localizado na dianteira do veículo, desenvolvido para trabalhos pesados e designado para aplicação em caminhões, com as seguintes características e capacidades:

3.1.44.3.1.1. capacidade de elevação/tração: mínima de 5.400 kgf (cinco mil e quatrocentos quilogramas-força);

3.1.44.3.1.2. potência motor: mínima de 4,6 cv (quatro inteiros e seis décimos cavalos vapor);

3.1.44.3.1.3. circuito elétrico: compatível com a voltagem do veículo;

3.1.44.3.1.4. redutor planetário: 03 (três) estágios, razão de 165:1 (cento e sessenta e cinco para um), com engrenagens montadas sobre rolamentos, freio multidisco, automático com regulagem externa;

3.1.44.3.1.5. comprimento do cabo de aço: mínimo de 30 m (trinta metros);

3.1.44.3.1.6. bitola do cabo de aço: 3/8" (três oitavos de polegadas);

3.1.44.3.1.7. peso: 45 kg (quarenta e cinco quilogramas) (sendo admitido +/- 20%);

3.1.44.3.1.8. controle por fio e sem fio.

3.1.43.3.2. **CÂMERA DE RÉ:**

3.1.43.3.3. deverá ser instalado um sistema de câmeras, composto por no mínimo 01 (uma) câmera, de forma que auxilie a visualização completa para a operação de ré pelo motorista, possibilitando a visão traseira e outros "pontos cegos";

3.1.43.3.4. o monitor utilizado para a câmera de ré deverá ser o mesmo da central multimídia, a fim de otimizar os espaços;

3.1.43.3.5. a visualização da câmera deverá ser obtida através do monitor do sistema multimídia, com recurso infravermelho que possibilita também a visão noturna;

3.1.43.3.6. a instalação da(s) câmera(s) poderá(ão) ser na parte superior ou inferior da traseira, permitindo ângulo de visão mínimo de 120° (cento e vinte graus), sendo adequado ao chassi e deliberar junto ao gestor do contrato;

3.1.43.3.7. o sistema deverá ser compatível com as tensões e correntes de trabalho da viatura, bem como do sistema multimídia e ser ativado automaticamente quando acionada a marcha ré.

3.1.44. **INSTALAÇÃO ELÉTRICA:**

3.1.44.1. **TENSÃO:**

3.1.44.1.1. Deverá possuir tensão de 12 (doze) ou 24 (vinte e quatro) V (volts), conforme a instalação original do veículo e/ou orientação do fabricante;

3.1.44.1.2. caso a tensão seja de 24 V (volts), deverá possuir um conversor de 24 V (vinte e quatro volts) para 12 V (doze volts).

3.1.44.2. **CHAVE GERAL:**

3.1.44.2.1. Deverá ser instalado uma chave geral para todos os circuitos elétricos relativos à implementação dos equipamentos hidráulicos e a carroceria, dimensionados de acordo com a carga máxima calculada.

3.1.44.3. CAIXA DE DISTRIBUIÇÃO (QUADRO DE FORÇA):

3.1.44.3.1. Deverá possuir uma caixa de distribuição, contendo fusíveis em todos os circuitos, dimensionados de acordo com a carga, em local de fácil acesso, com respectivo mapa de aplicação para sua manutenção.

3.1.44.4. BATERIAS E ALTERNADOR:

3.1.44.4.1. a bateria deverá possuir corrente de, no mínimo, 80 A (oitenta amperes) (vide item Erro! Fonte de referência não encontrada.);

3.1.44.4.2. a bateria original deverá possuir compatibilidade com os sistemas elétricos instalados;

3.1.44.4.3. deverá ser instalada bateria auxiliar com as mesmas características da(s) bateria(s) principal(is);

3.1.44.4.4. a bateria auxiliar deverá ser utilizada para que a carga elétrica e os dispositivos de iluminação possam ser utilizados por maior tempo;

3.1.44.4.5. todas as luminárias e cargas elétricas acrescidas pelo encarroçamento deverão serem instaladas somente sobre a bateria auxiliar;

3.1.44.4.6. as baterias, original e auxiliar, deverão ser instaladas em local de fácil acesso;

3.1.44.4.7. deverão ser confeccionados novos compartimentos de bateria, com mesmas características dos originais, caso os originais não atendam as dimensões das baterias requisitadas.

3.1.44.5. FIAÇÃO ELÉTRICA:

3.1.44.5.1. PROTEÇÃO E ISOLAMENTO DA FIAÇÃO:

3.1.45.5.1.1. Todas as aberturas na viatura deverão ser adequadamente calafetadas para passar a fiação de acordo com a norma SAE 1292;

3.1.45.5.1.2. toda a fiação deverá ser de alta resistência, a fim de evitar ferrugem e movimentos que podem resultar em atritos, apertos, protuberâncias e danos;

3.1.45.5.1.3. o isolamento em polietileno transversal deverá estar de acordo com a norma SAE J1127 e J1128;

3.1.45.5.1.4. a fiação deverá estar em conformidade com as exigências da norma SAE J1291 e SAE J1292;

3.1.45.5.1.5. toda a fiação e cabos não poderão ser instalado sem locais sujeitos a cortes ou onde haja movimentação e arestas cortantes.

3.1.44.6. PROTEÇÃO DO SISTEMA ELÉTRICO:

3.1.44.6.1. todos os circuitos elétricos deverão ser protegidos contra dispositivos eletrônicos de proteção à corrente, de acordo com a norma SAE J553 (disjuntores automáticos de rearmagem), devendo ser facilmente acessíveis para manutenção;

3.1.44.6.2. os dispositivos deverão ser de baixa voltagem e apropriadamente calculado para atuar contra sobrecarga;

3.1.44.6.3. a proteção do sistema deverá ser realizada através da utilização de fusíveis, disjuntores, elos fundíveis, ou dispositivos sólidos equivalentes;

3.1.44.6.4. os encaixes exteriores das lâmpadas, chaves, dispositivos eletrônicos e peças fixas deverão ser à prova de corrosão e de intempéries.

3.1.44.7. MATERIAIS E CAPACIDADES:

3.1.44.7.1. Os cabos deverão ser de cobre torcido ou condutores de liga de cobre;

3.1.44.7.2. deverá possuir uma bitola capaz de conduzir 125% (cento e vinte e cinco por cento) da corrente

máxima para a qual o circuito estará protegido;

3.1.44.7.3. quedas de voltagem em toda a fiação, desde a fonte de energia até o ponto de consumo, não poderão exceder a 10% (dez por cento);

3.1.44.7.4. poderão ser usados cabos multicondutores ou de fita desde que não estejam instalados em locais sujeitos a altas temperaturas do motor e/ou do sistema de escapamento de gases;

3.1.44.7.5. o conjunto de fiação, incluindo terra, dispositivos, chaves, saídas, disjuntores e demais dispositivos similares deverão ser compatíveis com o sistema e ter capacidade superior à carga exigida pelo sistema em pleno funcionamento;

3.1.44.7.6. deverá suportar variações de temperatura sem prejudicar o funcionamento.

3.1.44.8. CONDUÍTES E INSTALAÇÃO:

3.1.44.8.1. A fiação deverá ser instalada em conduítes, eletrodutos corrugados, fixados ao compartimento por presilhas de metal isoladas;

3.1.44.8.2. todas as caixas de passagem ou de fusíveis deverão estar acessíveis com o uso de simples ferramentas manuais e não poderão ser instaladas atrás de painéis soldados;

3.1.44.8.3. toda fiação deverá estar separada a uma distância mínima de 305 mm (trezentos e cinco milímetros) da tubulação de escapamento ou protegidos a partir de tal tubulação;

3.1.44.8.4. a instalação deverá permitir "flexibilidade" entre os cabos, a carroceria e outras áreas ou equipamentos cujos movimentos exerçam pressão sobre a fiação.

3.1.44.9. IDENTIFICAÇÃO DA FIAÇÃO:

3.1.44.9.1. A fiação deverá possuir códigos permanentes de cores ou ter identificação com números/letras de fácil leitura disposta nos conduítes;

3.1.44.9.2. a identificação deverá ser visível nos terminais e/ou nos pontos de conexão;

3.1.44.9.3. a fiação deverá ser identificada de maneira única, a cada 600 mm (seiscentos milímetros);

3.1.44.9.4. a identificação deverá utilizar como referência todo o esquema de fiação;

3.1.44.9.5. todos os interruptores deverão ser identificados com uma plaqueta indicando sua função no idioma português.

3.1.44.10. ALÇA DE FIO, EMENDAS E CONEXÕES:

3.1.44.10.1. Todos os componentes elétricos, terminais e pontos deverão ter uma alça de fio de no mínimo 100 mm (cem milímetros) que possibilitem pelo menos 02 (duas) substituições dos terminais da fiação;

3.1.44.10.2. as emendas deverão atender as normas SAE J163, J561 e J928;

3.1.44.10.3. a fiação entre o veículo e o implemento deverá ser conectada através de conector próprio normatizado; todas as conexões da fiação e os pontos terminais deverão usar método que proporcione uma conexão mecânica e elétrica correta e deverão ser instalados de acordo com as instruções do fabricante;

3.1.44.10.4. os conduítes deverão possuir resistência à alta temperatura, no mínimo 150°C (cento e cinquenta graus Celsius).

3.1.45. SISTEMA SONORO E VISUAL

3.1.45.1. PROTEÇÃO DO SISTEMA E REQUISITOS:

3.1.45.1.1. O sistema deverá ser imune a EMI (electromagnetic interference) e RFI (radio frequency interference) ou qualquer outra forma de sinal que interfira na recepção dos transceptores de rádio dentro da faixa de frequência utilizada pelo CBMPE (vide item 11.5.2.1);

3.1.45.1.2. o sistema deverá dispor de sensor de baixa voltagem, para impedir o funcionamento do sinalizador quando a bateria estiver com sua capacidade mínima (10,8 volts), de forma a permitir a partida no motor (vide item 11.5.2.2);

3.1.45.1.3. deverá possuir proteções contra inversão de polaridade, altas variações de tensão e transientes, devendo se desligar, preventivamente, quando a tensão exceder os limites que coloquem em risco a segurança do equipamento;

3.1.45.1.4. o consumo máximo de energia, com todo o sistema luminoso acionado não poderá exceder 7 A (sete Amperes) na condição de alimentação nominal;

3.1.45.1.5. os conjuntos luminosos deverão possuir circuito eletrônico para gerenciar a corrente elétrica aplicada nos LED mantendo-a constante, devendo garantir também a intensidade luminosa destes, mesmo que o veículo esteja desligado ou em baixa rotação, garantindo assim a eficiência luminosa e a vida útil dos LED.

3.1.45.2. APRESENTAÇÃO DURANTE A MONTAGEM:

3.1.45.2.1. Durante a montagem, em visita técnica, a implementadora deverá apresentar um veículo constando os seguintes itens:

3.1.45.2.2. documento emitido pelo fabricante dos LEDs, constando suas respectivas especificações técnicas, para comprovação de que se enquadram nas exigências do termo;

3.1.45.2.3. laudo emitido por entidade competente, que comprove que o sinalizador luminoso instalado atende as normas SAE J575 e SAE J595 (Society of Automotive Engineers) - ensaios contra vibração, umidade, poeira, corrosão, deformação e fotometria classe 1;

3.1.45.2.4. 01 (um) conjunto luminoso secundário frontal, que possa ser acionado em conjunto com o sistema de sinalização principal;

3.1.45.2.5. funcionamento de toda a iluminação de trânsito original do veículo conforme exigências do Código de Trânsito Brasileiro.

3.1.45.2.6. especificações técnicas comprovando os itens solicitados para cor, temperatura, sincronização, capacidade luminosa, tensão, do conjunto luminoso, quantidade de módulos e quantidade de LED instalados conforme descrito neste termo.

3.1.46. SISTEMA DE ILUMINAÇÃO:

3.1.46.1. O sistema de iluminação deverá ser composto por 01 (uma) barra sinalizadora, luzes de emergências secundárias (warm light), luzes de emergência dianteira, luzes de emergência traseira, farolotes, sinalizadores rotativos e luzes de trânsito;

3.1.46.2. toda a iluminação exigida pelo Código de Trânsito Brasileiro deverá ser instalada, tais como lanternas com funções delimitadoras de altura e lanternas de indicação laterais.

3.1.46.3. LUZES DE EMERGÊNCIA PRINCIPAIS (BARRA SINALIZADORA):

3.1.46.3.1. FORMATO:

3.1.47.3.1.1. Poderá ser desenho modular com lentes inteiriças e intercambiáveis, sendo uma de cada lado do sinalizador com módulo(s) central(is), se linear, ou em lente inteiriça, peça única, sem divisão em módulos, se o seu formato for à forma de arco ou asa;

3.1.47.3.1.2. deverá possuir perfil delgado de baixa resistência aerodinâmica.

3.1.47.3.2. TAMANHO:

3.1.47.3.2.1. Deverá ocupar mais de 90% (noventa por cento) da largura do teto do veículo e não poderá ultrapassar sua dimensão máxima.

3.1.46.4. FIXAÇÃO:

3.1.46.4.1. deverá ser instalada sobre a cabine, fixada em superfície estrutural, utilizando exclusivamente parafusos de aço inoxidável para junções e fixações (vedado uso de presilhas), não podendo possuir espaço entre os módulos.

3.1.46.5. BASE DA BARRA SINALIZADORA:

3.1.46.5.1. A base da barra sinalizadora deverá ser construída em perfil de alumínio extrudado ou ABS, pintado na cor preta, anticorrosiva, totalmente reforçada, com lentes de policarbonato.

3.1.46.6. CÚPULA:

3.1.46.6.1. A cúpula deverá ser injetada em policarbonato vermelho rubi (estruturada em módulos (tampas) sequenciais que ocupem toda área interna do tamanho do sinalizador) e lateral (borda) em policarbonato transparente ou cristal;

3.1.46.6.2. deverá ser resistente a impactos e descoloração, bem como possuir tratamento UV (Ultra-Violeta) (deve ser integrada à matéria-prima, sendo proibido o uso de vernizes para esta proteção).

3.1.46.7. MÓDULOS:

3.1.46.7.1. Os módulos deverão possuir projeção de luz na cor vermelha, podendo ser a lente inferior na cor cristal (caso os LEDs sejam vermelhos) ou vermelha (caso os LEDs sejam brancos), lentes colimadoras difusoras em plástico de engenharia, com resistência automotiva e alta visibilidade;

3.1.46.7.2. os módulos deverão ser intercambiáveis entre si, de modo a possibilitar sua manutenção quando danificado.

3.1.46.8. CONJUNTO DE LED:

3.1.46.8.1. Deverá ser composta por no mínimo 56 (cinquenta e seis) LEDs de alto desempenho (01 W) distribuídos equitativamente em, no mínimo 14 (quatorze) módulos, posicionados por toda a extensão da barra.

3.1.46.9. DESEMPENHO:

3.1.46.9.1. Deverá possuir efetiva iluminação de advertência desobstruída em 360° (trezentos e sessenta graus), possibilitando máxima eficiência nos ângulos críticos de 45° (quarenta e cinco graus) e 90° (noventa graus), sem que haja pontos cegos de luminosidade;

3.1.46.9.2. a alimentação deverá ser compatível com a voltagem do veículo e intensidade luminosa não inferior a 500 Cd (quinhentas candelas), sendo comprovado por meio de laudo técnico, teste SAEJ595 - Classe 1/ RED, no ponto HV, sendo aceito a perda máxima de intensidade de até 10% (dez por cento) após 30 (trinta) minutos.

3.1.46.10. BOTÕES DE ACIONAMENTO:

3.1.46.10.1. A barra sinalizadora principal deverá ser acionada por meio de botões posicionados juntamente aos do sistema de iluminação em um painel único, instalado no console da cabine;

3.1.46.11. CERTIFICAÇÃO DA BARRA SINALIZADORA:

3.1.46.11.1. A barra sinalizadora deverá possuir certificação SAE (Society of Automotive Engineers), atendendo as normas e testes especificados abaixo, cuja comprovação dar-se-á por meio de apresentação de laudo emitido por entidade acreditada:

3.1.46.11.2. SAE J595_201403 revised Classe 1/Red - Front/Rear direction, Flash Mode FP Single Pulse (All) - Ponto HV mínimo de 500 Cd (quinhentas candelas) e 12.000 Cd-Min (doze mil candelas por minuto);

3.1.46.11.3. SAE J575_201508 revised - Chemical Resistance (4.14 Chemical Resistance Exposure), Mechanical Tests (4.2 Vibration, 4.5 Warpage, 4.9 H2O, 4.11 Dust, 4.12 NaCl);

3.1.46.11.4. SAE J845_2013 classe 1/Red - 180° Hemispherical Coverage All FPs;

3.1.46.11.5. SAE J113-11_201706 - Electromagnetic Compatibility Test;

3.1.46.11.6. 3.1.47.11.6. SAE J578_201603 – Color Test.

3.1.46.12. LUZES DE EMERGÊNCIA SECUNDÁRIAS (WARM LIGHT):

3.1.46.12.1. Deverá ser instalado um sistema secundário de luzes de emergência e advertência (WARM LIGHT) compostas por 06 (seis) conjuntos na cor vermelha;

3.1.46.12.2. os conjuntos deverão estar localizados na parte superior externa do veículo, abaixo da linha horizontal do teto, sendo 02 (dois) de cada lado da viatura e 02 (dois) na traseira;

3.1.46.12.3. os sinalizadores da traseira não poderão ser colocados nas portas para não serem obstruídas;

3.1.46.12.4. todas as luzes secundárias de emergência deverão ter formato quadrado ou retangular, com medidas de referência mínima de 130 mm (cento e trinta milímetros) por 85 mm (oitenta e cinco milímetros), ou outra solução mais moderna que permita os mesmos índices de luminosidade;

3.1.46.12.5. deverão ser montadas de modo a projetar os seus focos de maior intensidade no eixo horizontal, piscando de maneira alternada, duas a duas;

3.1.46.12.6. deverá possuir lâmpadas de LED de alta eficiência, 01 (um) ou 03 (três) watts de potência, consumo máximo de 1,7 A (um inteiro e oito décimos amperes);

3.1.46.12.7. a lente externa deverá possuir base preta reforçada com nervuras injetada em nylon com fibra, totalmente à prova de água e fixação na superfície do veículo.

3.1.46.13. LUZES DE EMERGÊNCIA DIANTEIRAS:

3.1.46.13.1. Deverão ser instaladas luzes de intersecção dianteiras e sinalizadores linear, do tipo strobo, com as seguintes características:

3.1.46.13.2. 02 (dois) mini sinalizadores de intersecção, de luz vermelha, com formato que permita sua adaptação aos locais indicados do paralama dianteiro do veículo, compostos por um conjunto LEDs de alta potência (01 W), de baixo consumo, com módulo controlador integrado de intermitência para que trabalhem de forma alternada e em frequência, que assegure a percepção aos veículos à frente da unidade;

3.1.46.13.3. 04 (quatro) mini sinalizadores lineares frontais, de luz branca, instalado na grade frontal, compostos por um conjunto de LEDs de alta potência, de baixo consumo e desenho em formato inteiro / linear.

3.1.46.14. LUZES DE EMERGÊNCIA TRASEIRAS:

3.1.46.14.1. Deverão ser instaladas luzes de emergência traseiras, do tipo strobo, com as seguintes características:

3.1.46.14.2. 02 (dois) mini sinalizadores de emergência, de luz vermelha, que permita sua adaptação aos locais indicado, próximo às lanternas, compostos por um conjunto LEDs de alta potência (01 W), de baixo consumo, com módulo controlador integrado de intermitência para que trabalhem de forma alternada e em frequência, que assegure a percepção aos veículos à traseira do veículo.

3.1.46.15. INSTALAÇÃO E RESULTADOS:

3.1.46.15.1. Os mini sinalizadores lineares da dianteira (grade frontal) deverão possuir seu espectro de projeção totalmente à frente, de cor branca, em altura entre 800mm (oitocentos milímetros) a 1.000 mm (mil milímetros);

3.1.46.15.2. os mini sinalizadores de intersecção do para lama dianteiro deverão possuir espectros de projeção às respectivas laterais, ser instaladas em seu terço anterior, em altura entre 1.000 mm (mil milímetros) a 1.200 mm (mil e duzentos milímetros).

3.1.46.16. FAROLETES E SINALIZADORES ROTATIVOS:

3.1.46.16.1. TRASEIRA:

3.1.46.16.2. Deverá possuir 02 (dois) faroletes dirigíveis em alumínio ou plástico resistente, na parte superior traseira da carroceria, com a finalidade de proporcionar iluminação extra nos trabalhos em locais de ocorrência;

3.1.46.16.3. deverão ser instalados 02 (dois) sinalizadores rotativos, com formato arredondado, na cor vermelha, com diodos emissores de luz (led) de alta potência (01 Watt), sendo um de cada lado, na parte superior da viatura, com tela metálica de proteção.

3.1.46.17. **DIANTEIRA:**

3.1.46.17.1. Deverá possuir 02 (dois) faroletes em alumínio ou plástico resistente direcionáveis, na parte superior dianteira da carroceria em suportes próprios, com a finalidade de proporcionar iluminação extra nos trabalhos em locais de ocorrência.

3.1.46.18. **SISTEMA SONORO:**

3.1.46.18.1. A viatura deverá possuir 02 (dois) sistemas de sirenes de alta eficiência, composto por 01 (uma) sirene do tipo Fá-Dó eletropneumática e 01 (uma) sirene eletrônica, de fácil acesso e manutenção, devidamente identificado, conforme segue:

3.1.46.18.2. sirene 1 - sirene fá-dó eletropneumática: Composta de um compressor elétrico centrífugo acionado por motor elétrico de corrente contínua de 12 V (doze volts), potência de 140 W (cento e quarenta watts), mecanismo de comutação por redutor tipo parafuso que comanda uma válvula de giro, sendo esta a que governa o ar no ritmo do sinal às cornetas e produz um som conhecido como fá-dó, através de duas cornetas de diafragma, em material resistente a intempéries, com reservatório de óleo;

3.1.46.18.3. sirene 2 - sirene eletrônica: com, no mínimo, 200 W (duzentos watts) de potência, alimentação de 12 V (doze volts), produzindo 04 (quatro) tons, sendo 01 (um) bitonal, 01 (um) contínuo e 02 (dois) intermitentes, acionada por chave ou painel para seleção dos tipos de som, microfone do tipo de anulação de ruídos, possuindo 02 (duas) unidades sonofletoras de, no mínimo, 100 W (cem watts) cada uma, de produção nacional, vetado o uso de drivers dedicados, instaladas fora da viatura, embutidos no para-choque dianteiro sem que haja sua projeção, em altura compreendida entre 800 mm (oitocentos milímetros) a 1.200 mm (mil e duzentos milímetros), com sistema de fixação adotado que permita fácil acesso aos drives para sua manutenção e / ou eventual substituição;

3.1.46.18.4. a medição da potência e da pressão sonora de, no mínimo 115dB (cento e quinze) decibéis deverão ser comprovadas, a 01 m (um metro) de distância, por aparelho fornecido pela CONTRATADA e/ou empresa adaptadora, devidamente certificado e aferido por entidade acreditada pelo INMETRO.

3.1.46.19. **MÓDULO DE CONTROLE:**

3.1.46.19.1. Deverá possuir 01 (um) módulo de controle único, com a finalidade de controlar, de forma integrada, o sistema de sinalização sonoro e visual (principal e secundário) da viatura;

3.1.46.19.2. deverá ser instalado no painel frontal do veículo ao alcance do motorista e do passageiro;

3.1.46.19.3. deverá possuir microprocessador ou controlador que permita a geração de lampejos luminosos;

3.1.46.19.4. deverá possuir opções para geração de efeitos luminosos que caracterizem o veículo parado, em deslocamento e em situação de emergência e até mais 05 (cinco) outros padrões de "flashes" distintos ou outras funções de iluminação a serem definidos / utilizados no futuro, sem custos adicionais, os quais deverão ser acionados separados ou simultaneamente no caso de se utilizar LEDs e dispositivos de iluminação não intermitentes (luzes de beco e/ou frontais);

3.1.46.19.5. o circuito eletrônico deverá gerenciar a corrente elétrica aplicada nos LED, através de PWM (pulse width modulator), a fim de garantir a vida útil dos LED e a eficiência luminosa do sinalizador, mesmo que o veículo esteja desligado ou em baixa rotação;

3.1.46.20. **TECLAS DE COMANDO:**

- 3.1.46.20.1. deverá possuir, no mínimo, 19 (dezenove) teclas de acionamento em silicone para sinalização visual e sinalização sonora;
- 3.1.46.20.2. A sinalização sonora deverá possuir:
- 3.1.46.20.3. 03 (três) tons acionados por botões com retenção;
- 3.1.46.20.4. 01 (um) acionado por botão sem retenção;
- 3.1.46.20.5. 01 (um) botão para toque de alerta tipo uivo rápido;
- 3.1.47.20.6. 01 (um) painel ou chave seletora dos modos de operação manual e toques rápidos;
- 3.1.47.20.7. chave ou botão liga-desliga para sirene eletro pneumática (vide item devidamente iluminada e identificada;
- 3.1.47.20.8. Padrão referencial:
- 3.1.47.20.9. Botões WAIL, PIERCE e YELP;
- 3.1.47.20.10. Botão/figura CORNETA para acionamento da sirene fá-dó (bitonal);
- 3.1.47.20.11. Botões MAN e HORN para acionamento das sirenes eletrônicas.
- 3.1.47.20.12. A sinalização luminosa deverá ser composta por 03 (três) possibilidades diferentes, sendo:
- 3.1.47.20.13. 01 (uma) para o veículo estacionado;
- 3.1.47.20.14. 01 (uma) para o veículo em deslocamento;
- 3.1.47.20.15. 01 (uma) para o veículo em emergência;
- 3.1.47.20.16. Padrão referencial:
- 3.1.47.20.17. botão nº1: aciona a barra de sinalização luminosa frontal ("high-light");
- 3.1.47.20.18. botão nº2: aciona a barra de sinalização luminosa e estrobos e;
- 3.1.47.20.19. botão nº3: aciona a barra de sinalização luminosa frontal, os estrobos e a sirene WAIL; e ao serem acionados desabilitam automaticamente o anterior e sendo programados de acordo com o CÓDIGO DE SAÍDA DE VIATURAS PARA OCORRÊNCIA, ou seja, códigos 1, 2 e 3.
- 3.1.47. IDENTIFICAÇÃO E MANUAIS DE OPERAÇÃO:**
- 3.1.47.1. Todas as chaves, botões ou teclas dos sistemas de sinalização e de iluminação deverão ser devidamente identificados com etiquetas ou placas de fácil leitura, alta resistência à lavagem com produtos de limpeza e em língua portuguesa;
- 3.1.47.2. deverá ser fornecido 01 (um) manual de operação para o sistema de sinalização com instruções sobre a utilização das sirenes, e 01 (um) manual para o sistema de iluminação de emergência, interna e externa, com instruções sobre a utilização com melhor aproveitamento e máximo de segurança;
- 3.1.47.3. os manuais deverão ser na língua portuguesa e devidamente ilustrados.
- 3.1.48. PINTURA E GRAFISMO:**
- 3.1.48.1. CARACTERÍSTICAS GERAIS DE PINTURA:**
- 3.1.48.1.1. A pintura externa de todo o veículo poderá ser original ou repintada;
- 3.1.48.1.2. caso o veículo seja repintado, deverão ser considerados os seguintes parâmetros:

3.1.48.2. NORMA REFERENCIAL:

3.1.48.2.1. Deverá atender aos requisitos da norma ABNT NBR 14284/1999 - veículos rodoviários - carroçaria - reparação e pintura dos componentes e ABNT NBR 14847/2002 - Inspeção de serviços de pintura em superfícies metálicas - Procedimento ou norma similar, podendo ser estrangeira;

3.1.48.2.2. o acabamento das partes metálicas deverá estar de acordo com o item 8.3. da NBR 14096/16 ou norma similar, podendo ser estrangeira.

3.1.48.3. COBERTURA DA PINTURA:

3.1.48.3.1. O veículo deverá ser pintado antes da instalação de acessórios outros acabamentos, para garantir uma cobertura completa com o máximo de proteção contra corrosão em todas as superfícies metálicas;

3.1.48.3.2. as superfícies internas visíveis da estrutura da cabine deverão ser pintadas ou revestidas com um revestimento automotivo comercialmente disponível de alta qualidade, com cor correspondente às coberturas internas do revestimento;

3.1.49.3.2.1. as bordas do chassi deverão ser pintadas com mesma cor do chassi.

3.1.48.4. LIMPEZA E CUIDADOS:

3.1.48.4.1. Deverão ser observados os cuidados e recomendações em todas as etapas, desde a preparação da superfície (limpeza, lixamento, aplicação de primer, tinta de fundo) até a pintura final de acabamento;

3.1.48.4.2. todas as superfícies do veículo deverão ser lixadas, manualmente e com máquina, para remover qualquer oxidação de superfície, detritos de superfície ou imperfeições que possam impedir a aderência da tinta;

3.1.48.4.3. deverá ser utilizado um desengraxante para limpar e eliminar todas as impurezas da superfície;

3.1.48.4.4. uma vez que a superfície for lixada, deverá ser realizada a aplicação de primer de alta qualidade;

3.1.48.4.5. o veículo inteiro deverá ser revestido com um agente sólido ou epóxi intermediário para preencher quaisquer defeitos superficiais menores e fornecer uma ligação adesiva entre o primer e a tinta, bem como melhorar a retenção e brilho da cor;

3.1.48.4.6. as superfícies de alumínio deverão ser submetidas a processo de limpeza química sendo que o alumínio que fizer parte do visual externo deverá ser anodizado.

3.1.48.5. PROTEÇÃO ADICIONAL:

3.1.48.5.1. O veículo deverá ser pintado com um sistema tipo poliuretano acrílico, projetado para reter cor e resistir à chuva ácida e à maioria dos produtos químicos atmosféricos encontrados no local do incêndio ou na cena de emergência;

3.1.48.5.2. todas as superfícies sujeitas à corrosão deverão receber tratamento e pintura antiferrugínosa.

3.1.48.6. NÃO CONFORMIDADE:

3.1.48.6.1. Em hipótese alguma será aceita pintura com ondulações, escorrimentos ou rugosidades;

3.1.48.6.2. todo o serviço de pintura deverá necessariamente ser executado em estufa com instalações técnicas adequadas ao serviço, não sujeitando a contaminação por partículas diversas.

3.1.48.7. GARANTIA:

3.1.48.7.1. A cabine e o chassi deverão estar cobertos por uma garantia limitada de pintura do fabricante, válida por 05 (cinco) anos a partir da data de entrega.

3.1.48.8. TINTA:

3.1.48.8.1. Todo o veículo deverá ser pintado com tinta automotiva comercialmente disponível de alta qualidade.

3.1.48.9. TONALIDADES:

3.1.48.9.1. Os padrões de cor e respectivos códigos aceitos pelo Corpo de Bombeiros deverão ser os seguintes:

3.1.48.9.2. vermelho bonanza GM 1980, código para referência, em poliuretano, fabricante PPG, PE 15510-55510;

3.1.48.9.3. vermelho candy apple red, código para referência, em poliuretano, fabricante PPG, 1052 PE 11052060;

3.1.48.9.4. vermelho alpine, código para referência, em poliuretano, fabricante BASF, MS 691125;

3.1.48.9.5. vermelho bari, código para referência, em poliuretano, fabricante DUPONT, M 3023;

3.1.48.9.6. vermelho pepper, código para referência, em poliuretano, fabricante PPG 4154;

3.1.48.9.7. vermelho tornado, código para referência, em poliuretano PPG LY3D;

3.1.48.9.8. vermelho cherry red, código para referência, em poliuretano, fabricante GLASURIT, SAA 6030;

3.1.48.9.9. vermelho ruby red, "Vermelho bombeiro", código para referência RAL 3003.

3.1.48.10. EXCEÇÕES ADMITIDAS:

3.1.48.10.1. Caso não seja aplicada uma das cores homologadas pelo CBMPE, nos parâmetros acima descritos, deverá ser apresentada uma amostra do vermelho a ser aplicado, contendo a tonalidade de cor, seu código de referência, seu fabricante e qualidade da tinta para que seja analisada a viabilidade de inserção da mesma.

3.1.48.11. GRAFISMO:

3.1.48.11.1. O veículo deverá ser entregue devidamente adesivado em vinil refletivo de alto desempenho, de acordo com a padronização visual do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Pernambuco, conforme orientação e prévia aprovação do desenho;

3.1.48.11.2. O Corpo de Bombeiros, no momento da avaliação do projeto executivo, fornecerá o referencial de grafismo, para que a contratada possa elaborar layout técnico e encaminhar prospecto para avaliação da CTER (Comissão Técnica Especial de Recebimento);

3.1.48.11.3. os números de cadastro, letras, detalhes ou alterações, inclusive de logomarcas, deverão ser confeccionados conforme orientação fornecida pela comissão designada;

3.1.48.11.4. em nenhuma hipótese será aceito grafismo com bolhas, rasgos ou furos, deformações, grafismo assimétricos, divergência de cores e impressões dos brasões e logotipos com manchas ou baixas resoluções.

3.1.48.11.5. as letras, números, pictogramas e faixas laterais deverão ser refletivos;

3.1.48.11.6. as letras e números deverão ser na cor branca, com fonte arial black, com tamanho a ser definido conforme layout do veículo.

3.1.48.12. PELÍCULA ADESIVA:

3.1.48.12.1. Película PVC (policloreto de vinila) fundida tipo CAST de alta performance (Oracal, 3M ou avery), polimérica, 0,5 mm (cinco décimos de milímetro) a 0,7 mm (sete décimos de milímetro) de espessura, específica para uso em cortadoras planas, controladas eletronicamente, com adesivo em uma das faces, protegido por meio de liner;

3.1.48.12.2. papel siliconado protetor: papel revestido em polietileno dupla face, um lado siliconizado, com no mínimo 43 g/m2 (quarenta e três gramas por metro quadrado);

3.1.48.12.3. adesivo: poliacrilato solvente, reposicionável, permanente, cola transparente, devendo atender sobreposto à área de utilização, previsto para aplicações ao ar livre de longo prazo, e impressões digitais de grande formato, com o mais alto grau de brilho e durabilidade.

3.1.48.13. DADOS TÉCNICOS GERAIS A SEREM ATENDIDOS:

3.1.48.13.1. Espessura (sem papel e adesivo): 60μ (sessenta micron);

3.1.48.13.2. estabilidade dimensional em conformidade com a norma FINAT TM 14;

3.1.48.13.3. resistência à temperatura: quando aderido ao alumínio, -50°C (cinquenta graus celsius) a + 90°C (noventa graus celsius), (curto prazo, máximo 24h (vinte e quatro horas) a + 100°C (cem graus celsius)), sem variação;

3.1.48.13.4. resistência à água do mar em conformidade com a norma DIN 50021;

3.1.48.13.5. aderido ao alumínio após 100h (cem horas) /23°C (vinte e três graus celsius): nenhuma variação;

3.1.48.13.6. resistência a solventes e produtos químicos em temperatura ambiente: 72h (setenta e duas horas) (comprovação de resistência à maioria dos óleos e gorduras minerais, combustíveis, solventes alifáticos, ácidos suaves, sais e álcalis);

3.1.48.13.7. comportamento ao fogo aderida ao aço: auto extingüível;

3.1.48.13.8. potência adesiva em conformidade com a FINAT TM 1, apresentando após 24h (vinte e quatro horas) em aço inoxidável: 18 Nm (dezoito newtons) / 25 mm (vinte e cinco milímetros);

3.1.48.13.9. resistência à tração em conformidade com a norma DIN EN ISO 527, apresentando alongamento vertical mínimo de 19 Mpa (dezenove megapascal) e horizontal mínimo de 19 Mpa (dezenove megapascal);

3.1.48.13.10. alongamento à ruptura em conformidade com a norma DIN EN ISO 527 – vertical mínimo de 130% (cento e trinta por cento), horizontal mínimo de 150% (cento e cinquenta por cento);

3.1.48.13.11. temperatura mínima de aplicação: > + 8°C (oito graus celsius);

3.1.48.13.12. vida útil por aplicação de especialista: sob exposição vertical ao ar livre (clima normal) 05 (cinco) anos, a 20°C (vinte graus celsius) e 50% (cinquenta por cento) de humidade relativa.

3.1.48.14. LOGOMARCA E PIXEL ESTILIZADO:

3.1.48.14.1. Método de impressão em 12 (doze) passes por jato de tinta, com tintas à base de solvente ou tintas de látex;

3.1.48.14.2. após a impressão, o adesivo deverá receber laminação calandrada (Oracal, 3M ou Avery).

3.1.48.15. APLICAÇÃO DAS PELÍCULAS ADESIVAS:

3.1.48.15.1. tecnologia para transformação: recorte eletrônico;

3.1.48.15.2. aplicação manual, seguindo as instruções fornecidas pelo fabricante;

3.1.48.15.3. recortes em todas as regiões de baixo relevo;

3.1.49.15.4. ausência completa de cantos vivos;

3.1.49.15.5. não aplicação das películas em regiões de borrachas;

3.1.49.15.6. uso de soprador térmico em toda a película durante sua aplicação;

3.1.49.15.7. limpeza da superfície com água e detergente, seguido de desengraxante comercial;

3.1.49.15.8. superfície para aplicação (pintura dos veículos) em perfeitas condições de ancoragem da tinta/verniz ao metal;

3.1.49.15.9. a aplicação deverá ser feita em local coberto e limpo (sem poeira);

3.1.49.15.10. tempo para secagem da película (cura) não inferior a 48 h (horas).

3.1.50 O licitante deverá observar a legislação vigente aplicável ao objeto, em especial as normas do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN, bem como atender às normas técnicas e às certificações compulsórias eventualmente aplicáveis, incluindo aquelas regulamentadas pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – INMETRO, além dos requisitos mínimos de qualidade, utilidade, resistência e segurança.

3.2. GARANTIA DO OBJETO

3.2.1. O prazo de garantia do objeto deverá ser de, no mínimo, 12 (doze) meses contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto. A contratada deverá assegurar o mesmo prazo estipulado pelo fabricante, caso este seja superior ao prazo mínimo retrocitado.

3.2.2. A garantia poderá implicar a realização de manutenção, substituição temporária ou troca definitiva, com vistas a manter a disponibilidade do objeto para uso, em perfeito estado de funcionamento.

3.2.3. Os serviços de assistência técnica decorrentes da garantia compreendem a substituição de peças, ajustes e reparos necessários, dentre outros procedimentos, de modo a manter o objeto em perfeita condição de uso durante a sua vigência.

3.2.4. O serviço de manutenção do objeto realizado durante o período de garantia é de responsabilidade do fornecedor, que deverá disponibilizar assistência técnica autorizada para realização das intervenções necessárias.

3.2.4.1. Tanto na substituição temporária quanto na troca definitiva, o equipamento substituído deverá possuir características técnicas e desempenho igual ou superior ao equipamento original, além de estarem em perfeito estado de funcionamento.

3.3. DA EXECUÇÃO DO OBJETO

3.3.1. A entrega do bem será realizada de forma futura e integral, em remessa única, no prazo de até 300 (trezentos) dias, contados da notificação da Ordem de Fornecimento, acompanhada da Nota de Empenho.

3.3.2. A entrega será realizada no Comando Geral do Corpo de Bombeiros Militar de Pernambuco, localizado na Av. João de Barros, 399, Boa Vista, Recife/PE, CEP: 50050-180, no horário das 08h às 17h, em dias úteis de segunda-feira a sexta-feira, onde os materiais serão conferidos e recebidos.

3.3.3. Para a entrega do objeto, é imprescindível anexar DANFE a Nota Fiscal Eletrônica e a cópia da nota de empenho.

3.3.4. O objeto será recebido:

a) Provisoriamente, de forma sumária, mediante recibo, para efeito de posterior verificação da conformidade dos bens recebidos com as especificações exigidas;

b) Definitivamente, após a verificação da compatibilidade dos bens com as especificações técnicas e exigências de qualidade e quantidade fixadas neste Termo de Referência e seus anexos, com a consequente aceitação, mediante termo circunstanciado, no prazo de 30 (trinta) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou do instrumento de cobrança equivalente.

3.3.5. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

3.3.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade ético-profissional da contratada pela perfeita execução da contratação, nem a responsabilidade pelos prejuízos

resultantes da sua incorreta execução.

3.3.7. A contratada deve comunicar à contratante, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

3.3.8. O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com os termos e condições desta contratação. A contratada deve substituir, reparar ou complementar, às suas expensas, no todo ou em parte, conforme o caso, no prazo de até 30 (trinta) dias úteis, contados da notificação feita pelo fiscal, os bens que apresentarem vícios, defeitos ou qualquer irregularidade.

3.3.9. Vistorias, inspeções e testes no local de fabricação/montagem.

3.3.9.1. Em razão da elevada complexidade técnica do objeto – Viatura de Auto Salvamento Pesado Especial –, será prevista 01 (uma) visita técnica de comissão designada pela Contratante ao local de fabricação/montagem da empresa fabricante ou implementadora, com a finalidade de realizar vistorias e inspeções para fins de acompanhamento e verificação da conformidade do objeto a ser fornecido.

3.3.9.1.2. A comissão será composta por até 03 (três) profissionais designados pelo Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Pernambuco (CBMPE). O procedimento tem por objetivo resguardar o interesse da Administração quanto ao recebimento do bem, bem como promover maior segurança no processo de aceite provisório do objeto.

3.3.9.1.3. As despesas com deslocamento, transporte e locomoção necessárias à realização da visita da comissão deverão ser custeadas integralmente pela Contratada, ficando a Contratante responsável apenas pelas diárias dos profissionais designados.

3.3.9.1.4. A visita técnica ocorrerá em etapa única, após a conclusão da fabricação ou montagem do objeto, e poderá contemplar, de forma geral, a realização de verificações técnicas, funcionais e documentais pertinentes ao processo de recebimento provisório, observadas as exigências do edital e demais condições contratuais aplicáveis.

3.3.9.1.5. Ao final da visita, será lavrado Relatório Técnico de Inspeção, registrando as constatações pertinentes e servindo como documento formal de apoio ao procedimento de recebimento provisório. O relatório deverá conter a assinatura dos membros da comissão e do representante da Contratada que acompanhar a visita.

4. DO VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO, CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA E DO BENEFÍCIO PREVISTO NA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006

4.1. VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

4.1.1. O valor estimado global da contratação é de R\$ 12.523.575,00 (doze milhões, quinhentos e vinte e três mil, quinhentos e setenta e cinco reais), distribuído no seguinte item:

a) Item 01 (ampla concorrência) -- Valor estimado total - R\$ 12.523.575,00 (doze milhões, quinhentos e vinte e três mil, quinhentos e setenta e cinco reais).

4.1.2. No preço total do objeto deverão estar inclusos todos os tributos (impostos, taxas e contribuições), sejam federais, estaduais e municipais, bem como frete, comissões, pessoal, embalagem, seguros, encargos sociais e trabalhistas, assim como demais insumos inerentes que incidam ou venham a incidir sobre o objeto, sejam de que naturezas forem.

4.1.3. Os preços finais unitários e totais propostos pelos licitantes não poderão ultrapassar o preço unitário e total estimado pela Administração, sob pena de desclassificação da proposta.

4.2. CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA

4.2.1. As despesas decorrentes desta licitação serão incluídas no orçamento do Estado de Pernambuco,

para o presente exercício, na classificação abaixo:

Elemento de Despesa: 44905252

4.3. JUSTIFICATIVA PARA NÃO APLICAÇÃO DO BENEFÍCIO PREVISTO NA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006

4.3.1. Uma vez que o preço estimado do item desta contratação supera individualmente o valor da receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte (art. 3º, inciso II, da Lei Complementar nº 123/2006), não serão aplicados a tal item os benefícios presentes nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006 e arts. 5º ao 7º do Decreto nº 45.140/2017, por disposição expressa no inciso I, do § 1º, do art. 4º, da Lei nº 14.133/2021.

4.3.2. Considerando que não há itens de valor igual ou inferior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), a presente licitação não possui itens exclusivos à participação de microempresa, empresa de pequeno porte ou Microempreendedor Individual.

4.3.3. Em relação ao inciso III, do art. 48, da Lei Complementar já citada acima, embora o objeto seja divisível, a aplicação de cota reservada para microempresa ou empresa de pequeno porte mostra-se inviável, tendo em vista que cada item, isoladamente considerado, ultrapassa o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor total estimado da contratação.

5. DA LICITAÇÃO

5.1. MODALIDADE DE LICITAÇÃO, CRITÉRIO DE JULGAMENTO, FORMA DE FORNECIMENTO E MODOS DE DISPUTA

5.1.1. O objeto será executado por meio da forma de FORNECIMENTO INTEGRAL com entrega FUTURA.

5.1.2. A licitação será processada na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, tendo como critério de julgamento o MENOR PREÇO UNITÁRIO/POR ITEM.

5.1.3. O modo de disputa a ser utilizado no certame é o aberto.

5.1.4. A combinação dos parâmetros modalidade de licitação, critério de julgamento e modo de disputa descritos neste Termo de Referência se mostram adequadas e eficientes para seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, uma vez que se trata de bem comum com especificações técnicas objetivamente definidas, permitindo ampla participação e competição entre os licitantes.

5.2. PROPOSTA

5.2.1. PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA

5.2.1.1. As propostas deverão ter validade de, no mínimo, 120 (cento e vinte) dias, contados da data de abertura da sessão pública, independente de declaração da licitante.

5.2.2. CONDIÇÕES DA PROPOSTA

5.2.2.1. Para o item único da presente contratação, a proposta deverá ser acompanhada dos seguintes documentos:

a) Catálogos técnicos, prospectos, fichas técnicas ou documentos equivalentes, emitidos pelo fabricante ou pelo fornecedor, que permitam a análise técnica e a verificação do atendimento às especificações mínimas estabelecidas neste Termo de Referência, especialmente quanto às características da viatura, dos sistemas embarcados, dos equipamentos operacionais e dos acessórios integrantes da solução.

Os documentos apresentados em idioma estrangeiro deverão ser acompanhados de tradução para o idioma oficial do Brasil, podendo ser tradução simples, sem prejuízo de posterior diligência.

5.3. REQUISITOS ESPECÍFICOS DE HABILITAÇÃO

5.3.1. REQUISITOS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

5.3.1.1. Comprovação de experiência prévia no fornecimento de bens similares ou compatíveis, com características, quantitativos, complexidade tecnológica e operacional equivalentes ou superiores ao objeto desta licitação, ou com o item pertinente, mediante atestado(s) fornecido(s) por pessoa(s) de direito público ou privado ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

5.3.1.2. Será considerado compatível em características o fornecimento de caminhões especializados para bombeiros ou viaturas de salvamento.

5.3.1.3. Será considerado compatível com a quantidade o(s) atestado(s) que apresentar(em), no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das quantidades estimadas na licitação para cada item, exigindo-se a comprovação cumulativa quando da classificação provisória em primeiro lugar em mais de um item.

5.3.1.4. Para fins de aferição do percentual mínimo de 50% (cinquenta por cento) relativo à qualificação técnica, em sendo obtido resultado cujo número possua casas decimais, deverá ser realizado arredondamento para o primeiro menor número inteiro.

5.3.1.5. Justifica-se o percentual fixado para fins de qualificação técnica, no que se refere à comprovação das quantidades a serem indicadas em atestados, em razão da complexidade técnica, do elevado grau de especialização exigido para o fornecimento do objeto, bem como da necessidade de assegurar que a licitante detenha experiência prévia compatível com as características, dimensões e riscos operacionais envolvidos, garantindo a adequada execução contratual e a segurança das operações a serem realizadas.

5.3.1.6. Será admitida a apresentação de atestados relativos a potencial subcontratada, exclusivamente em relação às parcelas acessórias do fornecimento, tais como a instalação, adaptação e implementação de equipamentos específicos e sistemas de sinalização visual e sonora, cuja subcontratação foi expressamente autorizada no presente Termo de Referência.

5.3.2. REQUISITOS DE QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

5.3.2.1. Comprovação do Patrimônio Líquido ou Capital Social Mínimo, correspondente a 5% (cinco por cento) do valor estimado da licitação para o respectivo item, exigindo-se a comprovação cumulativa quando da classificação provisória em primeiro lugar em mais de um item.

6. DO REGISTRO DE PREÇOS

6.1. JUSTIFICATIVA PARA UTILIZAÇÃO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1.1. A adoção do Sistema de Registro de Preços para a contratação do objeto constante neste Termo de Referência encontra amparo no art. 3º do Decreto Estadual nº 54.700/2023, tendo em vista a conveniência administrativa, a possibilidade de contratações futuras e a necessidade de atendimento às demandas do Corpo de Bombeiros Militar de Pernambuco – CBMPE, conforme a disponibilidade orçamentária e a efetiva necessidade da Administração.

6.2. ÓRGÃO GERENCIADOR

6.2.1. O Corpo de Bombeiros Militar de Pernambuco (CBMPE) é o órgão gerenciador deste Registro de Preços.

6.3. ÓRGÃOS PARTICIPANTES

6.3.1. Figura como órgão participante deste Registro de Preços exclusivamente o Corpo de Bombeiros Militar de Pernambuco – CBMPE, responsável pela totalidade da demanda estimada constante neste Termo de Referência.

6.4. PRAZO PARA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.4.1. Após a homologação do resultado desta licitação, a adjudicatária será convocada para assinar a Ata de Registro de Preços, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da convocação, sob pena de decair o direito à contratação.

6.5. PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E SUA POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO

6.5.1. O prazo de vigência da ata será de 1 (um) ano, contado da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, facultada a renovação dos quantitativos previstos, inclusive para fins de adesão por não participantes, desde que seja comprovada a vantajosidade dos preços registrados.

6.6. PREVISÃO E JUSTIFICATIVA DA POSSIBILIDADE DE ADESÃO POR ÓRGÃOS E ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES E CONDIÇÕES DE ADESÃO

6.6.1. Será permitida a adesão por órgãos não participantes à Ata de Registro de preços oriunda deste Termo de Referência.

6.6.2. As possíveis solicitações de adesão deverão ser encaminhadas à gerenciadora da ata de registro de preços, por meio do telefone: (81) 3182-9111, e-mail: dlog.dpl@bombeiros.pe.gov.br, para autorização.

6.7. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA GERENCIADORA DA ATA

6.7.1. As obrigações do órgão gerenciador da ata de registro de preços serão dispostas em item específico da minuta da ata de registro de preços do presente processo.

6.8. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA DETENTORA DA ATA

6.8.1. As obrigações da detentora da ata de registro de preços serão dispostas em item específico da minuta da ata de registro de preços do presente processo.

7. DO CONTRATO

7.1. PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL E PRORROGAÇÃO

7.1.1. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, na forma do art. 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. PRAZO PARA ASSINATURA DO CONTRATO

7.2.1. O Detentor da Ata será convocado para a assinatura do contrato no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da convocação, sob pena de decair o direito à contratação.

7.2.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

7.4. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

7.4.1. As obrigações da Contratante serão detalhadas na minuta do contrato anexa ao Edital da presente licitação.

7.5. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

7.5.1. As obrigações da Contratada serão detalhadas na minuta do contrato anexa ao Edital da presente licitação.

7.5.2. Os veículos deverão ser entregues licenciados e emplacados perante o DETRAN/PE, em nome da Contratante, cabendo à Contratada todas as providências necessárias para tanto.

7.6. PREVISÃO E CONDIÇÕES DE PRESTAÇÃO DA GARANTIA CONTRATUAL

7.6.1. A CONTRATADA prestará garantia de execução contratual, no percentual de 5% (cinco por cento) do valor total do CONTRATO, nos termos dos artigos 96 a 98 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.6.2. As demais disposições sobre o tema serão detalhadas na minuta do contrato, anexo do Edital do presente certame.

7.7. DA PERMISSÃO DA SUBCONTRATAÇÃO

7.7.1. É permitida a subcontratação de parcela do objeto do presente certame correspondente a execução de atividades acessórias, tais como a instalação, adaptação e implementação de equipamentos específicos, bem como a aplicação de sinalização visual e sonora, desde que tais atividades não se confundam com o fornecimento do veículo propriamente dito, o qual deverá ser integralmente executado pela contratada, observadas as condições e formas estabelecidas na minuta do contrato anexa ao Edital, tendo em vista que se trata de prestação acessória, até o limite de 30% (trinta por cento) do valor total do contrato, e que não equivale à parcela de maior relevância técnica ou econômica do presente objeto.

7.7.2. Tal permissão se fundamenta na viabilidade técnica e econômica da subcontratação de parcelas de natureza acessória, que demandam conhecimentos específicos e especializados, distintos do fornecimento do veículo propriamente dito, permitindo maior eficiência na execução dessas atividades, sem prejuízo à qualidade, à padronização e à responsabilidade integral da contratada pelo objeto principal.

7.7.3. São requeridas as seguintes condições para subcontratação:

- I – a subcontratação ficará limitada às atividades expressamente autorizadas neste Termo de Referência;
- II – a subcontratação não poderá ultrapassar o limite máximo de 30% (trinta por cento) do valor total do contrato;
- III – a contratada permanecerá integralmente responsável pela execução do objeto, inclusive quanto às obrigações técnicas, legais e contratuais;
- IV – a subcontratação não poderá recair sobre a parcela de maior relevância técnica ou econômica do objeto.

7.8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.8.1. As obrigações dos agentes responsáveis pela gestão e fiscalização da presente contratação estão detalhadas no Decreto Estadual nº 51.651/2021, bem como serão dispostas na minuta do contrato, anexo ao Edital deste certame.

7.8.2. A comunicação entre a Contratante e a Contratada se dará por meio de email: dlog.dcc_bombeiros@bombeiros.pe.gov.br, sem prejuízo de outros meios disponíveis.

7.8.3. A contratada deverá apresentar a Nota Fiscal ou fatura para atesto da Administração no seguinte endereço: Comando Geral do Corpo de Bombeiros Militar de Pernambuco, Av. João de Barros, 399, Boa Vista, Recife/PE, CEP: 50050-180.

7.8.4. A Gestão da contratação ficará a cargo da Divisão Resposta a Desastres /Diretoria Integrada Metropolitana, conforme parâmetros definidos no Decreto Estadual nº 51.651/2021.

7.8.5. A Fiscalização da contratação ficará a cargo da Divisão de Gestão de Contratos – Diretoria de Logística, conforme parâmetros definidos no Decreto Estadual nº 51.651/2021.

8. DOS CRITÉRIOS E PRAZOS PARA PAGAMENTO

8.1. As disposições sobre o tema serão detalhadas em cláusulas da minuta do contrato de fornecimento anexo do Edital do presente certame.

9. DAS SANÇÕES GERAIS E ESPECÍFICAS

9.1. SANÇÕES A SEREM APLICADAS NA FASE DE LICITAÇÃO

9.1.1. As disposições sobre sanções administrativas aplicáveis durante a licitação e aquelas praticadas no período situado entre a adjudicação e a assinatura da ata serão previstas no Edital do presente certame.

9.2. SANÇÕES A SEREM APLICADAS NA EXECUÇÃO DA ATA

9.2.1. As disposições sobre sanções administrativas aplicáveis em relação à detentora da ata de registro de preços estarão previstas na Minuta da Ata, anexo do Edital do presente certame.

9.3. DAS SANÇÕES A SEREM APLICADAS DURANTE A CONTRATAÇÃO

9.3.1. As penalidades relativas a infrações cometidas no curso da contratação serão devidamente consignadas na minuta do contrato, anexa ao Edital do presente certame.

ANEXOS DO TERMO DE REFERÊNCIA:

Anexo A – Modelo de ordem de fornecimento

Anexo B – Modelo de proposta

Anexo C- ETP

Anexo D – Quadro Resumo

Recife, 05 de fevereiro de 2026.

NATHALY Karoline Bezerra - SD BM
Auxiliar da DCS

Danilo de Oliveira VALENÇA - 2º Ten QOC BM
Respondendo pela chefia da DCS

George VITORIANO de Almeida - Ten Cel BM
Diretor Interino de Logística



GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Secretaria Executiva de Contratações Públicas do Estado

Gerência Geral da Central de Licitações do Estado

Gerência de Licitações de Defesa Social

Pregoeiro/Pregoeiro - AC 30

Observação: Este termo de referência foi elaborado de acordo com os instrumentos padronizados da PGE: Edital de Fornecimento (Atualizado em 03/06/2025), Minuta do Contrato de Fornecimento (Atualizada em 21/01/2025) e Minuta da Ata de Registro de Preços (Atualizada em 12/06/2024).

DATA DE VERSÃO DO TR SAD

27/06/2025

ANEXO A

MODELO DE ORDEM DE FORNECIMENTO

Referente à NOTA DE EMPENHO n° _____

OBJETO:

Item	Material	CÓDIGO DO E-FISCO	Quantidade (Unidade de Fornecimento)
01			

VALOR:

PRAZO DE ENTREGA:

LOCAL E HORÁRIO DE ENTREGA:

SERVIDOR DESIGNADO PARA RECEBIMENTO:

Os bens deverão ser entregues em conformidade com as especificações técnicas e demais condições exigidas no Termo de Referência.

Integram este instrumento o Edital de Pregão Eletrônico n.º XXXXX e seus Anexos, bem como a Proposta apresentada na licitação, independentemente de transcrição.

Local, data.

Assinatura do servidor responsável

ANEXO B

MODELO DE PROPOSTA

(em papel timbrado do licitante)

Item	Código E-Fisco	Descrição	Unid.	Valor unitário máximo	Qtde	Valor Total
1	606930-4			R\$		R\$
VALOR TOTAL:						

A validade da proposta será de, no mínimo, ____ (_____) dias, contados a partir da data da sua apresentação, independente de declaração do licitante.

Data/Nome e assinatura do responsável

ANEXO C

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Identificação do requisitante

Número SEI: 3900000160.000044/2025-53

Órgão/Entidade: Corpo de Bombeiros Militar de Pernambuco

Setor Requisitante do Órgão/Entidade: COMITÊ DE SALVAMENTO TERRESTRE

Responsável / Equipe de planejamento da demanda: JOÃO PAULO Ferreira da Costa

Contato do responsável: Fone (81) 98644-1983 E-mail institucional: joao.paulo@bombeiros.pe.gov.br

Preâmbulo

Considerando a prescrição normativa que estabelece as normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, em especial o disposto nos arts. 8º, § 1º, inciso I, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, o qual dispõe acerca da fase preparatória das licitações e contratações diretas no âmbito do Poder Executivo Estadual, bem como o art. 8º, inciso I, do Decreto Estadual nº 53.384/2022, que estabelece o conteúdo mínimo do Termo de Referência, o presente instrumento visa contemplar a descrição da necessidade da contratação, as especificações do objeto e as condições para sua execução.

1. Descrição da necessidade da contratação

O Corpo de Bombeiros Militar de Pernambuco – CBMPE, instituição permanente, força auxiliar e reserva do Exército Brasileiro, organizada com base na hierarquia e na disciplina, nos termos da legislação vigente, tem como missão institucional a execução de atividades de defesa civil, prevenção e combate a incêndios, busca, salvamento e resgate, atuando em todo o território do

Estado de Pernambuco.

No desempenho de suas atribuições, o CBMPE é frequentemente acionado para atendimento a ocorrências de elevada complexidade, a exemplo de operações de busca e salvamento em estruturas colapsadas, acidentes de grande porte, desastres naturais e outras situações que demandam emprego de equipamentos específicos e de grande porte, capazes de garantir a segurança das equipes operacionais e a efetividade das ações de resgate.

Para o adequado atendimento a esse tipo de ocorrência, faz-se necessária a disponibilização de viaturas especializadas, destinadas ao transporte, acondicionamento e pronta utilização de ferramentas, equipamentos e acessórios próprios das operações de salvamento pesado. Nesse contexto, o Veículo Auto Salvamento Pesado Especial constitui recurso essencial para o suporte logístico e operacional das equipes, contribuindo para a redução do tempo de resposta, aumento da eficiência das ações e preservação da integridade física das vítimas e dos militares envolvidos.

Dessa forma, a contratação pretendida mostra-se necessária para o fortalecimento da capacidade operacional do Corpo de Bombeiros Militar de Pernambuco, assegurando condições adequadas para o cumprimento de suas atribuições legais e para a continuidade da prestação eficiente do serviço público de salvamento à sociedade pernambucana.

Operações de Busca e Resgate em Estruturas Colapsadas

O Estado de Pernambuco possui mais de 4000 (quatro mil) edificações com risco alto para colapso estrutural conforme relatórios preliminares da defesa civil estadual, além de uma das maiores taxas de esbeltez de edificações verticalizadas no âmbito da Região Metropolitana com edificações construídas em processos construtivos diversificados e tempos de concepção distintos.

Corroborando de forma negativa, ainda há o déficit habitacional, realidade que assola diversos entes federativos, incluindo o Estado de Pernambuco. Mesmo com ações e programas governamentais, ainda restam milhares de famílias ocupando edificações, inclusive desocupadas e interditadas pelo poder público, face a ausência de moradias e, tais edificações estão em riscos. A título ilustrativo, há diversos prédios, tipo caixão, ocupados de forma irregular, os quais potencializam a exposição e os números de vítimas, em caso de ocorrências dessa natureza a cometerem esses espaços.

Destarte as condições ora informadas, os anos de 2023 e 2024, infelizmente, registraram ocorrências de significativa repercussão com mais de 20 (vinte) óbitos e feridos por decorrência do colapso de edificações, e perfaz um total de 60 (sessenta) ocorrências de desabamentos e desmoronamentos, nesse período, com atuação direta da Corporação nos diversos rincões do Estado.

Não obstante, os riscos ultrapassam a região metropolitana e avançam nas regiões agreste e sertão do Estado. Respectivamente, há recorrência de fenômenos sísmicos, notadamente, no município de Caruaru

e uma maior verticalização dos modelos construtivos empregados na urbanização em geral. Condição que acomete grandes centros urbanos.

Operações de Salvamento Veicular

Além da condição de ocorrências de estruturas colapsadas, com base nos registros egressos do Departamento de Informação e Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS) e do Departamento de Polícia Rodoviária Federal (DPRF), apontam mais de 4000 (quatro mil) óbitos em rodovias federais que cortam o Estado. Com destaque para as BRs 232 e 101, somando mais de 2000 (dois mil) óbitos.

Além da condição de vidas ceifadas, infelizmente, são diversas outras vidas com lesões temporárias e definitivas que perfazem nos mais de 2475 quilômetros de extensão das rodovias federais e mais de 7671 quilômetros de rodovias estaduais em que os registros de acidentes mobilizam os esforços da Corporação para atuar na mitigação dos acidentes. Consoante ao escopo, temos 158 (cento e cinquenta e oito) vítimas presas em ferragens entre os anos de 2023 e 2024, registro consignado até o mês de setembro de 2024.

O atendimento a essas ocorrências envolve a necessidade de técnicas, equipamentos, e, de forma preliminar à atuação das equipes, o provimento da estabilização dos veículos, face a vulnerabilidade condicionada a lesões raquimedulares e hemorragias, onde a atuação célere e segura repousa na retirada das vítimas presas nas ferragens.

Em diversas dessas ocorrências se faz necessário o emprego de veículos com sistemas hidráulicos para movimentação de cargas a fim de realizar a estabilização dos veículos envolvidos no acidente. Essa análise só é possível após a chegada das equipes e, a depender da localização territorial das ocorrências, serão somadas ao tempo de resposta, exposição a riscos e sofrimento no ato de retirada das vítimas.

Ainda reverbera, comprometendo a atuação, a morosidade entre a identificação da necessidade e a própria disponibilidade de veículos tipo munck que ratifica a vulnerabilidade da instituição no desempenho de sua atuação.

Salvamento de Animais de Médio e Grande Porte

Ainda no escopo de responsabilidade do Corpo de Bombeiros Militar de Pernambuco, desenvolvemos mais de 2500 (duas mil e quinhentas) ocorrências anualmente, envolvendo animais, desde insetos até animais marinhos de grande porte.

Tais atuações se diversificam em uma singularidade nos locais e extensão dos riscos decorrentes. De forma objetiva, somos instados a atuar na remoção de abelhas em um sino de uma igreja, entre paredes de construções ou em chaminés de indústrias, somos acionados para dar apoio a animais marinhos encalhados. Nossa atuação também se coloca quando há intervenção na retirada de bois e cavalos de poços, cacimbas e barrancos.

Não haveria espaço para descrição de todo o espectro da destreza e sagacidade empenhados para mitigar os riscos, considerando a recorrente limitação da disponibilidade de veículos com possibilidade de içamento necessários para permitir atuações seguras e céleres posto que não dispomos desse valioso recurso.

Ainda é oportuno frisar que as intervenções nos cenários expostos – estruturas colapsadas, resgate veicular e salvamento de animais – guardam a necessidade de um constante desenvolvimento da habilidade dos operadores dos equipamentos, ferramentas e acessórios. O tempo e a forma de permitir que essa sinergia entre a atuação e destreza no uso e emprego do equipamento são conquistados paulatina e cumulativa com as repetidas intervenções e o maior uso dos equipamentos disponíveis. Em não dispondo dos meios, resta contar com a criatividade e a incansável vocação dos bombeiros militares para permitir a salvaguarda de vidas e a preservação de patrimônios.

No lastro da fundamentação contingenciada no art. 18, § 1º, inciso III, da Lei nº 14.133/2021 (III – requisitos da contratação); combinado com o art. 8º, inciso III, do Decreto Estadual nº 53.384/2022 (III – descrição dos requisitos necessários e suficientes à escolha da solução entre aqueles disponíveis para o atendimento da necessidade pública, prevendo critérios e práticas de sustentabilidade;).

Ainda tomando como base a solicitação contextualizada através do Documento Formal de Demanda (DFD) relacionada no processo SEI nº 3900000141.000503/2024-46, que versa sobre o atendimento a ocorrências de colapso estrutural de edificações e o conteúdo, de forma detalhada, através do CBMPE

- Ofício 52 (55811302) contendo como pontos centrais os elementos mais significativos da condição e situação para provimento da atuação do Corpo de Bombeiros Militar de Pernambuco.

2 – Descrição dos problemas identificados

2.1. Limitações na estrutura de comando e apoio às operações de salvamento

Em ocorrências de grande complexidade, especialmente em cenários de desabamento e estruturas colapsadas, verifica-se a necessidade de instalação de posto de comando com estrutura adequada para apoiar a coordenação das ações de busca e resgate. A ausência de viaturas apropriadas para esse fim dificulta o transporte, a organização e a pronta disponibilização dos equipamentos necessários ao funcionamento do comando da operação.

2.2. Limitação logística para transporte de equipamentos e tecnologias de busca

As operações de salvamento pesado demandam o emprego de equipamentos específicos e tecnologias de apoio à busca, a exemplo de detectores de vibração, batimento cardíaco e respiração. A inexistência de viaturas especializadas compromete o transporte seguro, o acondicionamento adequado e a rápida disponibilização desses recursos no local da ocorrência.

2.3. Infraestrutura inadequada para movimentação e apoio ao manejo de cargas pesadas

A atuação em áreas colapsadas frequentemente exige a movimentação controlada de cargas e estruturas pesadas, bem como o transporte de equipamentos destinados a esse fim. A ausência de veículos adequados para o apoio logístico dessas operações representa limitação relevante à segurança e à eficiência das ações de salvamento.

2.4. Insuficiência de meios para transporte e organização de ferramentas e equipamentos de salvamento pesado

A falta de viaturas próprias para o transporte, organização e pronta utilização de ferramentas e equipamentos de salvamento pesado, tais como materiais de escoramento, abertura de acessos e elevação de cargas, impacta negativamente a efetividade das operações, aumentando o tempo de resposta e os riscos inerentes às atividades.

I – Interesse Público:

As necessidades ora apresentadas decorrem diretamente das atividades finalísticas do Corpo de Bombeiros Militar de Pernambuco – CBMPE, previstas na Constituição Estadual e na Lei de Organização Básica da Corporação, especialmente no que se refere às atribuições de realizar serviços de busca, salvamento e resgate, prestar socorro e atendimento emergencial, bem como atuar nas ações de defesa civil, em situações de desastres e emergências de grande vulto.

II – Relação do problema apresentado com o Plano de Contratações Anual:

A demanda encontra respaldo no Plano de Contratações Anual do CBMPE, sob a referência PCA.073.BOMBEIROS/2025, estando formalizada por meio do Documento de Formalização da Demanda DFD.159.BOMBEIROS/2024, que contempla a necessidade de fortalecimento da capacidade logística e operacional das ações de salvamento pesado da Corporação.

III – Ciência das autoridades competentes:

O DFD está em processamento, sob o escopo das competências de cada setor da Corporação, e detém as chancelas de suas tramitações, em específico, nas Diretorias Geral de Operações, Integrada Metropolitana, Planejamento e Gestão e de Logística, além de acompanhamento por parte do Comando Geral da Corporação.

3. Alinhamento da contratação com o planejamento do órgão/entidade

Ainda sob a égide do normativo do art. 18, § 1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021 II – (demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração); combinado com o art. 8º, inciso II, do Decreto Estadual nº 53.384/2022 (II – demonstração do alinhamento entre a contratação e o planejamento do órgão ou entidade, bem como identificação da previsão no PCA, ou, se for o caso, justificando a ausência de previsão neste plano;).

O referido Estudo Técnico Preliminar foi desenvolvido após o período de elaboração e homologação do Plano de Compras Anual do Corpo de Bombeiros Militar de Pernambuco para o ano de 2025.

Tendo sido concebido após a convergência das necessidades de ordem operacional e administrativas e sendo fomentado a partir da sinalização propositiva dada após avaliação de uma ocorrência de grande impacto para a comunidade, conforme registro no documento formal de demanda.

Por oportuno, ainda convém registrar que a inclusão do objeto Auto Busca Salvamento Pesado foi solicitada sua inclusão, aguardando processamento deliberativo, em tramitação conforme Processo SEI nº 3900000088.005371/2024-31.

4. Descrição dos requisitos da contratação

Com o fito de garantir a isonomia, visando a aquisição de viaturas para salvamento pesado, multitarefa, com integração de recursos operacionais e logísticos, a fim de permitir, em sessão pública, melhor condição para aduzir à contratação com atendimento aos itens abaixo elencados:

4.1. Requisitos Funcionais

4.1.1. Viatura de Salvamento Pesado

Capacidade de Operação em Áreas Urbanas e Rurais: O veículo deverá possuir condições para operar em áreas urbanas densamente edificadas, permitindo o posicionamento em locais de difícil acesso e com limitação de espaço. Além de operar e se deslocar em terrenos de difícil acesso com necessidade de emprego de sistema de tração 4X4.

Equipamentos de Salvamento: A viatura deverá ser equipada com dispositivos para ações de salvamento, desencarceramento de vítimas, mobilização e estabilização de cargas além de sistemas de tração e içamento.

Capacidade de Carga: Os sistemas da viatura devem ser capazes de transportar, com segurança, bombeiros equipados e possíveis vítimas, permitindo o transporte seguro em operações de resgate.

Iluminação de Emergência: A viatura deverá possuir iluminação para operações noturnas e em condições de baixa visibilidade.

Sistemas de Estabilização: A viatura deverá possuir sistemas automáticos ou semiautomáticos de estabilização para garantir segurança operacional em terrenos irregulares ou inclinados.

4.2. Requisitos Não Funcionais

4.2.1. Segurança Operacional

As viaturas deverão estar em conformidade com as normas internacionais de segurança aplicáveis, garantindo a segurança dos bombeiros e das vítimas durante as operações.

As viaturas ainda devem possuir sistemas de controle de emergência que permitam interromper rapidamente a operação em caso de falhas ou incidentes.

4.2.2. Durabilidade

As viaturas devem ser projetadas para uso intensivo e prolongado, com resistência à exposição constante a condições adversas, como calor extremo, umidade e impacto.

A estrutura das viaturas, bem como seus componentes mecânicos e hidráulicos, deve possuir vida útil mínima de 10 anos, com garantia de suporte técnico e peças de reposição durante esse período.

4.2.3. Manutenção e Suporte Técnico

O fornecedor deverá garantir a disponibilidade de peças de reposição e serviços de manutenção preventiva e corretiva, com tempo de resposta adequado para assegurar o funcionamento contínuo das viaturas.

O treinamento da equipe técnica e operacional deverá ser incluído, para que os operadores possam realizar manutenções de rotina e utilizar os sistemas de forma eficiente.

4.2.4. Eficiência Operacional

As viaturas deverão ser operáveis em condições climáticas adversas, incluindo chuva intensa e ventos fortes.

Devem possuir sistemas de controle de temperatura para operação segura e sem falhas, durante longos períodos em temperaturas elevadas.

4.3. Requisitos de Interface

As viaturas devem ser compatíveis com os sistemas de comunicação utilizados pelo Corpo de Bombeiros Militar, permitindo integração imediata com sistemas de rádio, dispositivos de localização GPS e outros equipamentos de comando.

A conexão de sistemas hidráulicos e elétricos deverá permitir fácil manutenção e diagnóstico de falhas, com interface amigável para os operadores.

4.4. Requisitos de Sustentabilidade

As viaturas deverão ser energeticamente eficientes, utilizando sistemas de propulsão e operação com baixo consumo de combustível.

Sempre que possível, os materiais utilizados na construção das viaturas deverão ser recicláveis e ter baixo impacto ambiental.

4.5. Requisitos de Capacitação

O fornecedor deverá fornecer treinamento completo aos operadores das viaturas, incluindo procedimentos de segurança, manuseio e manutenção dos equipamentos.

O treinamento deverá ser acompanhado de material técnico e manuais operacionais detalhados, disponíveis em português, e fornecidos em formato digital e impresso.

4.6. Requisitos de Fornecimento

4.6.1. Oferecer proposta com os preços em moeda corrente do país de origem, devendo incluir todos os custos na base DDP (Delivered Duty Paid), atendendo ao Incoterms Internacional 2020 (“Termos Internacionais de Comércio”), ou vigente no momento da contratação e atuar na tramitação profissional em nome e colaboração do Estado de Pernambuco com documentação estadual para importação. Para entrega nacional em moeda Real (Brasil) prevalecerão: todos os custos diretos e indiretos, julgados necessários pela proponente e todas as incidências que sobre eles possam recair, tais como encargos fiscais, tributos, taxas, impostos e outros.

4.6.2. Toda documentação apresentada na fase de habilitação deverá estar em língua Portuguesa ou possuir tradução juramentada, demais documentos exigidos referentes ao veículo deverão estar em língua portuguesa ou com tradução livre.

4.7. Requisitos Complementares de Habilitação:

4.7.1. Possuir 1 (um) ou mais atestados de capacidade técnica fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) a aptidão do licitante para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o(s) lote(s) arrematado(s), observado a quantidade mínima de um caminhão de bombeiros com sistema da viatura que se pretende fornecer, referente ao critério de quantidade, indicado pela unidade solicitante.

4.7.2. Possuir projetos realizados por Engenheiros ou Técnicos Responsáveis: Apresentação de documentação que comprove a capacitação de profissionais habilitados para a montagem, manutenção e operação das viaturas.

4.7.3. Comprovação de Registro da empresa e dos profissionais responsáveis nos respectivos conselhos de classe (CREA, por exemplo), quando aplicável.

4.7.4. Certificação de conformidade técnica: Declarações ou certificações que comprovem a conformidade dos equipamentos com normas internacionais aplicáveis, como normas EN ou outras certificações quando aplicável.

Conclusão

Esses requisitos visam garantir que as viaturas adquiridas atenderão plenamente às necessidades operacionais do Corpo de Bombeiros Militar de Pernambuco, proporcionando segurança, eficiência e durabilidade no combate a incêndios e resgate de vítimas em edifícios altos. A especificação detalhada garante que a aquisição traga benefícios diretos à população e à segurança pública, com foco na adequação à recorrência de sinistros com necessidade de mobilização de cargas e estabilização dessas.

5. Levantamento de mercado

Fundamentação: art. 18, § 1º, inciso V, da Lei nº 14.133/2021 (*V – levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar*); art. 8º, inciso IV, do Decreto Estadual nº 53.384/2022 (*IV – levantamento de mercado, que consiste na prospecção e análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar, podendo, entre outras opções:*

a) ser consideradas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendam às necessidades da Administração;

Foi realizado levantamento de mercado, tendo sido identificado que os Corpos de Bombeiros dos Estados de São Paulo e do Rio Grande do Sul dispõem de veículos aptos ao atendimento das exigências elencadas no presente Estudo Técnico Preliminar.

No referido levantamento, não foram identificadas alternativas de contratação distintas da aquisição de viatura especializada que fossem capazes de atender, de forma equivalente, às necessidades operacionais do CBMPE, considerando-se as especificidades das operações de salvamento pesado, a necessidade de transporte, acondicionamento e pronta utilização de equipamentos especializados, bem como os requisitos técnicos definidos neste estudo. Dessa forma, a solução adotada mostra-se a mais adequada ao atendimento da demanda apresentada.

Ademais, a pesquisa de mercado indicou a existência de empresas, em âmbito nacional e internacional, que fornecem viaturas compatíveis com os parâmetros desejados, sendo necessária, contudo, a verificação das especificidades de cada fornecedor quanto à conformidade com as normas técnicas brasileiras, bem como quanto à capacidade de prestar suporte técnico e manutenção em longo prazo.

Registra-se, por fim, que soluções que atendem apenas parcialmente às necessidades identificadas não foram consideradas, tendo em vista a disponibilidade, no mercado, de veículos capazes de atender integralmente aos requisitos técnicos elencados, já em uso por outras Corporações.

6. Descrição da solução

Fundamentação: art. 18, § 1º, inciso VII, da Lei nº 14.133/2021; art. 8º, inciso V, do Decreto Estadual nº 53.384/2022.

Após verificação fica proposto que o recurso que melhor assiste à necessidade apresentada em sua multifacetada apresentação versa, como solução a descrição subscrita neste tópico.

6.1. Do Veículo

6.1.1. Caminhão

6.1.1.1. Veículo do tipo caminhão, nacional ou importado, tipo “off road”, com PBT de no mínimo 15.000 kg (quinze mil quilogramas), atendendo a resolução nº 210/2006 do CONTRAN, 0 km (zero quilômetro), ano/modelo do mesmo ano da entrega.

6.1.2. Motor

6.1.2.1. Movido a diesel, turbo alimentado, com injeção e gerenciamento eletrônico de combustível;

6.1.2.2. Sistema de arrefecimento a água;

6.1.2.3. Potência mínima de 370 cv (trezentos e setenta cavalos);

6.1.2.4. Torque mínimo de 1.900 Nm (mil e novecentos Newton-metro);

6.1.2.5. Deverá estar de acordo com as normas brasileiras de emissão de poluentes (PROCONVE – CONAMA – P7) e outras que estiverem em vigor no momento da entrega da viatura;

6.1.2.6. Protetor de cárter confeccionado em chapa metálica, instalado de forma a proteger toda a extensão do cárter;

6.1.2.7. Deverá vir dotado com sistema de snorkel de fábrica, para movimentação em locais alagados.

6.1.3. Dimensões

6.1.3.1. Comprimento total – máximo de 7.390 mm (sete mil trezentos e noventa milímetros);

6.1.3.2. Ângulo de entrada (frente do veículo) – mínimo 25° (vinte e cinco graus);

6.1.3.3. Ângulo de saída (atrás do veículo) – mínimo 23° (vinte e três graus);

6.1.3.4. Ângulo de giro da roda interna – mínimo de 42° (quarenta e dois graus);

6.1.3.5. Ângulo de giro da roda externa – mínimo de 34° (trinta e quatro graus);

6.1.3.6. Largura total da viatura – máximo de 2.500 mm (dois mil e quinhentos milímetros);

6.1.3.7. Distância entre eixos – máximo de 4.200 mm (quatro mil e duzentos milímetros); e

6.1.3.8. Distância mínima do solo – deverá ser de no mínimo 450 mm (quatrocentos e cinquenta milímetros).

6.1.4. Escapamento

- 6.1.4.1. A tubulação deverá sair atrás das rodas dianteiras e deverá possuir uma altura superior a 400 mm (quatrocentos milímetros) em relação ao solo para evitar avarias em terrenos acidentados;
- 5.1.4.2. Deverá ser fornecido um escudo defletor de calor no escapamento.

6.1.5. Transmissão

- 6.1.5.1. Transmissão automática, com no mínimo, 06 (seis) marchas à frente e 01 (uma) a ré;
- 6.1.5.2. Deverá ser prevista a instalação de 02 (duas) tomadas de força PTO (Power Take Off).

6.1.6. Tração

- 6.1.6.1. Quatro pontos de apoio por quatro de tração (4x4).

6.1.7. Suspensão

- 5.1.7.1. Com eixos rígidos, molas do tipo semi-elípticas ou parabólicas e amortecedores hidráulicos telescópicos;
- 5.1.7.2. Eixos dimensionados para suportar todos os esforços provenientes do encarroçamento, materiais e equipamentos;
- 5.1.7.3. Após toda a implementação, sendo o veículo carregado com respectivos equipamentos, acessórios e tripulação deverá possuir câmbio zero;
- 5.1.7.4. Devido à ação constante de vibração e torção que ocorre na estrutura do chassi e na independente, um sistema de montagem para torção deverá ser aplicado para minimizar a possibilidade de falhas estruturais precoces.

6.1.8. Bloqueio de Diferencial

- 6.1.8.1. Os eixos traseiros e dianteiros deverão ser equipados com um bloqueio de diferencial comandado pelo condutor;
- 6.1.8.2. O controle deverá ser de fácil alcance do condutor com acionamento mediante dispositivo de acionamento independente na cabine;
- 6.1.8.3. Deverá possuir uma luz de advertência no painel da cabine indicando quando o acionamento do bloqueio de diferencial está ativado;
- 6.1.8.4. Deverá haver desbloqueio automático do diferencial, quando usada inadequadamente a tração.

6.1.9. Sistema de Controle de Tração

- 6.1.9.1. Deverá possuir um sistema de controle de tração, para situações em que a viatura esteja em condições de deslizamento de uma das rodas traseiras e em situações típicas de terrenos escorregadios, devendo haver opcional para desligar manualmente.

6.1.10. Freios

- 6.1.10.1. Com assistência pneumática, tambor ou disco nas rodas dianteiras e tambor nas rodas traseiras;
- 6.1.10.2. Freio de estacionamento com câmara de molas acumuladoras;
- 6.1.10.3. Todos os reservatórios de ar fornecidos no chassi deverão possuir rótulos para identificação;
- 6.1.10.4. Deverá possuir um sistema de distribuição de frenagem entre os eixos em função do peso da carga nos eixos do tipo EBS (Electronic Brake System) ou EBD (Electronic Brake Distribution);
- 6.1.10.5. O sistema de freio de estacionamento deverá acionar os freios traseiros proporcionando maior capacidade de frenagem;
- 6.1.10.6. Deverá possuir um sistema de antitravamento modulador dos freios, do tipo ABS (Anti-lock Braking System), nos eixos dianteiro e traseiro para impedir que os freios travem ou deslizem durante a frenagem.
- 6.1.11. Direção
 - 6.1.11.1. Com assistência hidráulica ou elétrica.
- 6.1.12. Rodas e Pneus
 - 6.1.12.1. Rodas em aço estampado, com pneus radiais com medida mínima de 22,5";
 - 6.1.12.2. Os pneus deverão ser novos, com a data de fabricação do mesmo ano que o veículo;
 - 6.1.12.3. Os pneus dianteiros deverão ser de rodagem simples, e os traseiros em rodagem dupla, do tipo tração;
 - 6.1.12.4. Os pneus e aros deverão ser comercializados no mercado brasileiro, e se for importado, deverão possuir similares com medidas iguais às já existentes, a fim de facilitar sua reposição.
- 6.1.13. Sistema de Ar Condicionado
 - 6.1.13.1. A cabine deverá possuir ar condicionado original do fabricante, que possibilite manter o ar limpo na temperatura interna selecionada;
 - 6.1.13.2. Os componentes do sistema deverão ser facilmente acessíveis para realização de manutenção e totalmente independentes de outros sistemas;
 - 6.1.13.3. O sistema deverá possuir 01 (um) controle eletrônico de regulação, com ajustes de temperatura e velocidade do ventilador, instalados em local de fácil e ergonômico acesso;
 - 6.1.13.4. Deverá ser entregue o manual individual do equipamento.
- 6.1.14. Cabine
 - 6.1.14.1. A cabine deverá ser dupla, estendida, para no mínimo 05 (cinco) integrantes, original do fabricante.
- 6.1.15. Vidros Elétricos
 - 6.1.15.1. Vidros elétricos, com comandos individuais.

6.1.16. Bancos

6.1.16.1. Todos os bancos deverão ser revestidos em courvim automotivo, de no mínimo, 02 mm (dois milímetros) de espessura, em cor que harmonize com o ambiente original (de acordo com as cores de forrações);

6.1.16.2. O revestimento dos bancos deverá ser facilmente removível, permitindo sua retirada para higienização, com a finalidade de evitar o desgaste do tecido original dos bancos por ação de umidade e ou partículas diversas.

6.1.17. Características Internas

6.1.17.1. O interior da cabine deverá ser construído de modo a proporcionar o máximo espaço interior utilizável e ergonomia, com o espaço para os quadris e pernas, quando sentado;

6.1.17.2. Todo o piso da cabine deverá receber carpete de PVC (policloreto de vinil) antiderrapante ou material superior, na cor preta e com desenho semelhante ao “piso bus”.

6.1.18. Console Interno

6.1.18.1. Deverá possuir 01 (um) console, na parte frontal, de acordo com recomendações do fabricante;

6.1.18.2. Este console será destinado a alojar os módulos de comando do sinalizador visual e sonoro, além do sistema de rádio comunicação (VHF ou UHF), ao alcance do motorista e do passageiro quando sentados.

6.1.19. Instrumentos e Controles

6.1.19.1. Deverão ser instalados os seguintes instrumentos e controles no interior da cabine, claramente identificáveis e visíveis pelo motorista quando sentado:

- a) Instrumentos obrigatórios originais do fabricante;
- b) Chave geral de ignição;
- c) Conta-giros;
- d) Controle do ar condicionado;
- e) Luz indicadora de falha no sistema ABS;
- f) Luz indicadora de freio de estacionamento;
- g) Luz indicadora da pressão do óleo do motor ou instrumento;
- h) Luz indicadora de farol de neblina dianteira e traseira;
- i) Luz indicadora de luz alta;
- j) Indicador de pressão do ar do sistema de freio;
- k) Indicador de temperatura da água do radiador;
- l) Indicador de temperatura do motor;
- m) Indicador luminoso e sonoro de portas abertas e compartimentos traseiros abertos;

- n) Instrumento medidor do nível de combustível;
- o) Interruptor do limpador de pára-brisas e lavador com ajuste de velocidade;
- p) Interruptores de sirenes e luzes de advertência;
- q) Velocímetro (o sensor do velocímetro deverá ser ligado ao câmbio);
- r) Tacógrafo;
- s) Controle sinalizador luminoso e sirene.

6.1.20. Central Multimídia

6.1.20.1. Deverá possuir uma central multimídia com, no mínimo, as seguintes funções:

- a) Espelhamento de dispositivos por QR Code, bluetooth e/ou USB;
- b) Compatível com sistemas Android e IOS;
- c) Câmera de ré (vide item 10.4);
- d) Saída USB (Universal Serial Bus).

6.2. Implementação da Carroceria

6.2.1. Quadro Auxiliar

- 6.2.1.1. A viatura deverá receber um quadro auxiliar sob toda a carroceria;
- 6.2.1.2. Confeccionado em perfis de aço carbono tipo viga “U” de 4” (quatro polegadas) para absorver movimentos de torção e flexão;
- 6.2.1.3. O quadro auxiliar deverá garantir uma perfeita adequação da superestrutura ao chassi, evitando a transferência de esforços gerados pelo chassi à carroceria de maneira incorreta ou vice-versa;
- 6.2.1.4. Deverá ser totalmente soldado através do processo elétrico tipo MIG (metal inert gas), ou fixado por meio de parafusos (sistema similar ao utilizado pelas montadoras de chassis);
- 6.2.1.5. Deverá possuir fixação elástica e/ou com talas parafusadas permitindo movimentos oscilatórios do conjunto, deixando sua flexibilidade dentro de parâmetros nos quais trincas e rachaduras não aconteçam devido a torções excessivas;
- 6.2.1.6. A construção deverá obedecer às orientações técnicas e diretrizes recomendadas pelo fabricante do veículo, o qual poderá, a qualquer tempo, ter a presença de representante técnico solicitada para verificação desta etapa de montagem;
- 6.2.1.7. Após a montagem, o quadro auxiliar deverá ser pintado com fundo tipo primer epóxi de ferro com 02 (duas) demãos de tinta na cor preta, de esmalte poliuretano catalisado;
- 6.2.1.8. A solda e o jateamento deverão possuir o grau SA3 de limpeza, deixando a superfície com o aspecto de metal branco.

6.2.2. Superestrutura

6.2.2.1. A superestrutura e a carenagem deverão ser construídas totalmente em alumínio ou copolímero, não sendo admitida construção mista.

6.2.2.2 Alumínio

6.2.2.2.1. A carroceria deverá ser formada por um conjunto tipo superestrutura em monobloco, construída em alumínio extrudado, com chapas e tubos estruturais, quadradas ou retangulares, unidos por sistema de solda elétrica e contínua de alta fusão, processo MIG (metal inert gas);

6.2.2.2.2. Não poderá ser incorporado a nenhum implemento, exceto para construção dos compartimentos de materiais;

6.2.2.1.3. Externamente a carenagem deverá ser pintada na cor do veículo.

6.2.2.3. Propriedades Mecânicas do Conjunto

6.2.2.3.1. Limite de resistência à tração igual a 290 MPa (duzentos e noventa megapascal) (N/mm²);

6.2.2.3.2. Limite convencional de escoamento igual a 260 MPa (duzentos e sessenta megapascal) (N/mm²);

6.2.2.3.3. Alongamento igual a 8% (oito por cento);

6.2.2.3.4. Dureza Brinell igual a 90 (noventa);

6.2.2.3.5. Condutividade elétrica igual a 46% (quarenta e seis por cento);

6.2.2.3.6. Todos os cantos, superiores, dianteiro e traseiro da estrutura, deverão possuir, no mínimo, 100 mm (cem milímetros) de extensão.

6.2.2.4. Perfil de Alumínio Estrutural

6.2.2.4.1. Os tubos de alumínio estrutural deverão ser adequados para carrocerias veiculares e atender aos seguintes parâmetros:

a) Perfis quadrados: mínimo 1 1/2" (uma polegada e meia);

b) Perfis retangulares: mínimo 03" (três polegadas) de largura por 1 1/2" (uma polegada e meia) de altura;

c) Parede com espessura de, no mínimo, 03 mm (três milímetros).

6.2.2.5. Copolímero

6.2.2.5.1. O material copolímero utilizado deverá ser de alta resistência, atendendo aos seguintes requisitos:

I. Espessura da parede: mínima de 09 mm (nove milímetros), exceto para parede estrutural, que deverá possuir, no mínimo, 15 mm (quinze milímetros);

II. Densidade $\leq 0,95$ g/cm³ (menor ou igual a noventa e cinco décimos de gramas por centímetro cúbico), em conformidade com a ISO 527;

III. Limite elástico ≥ 22 MPa (menor ou igual a vinte e dois megapascal), em conformidade com a ISO

527;

IV. Resistência à ruptura $\geq 50\%$ (menor ou igual a cinquenta por cento), em conformidade com a ISO 527;

V. Resistência à tração ≥ 1.000 MPa (menor ou igual a mil megapascal), em conformidade com a ISO 527;

VI. Resistência ao impacto ≥ 40 kJ/m² (menor ou igual a quarenta quilojoule por metro quadrado), em conformidade com a ISO 179;

VII. Deverá ser auto extingüível;

VIII. Deverá possuir resistência térmica elevada comprovada através de laudo emitido por laboratório acreditado;

IX. Após exposição do material durante 10 (dez) minutos, submetido a uma fonte de calor com temperatura de 600°C (seiscentos graus Celsius), a uma distância de 50 cm (cinquenta centímetros), o material deverá apresentar os seguintes desempenhos:

a) Não deverá gerar chama;

b) Não deverá fundir (com temperatura de superfície $\leq 140^\circ\text{C}$);

c) Não deverá queimar (com temperatura de superfície $\leq 300^\circ\text{C}$);

d) Deverá possuir resistência à tração inferior a 05% (cinco por cento), conforme norma EN ISO 527- 1;

e) Deverá possuir resistência à flexão inferior a 05% (cinco por cento), conforme norma EN ISO 178.

6.2.3. Carenagens

6.2.3.1. Externamente a carenagem deverá ser pintada na cor do veículo;

6.2.3.2. Todos os cantos, superiores, dianteiro e traseiro da estrutura, deverão possuir, no mínimo, 100 mm (cem milímetros) de extensão, dobrando-se as chapas de alumínio para um melhor acabamento ao encarroçamento.

6.2.4. Compartimentos de Materiais

6.2.4.1. Parâmetros Gerais de Construção

6.2.4.1.1. Os compartimentos de materiais deverão ser montados junto à superestrutura, sendo compostos por um total de 06 (seis) armários, sendo 03 (três) em cada lateral;

6.2.4.1.2. Todos os compartimentos deverão possuir portas do tipo roll-up (vide item 5), com abertura total de mesma dimensão do compartimento (altura e largura);

6.2.4.1.3. Todos os compartimentos deverão possuir iluminação específica com luminárias individuais, de baixo consumo e alta durabilidade em LED de alto brilho (vide item 5.6);

6.2.4.1.4. As características dos materiais aplicados à superestrutura deverão ser utilizadas para os compartimentos de materiais, tanto interna como externamente, possuindo, no mínimo, 03 mm (três milímetros) de espessura;

6.2.4.1.5. As paredes divisórias entre o compartimento traseiro e os laterais deverão ser com chapa dupla, possuindo no mínimo 06 mm (seis milímetros), de forma que proporcione firmeza para o acondicionamento dos materiais e não deixe aparentes as pontas dos rebites ou parafusos de fixação de materiais;

6.2.4.1.6. Deverá possuir suportes de fixação de materiais e equipamentos em aço inoxidável, sendo que a descrição dos materiais, prateleiras e locais de fixação serão definidos pelo gestor do contrato durante o processo;

6.2.4.1.7. Todos os compartimentos deverão possuir proteção eficiente da chaparia inferior;

6.2.4.1.8. A cubagem e o memorial descritivo seguirão através do detalhamento que será apresentado em anexo a este ETP;

6.2.4.1.9. A montagem e compartimentação deverão estar de acordo com a necessidade de acondicionamento do material, conforme as orientações do Corpo de Bombeiros;

6.2.4.1.10. Os compartimentos e gavetas deverão possuir piso em nível superior ao vão de fechamento, fechados por porta, com borrachas de alta resistência, em sistema fixo à porta, para garantir um fechamento hermético.

6.2.4.2. Compartimentos na Lateral Esquerda

6.2.4.2.1. Deverá possuir 03 (três) compartimentos na lateral esquerda, com divisões e cubagem características deste termo, distribuídos da seguinte forma:

- a) Compartimento 01 (um), no primeiro terço da carroceria, situado imediatamente à frente do pneu traseiro esquerdo;
- b) Compartimento 02 (dois), na parte central da carroceria, acima do pneu traseiro esquerdo;
- c) Compartimento 03 (três), no último terço da carroceria, imediatamente após o pneu traseiro esquerdo.

6.2.4.3. Compartimentos na Lateral Direita

6.2.4.3.1. Deverá possuir 03 (três) compartimentos, com divisões e cubagem características deste termo, distribuídos da seguinte forma:

- a) Compartimento 06 (seis), no primeiro terço da carroceria, situado imediatamente à frente do pneu traseiro direito;
- b) Compartimento 05 (cinco), na parte central da carroceria, acima do pneu traseiro direito;
- c) Compartimento 04 (quatro), no último terço da carroceria, imediatamente após o pneu traseiro direito.

6.2.4.4. Prateleiras, Bandejas Deslizantes e Painéis de Ferramentas dos Compartimentos Laterais

6.2.4.4.1. A distribuição das prateleiras e bandejas dos compartimentos deverá ser aprovada pela comissão designada do Corpo de Bombeiros no momento do projeto, adequando-se aos materiais que nelas forem dispostos;

6.2.4.4.2. Deverá haver no mínimo 04 (quatro) bandejas deslizantes, com capacidade não inferior a

130 kg (cento e trinta quilogramas), quando na posição totalmente estendida;

6.2.4.4.3. A bandeja deverá contar com rolamentos de esfera para redução dos atritos, bem como possuir travamento automático das posições totalmente aberta e totalmente fechada;

6.2.4.4.4. Deverão ser fornecidos no mínimo 02 (dois) painéis verticais articulados para acomodação de ferramentas;

6.2.4.4.5. Cada painel deverá ser instalado no interior do compartimento de maneira a permitir a fixação das ferramentas nas faces anterior e posterior do painel;

6.2.4.4.6. O painel de ferramentas deverá ser articulado em dois pontos, com paradas e bloqueios localizados a cerca de 90° e 120° graus;

6.2.4.4.7. Deverá possuir um mecanismo de bloqueio para travar os painéis dentro do compartimento;

6.2.4.4.8. A carga suportada não deverá ser inferior a 120 kg (cento e vinte quilogramas);

6.2.4.4.9. Deverá possuir perfurações distantes 25 mm (vinte e cinco milímetros) uma da outra;

6.2.4.4.10. Deverá ser dotado de presilhas e suportes para equipamentos descritos no edital e cujo acondicionamento será definido em projeto;

6.2.4.4.11. Deverá haver no mínimo 04 (quatro) e no máximo 10 (dez) prateleiras laterais, com capacidade mínima de 100 kg (cem quilogramas) cada prateleira;

6.2.4.4.12. As prateleiras deverão ter altura infinitamente reguláveis, por meio de um fecho com rosca, que desliza verticalmente em uma canaleta;

6.2.4.4.13. A Comissão designada deverá aprovar a localização e quantidade destas prateleiras;

6.2.4.4.14. Deverá existir um compartimento que possua movimento do seu lugar de origem (viatura) até o solo, para um gerador elétrico portátil com peso mínimo de 100 kg (cem quilogramas).

6.2.4.4.1. Revestimento das Prateleiras e Bandejas dos Compartimentos

6.2.4.4.1.1. A superfície das prateleiras dos compartimentos laterais deverá ser em aço inoxidável preparado com antiderrapante conforme a Norma DIN 51130 Classe R;

6.2.4.4.1.2. Em cada compartimento deverá existir, no mínimo, 02 (dois) pontos de drenagem para facilitar o fluxo de água;

6.2.4.4.1.3. Deverá haver travas para as bandejas, evitando que se movimentem durante o deslocamento da viatura.

6.2.4.5. Acesso aos Compartimentos

6.2.4.5.1. Imediatamente abaixo da superestrutura, nos compartimentos, deverá ser previsto um sistema de armar perpendicular à lateral da viatura, em alumínio estrutural antiderrapante, com espessura mínima de 03 mm (três milímetros), para ser utilizada como degrau para acesso às gavetas superiores;

6.2.4.5.2. O sistema de armar perpendicular deverá possuir 02 (duas) travas em suas laterais;

6.2.4.5.3. Deverá possuir largura de 350 mm (trezentos e cinquenta milímetros) e comprimento de

500 mm (quinhentos milímetros), sendo admitida alteração para \pm 5% (cinco por cento).

6.2.5. Portas Persianas (Roll Up)

6.2.5.1. Requisitos Gerais

- 6.2.5.1.1. Todas as portas dos compartimentos de materiais (vide item 4) deverão ser do tipo roll up persiana com rolo tensionado;
- 6.2.5.1.2. Deverá possuir cursor de deslizamento disposto verticalmente na estrutura do encarroçamento e mecanismo para evitar a trepidação dos perfis no deslocamento do veículo;
- 6.2.5.1.3. As portas deverão ocupar toda a abertura proporcionada pelo compartimento, tendo desenvolvimento vertical de abertura;
- 6.2.5.1.4. As portas deverão possuir sistema de abertura/fechamento do tipo barra articulável, com largura total do compartimento e batente de fechamento fixo no lado externo da estrutura, um em cada lado da persiana, em aço inoxidável na parte inferior das cortinas;
- 6.2.5.1.5. O sistema de abertura/fechamento deverá contar também com fechaduras na parte central das barras articuláveis, sendo estas travadas e destravadas por uma única chave comum a todas as portas dos compartimentos;
- 6.2.5.1.6. O sistema deverá possuir vedação eficiente contra pó e água, através dos perfis nas guias verticais, com sistema adicional contra ruídos;
- 6.2.5.1.7. A persiana deverá permitir sua abertura e parada em qualquer posição vertical.

6.2.5.2. Perfil da Cortina

- 6.2.5.2.1. Perfis de alumínio extrudado anodizado liga/tempera ASTM 6063 T6 ou similar;
- 6.2.5.2.2. Vedação no comprimento definido por material elastômero EPDM (Borracha Etileno-Propileno-Dieno), mistura 80.151;
- 6.2.5.2.3. Parede dupla, com as seguintes dimensões mínimas:
 - a) Altura: 44,00 mm (quarenta e quatro milímetros);
 - b) Largura: 11,00 mm (onze milímetros);
 - c) Espessura: 1,2 mm (um inteiro e dois décimos de milímetro);
- 6.2.5.2.4. Deverá ser possível a substituição das seções horizontais da cortina (folhas) individualmente, sem necessidade de desmontagem completa da porta;
- 6.2.5.2.5. Entre uma “folha” e outra deverá haver uma separação em seu comprimento, cujo material consiste em mistura polimérica PVC (policloreto de vinil) com dureza mínima de 70 sh (setenta Shore), para evitar o contato metal com metal, o acúmulo de sujeira e a entrada de umidade nos compartimentos;
- 6.2.5.2.6. As extremidades deverão ser fixadas com rebites de repuxe de alumínio, terminadas em NYLON-66.

6.2.5.3. Rolo Tensionado (Sistema de Torção)

6.2.5.3.1. A persiana deverá possuir um sistema de torção composto basicamente por um eixo quadrado zincado, constituído por aço carbono de 1,55 mm (um inteiro e cinquenta e cinco décimos) de espessura, com extremidades conformadas mecanicamente;

6.2.5.3.2. Deverá incorporar um tipo de mola oleada para cada tamanho da persiana, garantindo o perfeito funcionamento do sistema durante o uso severo das viaturas;

6.2.5.3.3. O sistema deverá garantir o perfeito funcionamento durante, no mínimo, 19.000 (dezenove mil) ciclos de abertura, sem ocorrer deformação;

6.2.5.3.4. Deverá ser fixado com parafuso de aço inoxidável e porca autofrenante;

6.2.5.3.5. O torque deverá ser pré-estabelecido na montagem, podendo ser redimensionado.

6.2.5.4. Perfil Inferior

6.2.5.4.1. As persianas deverão possuir perfil inferior extrudado e reforçado, com dimensões mínimas de 100 mm (cem milímetros) de altura por 60 mm (sessenta milímetros) de largura e 02 mm (dois milímetros) de espessura, liga ASTM 6060 T5 ou similar, com acabamento em NYLON-66 nas extremidades;

6.2.5.4.2. O perfil deverá possuir rebite de repuxe em alumínio e barra de travamento em aço inoxidável 304 polido, com diâmetro mínimo de 7/8" (sete oitavos de polegada) e espessura mínima de 3/64" (três sessenta e quatro avos de polegadas);

6.2.5.4.3. O perfil inferior deverá possuir suporte de nylon para o acondicionamento da barra de travamento, com acabamentos plásticos nas extremidades de apoio do perfil superior, vedação inferior em elastômero EPDM (Borracha Etileno-Propileno-Dieno) e acabamento traseiro do mesmo material do perfil inferior;

6.2.5.4.4. Todas as portas tipo persiana deverão possuir mecanismo formando travas de bloqueio laterais acopladas no perfil inferior;

6.2.5.4.5. Deverá possuir um sistema de travamento auxiliar, além do supracitado, do tipo trinco, impossibilitando a abertura involuntária das portas;

6.2.5.4.6. Deverá possuir chaves idênticas para todas as portas.

6.2.5.5. Calha de Chuva

6.2.5.5.1. Deverá possuir perfil anodizado de alumínio extrudado, denominado calha de chuva, montado na parte superior da persiana, cuja montagem final recebe vedação em EPDM (Borracha Etileno-Propileno-Dieno) na região superior do perfil e, na região inferior, acabamento em PVC (policloreto de vinil) na região frontal.

6.2.6. Sistema de Iluminação LED

6.2.6.1. Deverá possuir mecanismo automático de acendimento de luz com interruptor magnético, sem contatos, situado em local que impossibilite sua danificação por materiais, ferramentas e equipamentos utilizados em ocorrências de bombeiros;

6.2.6.2. A iluminação interna deverá ser formada por barras de LED de alta performance, modelo 12

V (doze volts) ou 24 V (vinte e quatro volts), com, no mínimo, 6,4 W (seis inteiros e quatro décimos watts) por metro de comprimento;

6.2.6.3. As barras de LED deverão possuir, no mínimo, 20 (vinte) lâmpadas cada, com capacidade não inferior a 159 lm/W (cento e cinquenta e nove lumens por watt);

6.2.6.4. Deverá possuir base de alumínio anodizado, blindagem com resinas poliuretânicas, grau de proteção IP68, barreira anti-UV e conexões elétricas blindadas, situadas na parte posterior do perfil da persiana, com pontos de iluminação suficientes para toda a área interior do compartimento.

6.2.7. Sistema de Rastreamento / Identificação

6.2.7.1. Cada persiana deverá incorporar uma identificação fixa onde conste o número de série do produto, possibilitando a rastreabilidade e facilitando o serviço pós-venda, não somente durante o período de garantia da viatura, como também durante toda a vida útil da persiana.

6.3. Traseira do Veículo

6.3.1. Na Traseira Deverá Possuir

6.3.1.1. Gancho de Ancoragem

6.3.1.1.1. 01 (um) gancho de ancoragem, construído em aço, tipo olhal, com capacidade mínima de carga de 6.000 kg (seis mil quilogramas) e espessura mínima de 13 mm (treze milímetros).

6.3.1.2. Para-choque

6.3.1.2.1. 01 (um) para-choque, com espessura mínima de 100 mm (cem milímetros);

6.3.1.2.2. Distância mínima de 80 mm (oitenta milímetros) da plataforma;

6.3.1.2.3. Distância mínima de 400 mm (quatrocentos milímetros) do solo;

6.3.1.2.4. Deverá ser fixado ao chassi do veículo;

6.3.1.2.5. Deverá possuir acionamento retrátil, com uso de molas, conforme Resolução nº 593/2016 do CONTRAN.

6.4. Convés do Veículo e Compartimentos Superiores

6.4.1. Escada de Acesso ao Convés

6.4.1.1. Atrás da cabine, pela lateral direita, deverá possuir uma escada dobrável com degraus, para acesso ao convés da viatura, com corrimão adequado para facilitar a subida de bombeiro equipado.

6.4.2. Construção em Alumínio

6.4.2.1. Todo o convés deverá ser construído em chapa de alumínio tipo lavrado xadrez antiderrapante de, no mínimo, 03 mm (três milímetros) ou similar.

6.4.3. Baú de Materiais sobre o Convés

6.4.3.1. Deverão ser instalados 02 (dois) compartimentos de materiais do tipo baú sobre o convés, horizontalmente em formato retangular, sendo 01 (um) na extremidade esquerda e 01 (um) na extremidade direita;

6.4.3.2. Os baús deverão ser construídos em chapa de alumínio tipo lavrado xadrez antiderrapante de, no mínimo, 03 mm (três milímetros), garantindo sua segurança estrutural quanto à utilização pretendida;

6.4.3.3. Deverá possuir tampa do mesmo material de sua estrutura, possuindo perfeito fechamento e garantindo o perfeito isolamento e vedação contra entrada de água e poeira;

6.4.3.4. Deverá possuir, individualmente, ao menos 02 (dois) trincos para travamento da tampa de abertura de forma rápida e segura, devendo também serem travados por chave;

6.4.3.5. Deverá possuir limitadores de curso (pistões a gás automotivos), dimensionados corretamente para suportar o peso da tampa do compartimento;

6.4.3.6. Deverá possuir dreno a fim de permitir a higienização dos baús.

6.4.4. Baú Lateral Esquerdo

6.4.4.1. O baú lateral esquerdo terá a finalidade de acondicionamento de materiais diversos, como materiais de sapa, combate a incêndio e de salvamento (aquático e altura).

6.4.5. Baú Lateral Direito

6.4.5.1. Deverá ser construído para acondicionamento dos seguintes itens:

a) 01 (um) croque;

b) 04 (quatro) batedores utilizados para incêndio em vegetação rasteira;

c) Ao lado ou sobre este baú (lateral direita da viatura) deverá ser instalado 01 (um) suporte para escada prolongável, com medidas necessárias à adaptação da escada fornecida pela contratada.

6.4.6. Suporte para Embarcação

6.4.6.1. Deverá ser confeccionado um suporte para apoio e fixação de embarcação do tipo bote inflável, cujas referências poderão ser fornecidas pelo gestor do contrato;

6.4.6.2. Na parte central da parte superior do veículo deverá existir um compartimento que permita o recolhimento de uma torre de iluminação em posição protegida e alojada horizontalmente sobre o encarroçamento;

6.4.6.3. Caso seja adotada a construção do compartimento em material copolímero, deverão ser adotadas as espessuras e resistências mecânicas compatíveis e/ou superiores às supracitadas na construção em material metálico.

6.5. Implementos Hidráulicos

6.5.1. Guindaste Articulado

6.5.1.1. A viatura deverá possuir um guindaste articulado na parte traseira da viatura, em conformidade com a norma EN 12999:2011;

6.5.1.2. O guindaste deverá ser de grande porte, com sistema de proteção contra sobrecarga, fabricado de acordo com a norma EN 12999:2011, possuindo classificação HC1 HD5/B3;

6.5.1.3. Deverá seguir as seguintes características, considerando as limitações do chassi:

- a) Momento mínimo de elevação de carga de 22 kNm (vinte e dois quilonewton-metro);
- b) Capacidade mínima de 6.000 kg (seis mil quilogramas);
- c) Ângulo de giro de 400° (quatrocentos graus);
- d) Deverá possuir no máximo 04 (quatro) e no mínimo 03 (três) lanças hidráulicas;
- e) 02 (dois) braços iniciais, com alcance horizontal de no máximo 17,1 m (dezessete inteiros e um décimo metros) e no mínimo 12 m (doze metros), com capacidade mínima de carga na ponta de 1.140 kg (mil cento e quarenta quilogramas), quando totalmente estendido;
- f) Peso máximo do implemento de 2.550 kg (dois mil quinhentos e cinquenta quilogramas);
- g) Largura máxima quando guardado de 2,55 m (dois inteiros e cinquenta e cinco metros), respeitando a altura máxima da viatura a partir do solo de 3.620 mm (três mil seiscentos e vinte milímetros), e ficando a uma altura mínima do solo, em relação à sua base, de 1.290 mm (mil duzentos e noventa milímetros);
- h) Deverá possuir no mínimo 02 (duas) sapatas de apoio extensíveis hidráulicos, de no máximo 7,4 m (sete inteiros e quatro décimos) quando estendidas e no máximo 2,5 m (dois metros e meio) quando recolhidas, com bases retráteis de giro automático em 180° (cento e oitenta graus);
- i) Deverá contar com um guincho com capacidade mínima de 2.000 kg (dois mil quilogramas), com polia de reenvio original do fabricante do guindaste;
- j) Deverá possuir preparação hidráulica para acessórios de diferentes tipos de trabalho, a fim de conduzir o fluxo de óleo para os acessórios;
- k) As mangueiras deverão ser guiadas em calhas compactas e esteiras de plástico, facilitando a utilização de diversos tipos de acessórios, conforme cada necessidade;
- l) Além do acima exposto, deverá possuir também os seguintes acessórios:
 - 1. Cesto aéreo acoplado, em conformidade com a NR-12;
 - 2. 01 (um) guincho de cabo;
 - 3. Bombas de pistões;
 - 4. Calços para sapatas;
 - 5. Radiador para troca de calor do óleo hidráulico;
 - 6. Garra tipo concha;
 - 7. Controle remoto da grua;

8. Kit de iluminação para painel de comando e sinalização da posição das sapatas em LED;
9. As válvulas deverão ser protegidas contra danos e prevenir que as lanças articuladas cedam, devendo ser instaladas nos cilindros de inclinação, elevação e extensão;
10. Deverá possuir sistema de controle remoto e manual com display, permitindo ao operador deslocar-se fora das áreas de risco e melhor visualização da área operacional;
11. O monitoramento das funções e indicador de sobrecarga deverá ser visualizado diretamente no visor do controle;
12. Além do controle eletrônico do guindaste, deverá possuir alavancas para acionamento e manuseio completo manualmente;
13. Deverá possuir sistema eletrônico que ofereça segurança e conforto para o operador, realizando o monitoramento das funções do equipamento e facilitando o diagnóstico quando necessário;
14. Deverá possuir sistema de controle de velocidade e sistema regenerativo que proporcione aumento de 30% (trinta por cento) na velocidade de abertura das lanças, através da recuperação do óleo dentro do circuito;
15. Deverá possuir pressão mínima de operação de 360 bar e máxima de 365 bar, e capacidade da bomba recomendada de 75 l/min até 100 l/min.

6.5.2. Guincho Traseiro

- 6.5.2.1. Deverá ser instalado um guincho atrás do eixo traseiro, com saída no para-choque dianteiro da viatura;
- 6.5.2.2. Deverá ser do tipo hidráulico, com cabo de aço de, no mínimo, 16 mm (dezesesseis milímetros) de diâmetro e comprimento total mínimo de 90 m (noventa metros);
- 6.5.2.3. O cabo deverá possuir marcação em seu limite máximo de 15 m (quinze metros) e deverá correr dentro de guias de aço inoxidável;
- 6.5.2.4. A capacidade de tração deverá ser de, no mínimo, 8.000 kg (oito mil quilogramas), sem utilizar sistema de reenvio;
- 6.5.2.5. A capacidade de tração utilizando sistema de reenvio deverá ser de, no mínimo, 16.000 kg (dezesesseis mil quilogramas), permitindo ainda uma angulação mínima de trabalho de 25° (vinte e cinco graus);
- 6.5.2.6. Deverá possuir controle elétrico ou eletropneumático de “mordentes” para bloqueio ou liberação do cabo de aço, instalado e operado na cabine do caminhão por meio da PTO, possuindo ainda controle manual ao lado do carretel;
- 6.5.2.7. Deverá haver um sistema elétrico redundante para o funcionamento do guincho;
- 6.5.2.8. O guincho deverá estar de acordo com a norma DIN 14584:2016-12.

6.6. Implementos Elétricos

6.6.1. Torre de Iluminação

6.6.1.1. Deverá ser fornecida 01 (uma) torre de iluminação com mastro telescópico vertical, em alumínio tubular anodizado, com diâmetro mínimo de 1/8”;

6.6.1.2. Deverá possuir altura mínima de 3.000 mm (três mil milímetros), a partir do convés da viatura quando estendido, sendo que a altura máxima da torre totalmente recolhida, bem como seu posicionamento, deverão ser previamente discutidos e aprovados por meio de projeto executivo prévio;

6.6.1.3. O dispositivo deverá ser próprio para utilização automotiva, sujeito a torção e flexão no chassi;

6.6.1.4. Deverá permitir movimentação dos refletores na extremidade do mastro, com motorização na voltagem do chassi, em no mínimo 350° (trezentos e cinquenta graus) de rotação e 330° (trezentos e trinta graus) de inclinação, podendo os refletores da esquerda inclinarem-se independentemente dos refletores da direita e vice-versa;

6.6.1.5. A unidade de iluminação deverá ser composta por 04 (quatro) refletores tipo LED (dois inferiores e dois superiores), totalizando pelo menos 50.000 lm (cinquenta mil lúmens);

6.6.1.6. O suprimento de ar comprimido para movimentação da torre será fornecido por meio de um compressor na voltagem do chassi;

6.6.1.7. Deverá existir no painel da cabine da viatura um indicador luminoso com a mensagem “NÃO MOVA O CAMINHÃO”, que se acenderá quando a torre não estiver totalmente recolhida;

6.6.1.8. Todo o sistema da torre de luz deverá possuir certificação conforme norma ISO 17025, E-13 ou NFPA (sistema de controle);

6.6.1.9. Deverá possuir 02 (dois) comandos remotos, sendo 01 (um) por meio de cabo com extensão mínima de 10 m (dez metros) e outro controlado por rádio frequência;

6.6.1.10. Os dispositivos de comando deverão controlar todos os movimentos da torre, com as seguintes funções:

- a) Extensão e recolhimento do mastro;
- b) Liga e desliga dos refletores do lado esquerdo independentemente dos refletores do lado direito e vice-versa;
- c) Inclinação e giro dos refletores;
- d) Operação sincronizada e sequencial de recolhimento do mastro envolvendo:
 - 1. Retorno automático do mastro;
 - 2. Desligamento das lâmpadas;
 - 3. Retorno do sistema de movimentação dos refletores para a posição de transporte;

6.6.1.11. Todos os comandos acima deverão ser passíveis de execução manual nos casos de pane da automação;

6.6.1.12. Função de parada que permite parar o mastro em estágios intermediários durante a extensão;

6.6.1.13. Sistema de recolhimento automático na liberação do freio de mão do veículo, com o intuito de evitar o deslocamento da viatura com a torre estendida.

6.6.2. Gerador de Energia

6.6.2.1. A viatura deverá ser equipada com um gerador de energia elétrica em conformidade com as Normas NEC (National Electrical Codes);

6.6.2.2. O gerador deverá possuir capacidade para operações de longa duração, sem apresentar superaquecimento ou fadiga de seus componentes;

6.6.2.3. O gerador deverá possuir as seguintes características:

- a) Potência nominal mínima de 25.000 W (vinte e cinco mil watts);
- b) Tensão nominal compatível com aparelhos entre 110 a 120 V e 220 a 240 V;
- c) Amperagem mínima de 34 A a 220 V;
- d) Frequência de 60 Hz (sessenta hertz);
- e) Deverá ser acionado pelo motor da viatura;
- f) Deverá possuir acionamento no interior da cabine;
- g) O acionamento do gerador somente deverá ser possível com o freio de estacionamento acionado;

6.6.2.4. Indicadores:

- a) Frequencímetro;
- b) Voltímetro;
- c) Amperímetro;
- d) Horímetro;
- e) Indicador de sobrecorrente;
- f) Indicador de temperatura alta do sistema;
- g) Indicador de gerador ligado “LIGADO”;
- h) Porta-fusíveis para proteção do sistema;

6.6.2.5. Os instrumentos deverão ser embutidos em painel de tamanho adequado e à prova de intempéries, confeccionado em chapa de aço carbono com espessura não inferior a 1/8” (uma oitava de polegada);

6.6.2.6. O equipamento deverá ser concebido para instalações móveis sujeitas a vibrações, umidade e uso contínuo severo;

6.6.2.7. Toda a fiação elétrica do gerador deverá ser de cobre trançado fino, protegida contra água, intempéries e sujeira, com blindagem tipo espaguete, pontas estanhadas e conectores da linha automotiva, em conformidade com a norma SAE J1292, e isolamento conforme SAE J1127 e SAE J1128, dimensionada para a carga e classificação dos disjuntores;

6.6.2.8. Deverão ser fornecidos disjuntores individuais para todos os equipamentos em linha, de modo a isolar um disjuntor desarmado sem afetar os demais equipamentos;

6.6.2.9. O gerador deverá ser montado no lado esquerdo da viatura, em local definido em projeto, com piso construído em chapas de aço carbono com espessura não inferior a 1/8", dimensionado para suportar o peso adicional do gerador;

6.6.2.10. Deverá ser dotado de sistema que permita sua fácil retirada para manutenção, com uso de empilhadeira.

6.7. Dispositivos e Acessórios

6.7.1. Engate de Reboque

6.7.1.1. Deverá ser instalado um engate de reboque sob a plataforma traseira, no centro do caminhão;

6.7.1.2. O engate de reboque deverá ser projetado para permitir o reboque de carga de, no mínimo, 30.000 kg (trinta mil quilogramas) no plano horizontal, devendo constar rótulo de identificação de sua capacidade;

6.7.1.3. Deverá haver saída para engate pneumático e elétrico, controlado pelo motorista e em local de fácil acesso na cabine, com a finalidade de freio no reboque;

6.7.1.4. O câmbio que deverá acompanhar tal conjunto do veículo deverá ser compatível com o sistema elétrico pneumático e possuir capacidade para 50 t (cinquenta toneladas).

6.7.2. Escada Prolongável de Solo

6.7.2.1. 01 (uma) escada prolongável de solo, com o comprimento máximo compatível com a extensão do convés superior da viatura, quando recolhida em duas seções;

6.7.2.2. Deverá ser confeccionada em alumínio duro e atender aos requisitos da norma NFPA 1932 "Normas sobre uso, manutenção e teste de escadas de chão em serviço do corpo de bombeiros" (tradução direta), especialmente quanto às capacidades de carga, resistência à abrasão e selos de inspeção;

6.7.2.3. Deverá possuir suporte próprio para acondicionamento, localizado no convés da viatura.

6.7.3. Guincho Dianteiro

6.7.3.1. Deverá possuir 01 (um) guincho de arrasto localizado na dianteira do veículo, desenvolvido para trabalhos pesados e designado para aplicação em caminhões, com as seguintes características e capacidades:

- a) Capacidade mínima de elevação/tração de 5.400 kgf (cinco mil e quatrocentos quilograma-força);
- b) Potência mínima do motor de 4,6 cv (quatro inteiros e seis décimos de cavalos-vapor);
- c) Circuito elétrico compatível com a voltagem do veículo;
- d) Redutor planetário de 03 (três) estágios, razão de 165:1 (cento e sessenta e cinco para um), com engrenagens montadas sobre rolamentos, freio multidisco automático com regulagem externa;
- e) Comprimento mínimo do cabo de aço de 30 m (trinta metros);
- f) Bitola do cabo de aço de 3/8" (três oitavos de polegada);

g) Peso de 45 kg (quarenta e cinco quilogramas), sendo admitido \pm 20%;

h) Controle por fio e sem fio.

6.7.4. Câmera de Ré

6.7.4.1. Deverá ser instalado um sistema de câmeras, composto por no mínimo 01 (uma) câmera, de forma que auxilie a visualização completa para a operação de ré pelo motorista, possibilitando a visão traseira e outros "pontos cegos";

6.7.4.2. O monitor utilizado para a câmera de ré deverá ser o mesmo da central multimídia, a fim de otimizar os espaços;

6.7.4.3. A visualização da câmera deverá ser obtida através do monitor do sistema multimídia, com recurso infravermelho que possibilite também a visão noturna;

6.7.4.4. A instalação da(s) câmera(s) poderá(ão) ser na parte superior ou inferior da traseira, permitindo ângulo de visão mínimo de 120° (cento e vinte graus), sendo adequada ao chassi e deliberada junto ao gestor do contrato;

6.7.4.5. O sistema deverá ser compatível com as tensões e correntes de trabalho da viatura, bem como do sistema multimídia, sendo ativado automaticamente quando acionada a marcha à ré.

6.8. Instalação Elétrica

6.8.1. Tensão

6.8.1.1. Deverá possuir tensão de 12 (doze) ou 24 (vinte e quatro) V (volts), conforme a instalação original do veículo e/ou orientação do fabricante;

6.8.1.2. Caso a tensão seja de 24 V (volts), deverá possuir conversor de 24 V (vinte e quatro volts) para 12 V (doze volts).

6.8.2. Chave Geral

6.8.2.1. Deverá ser instalada uma chave geral para todos os circuitos elétricos relativos à implementação dos equipamentos hidráulicos e da carroceria, dimensionados de acordo com a carga máxima calculada.

6.8.3. Caixa de Distribuição (Quadro de Força)

6.8.3.1. Deverá possuir uma caixa de distribuição contendo fusíveis em todos os circuitos, dimensionados de acordo com a carga, instalada em local de fácil acesso e com respectivo mapa de aplicação para manutenção.

6.8.4. Baterias e Alternador

6.8.4.1. A bateria deverá possuir corrente mínima de 80 A (oitenta amperes);

6.8.4.2. A bateria original deverá possuir compatibilidade com os sistemas elétricos instalados;

6.8.4.3. Deverá ser instalada bateria auxiliar com as mesmas características da(s) bateria(s)

principal(is);

6.8.4.4. A bateria auxiliar deverá ser utilizada para permitir maior autonomia da carga elétrica e dos dispositivos de iluminação;

6.8.4.5. Todas as luminárias e cargas elétricas acrescidas pelo encarroçamento deverão ser instaladas exclusivamente sobre a bateria auxiliar;

6.8.4.6. As baterias, original e auxiliar, deverão ser instaladas em local de fácil acesso;

6.8.4.7. Deverão ser confeccionados novos compartimentos de bateria com as mesmas características dos originais, caso estes não atendam às dimensões das baterias requisitadas.

6.9. Fiação Elétrica

6.9.1. Proteção e Isolamento da Fiação

6.9.1.1. Todas as aberturas na viatura deverão ser adequadamente calafetadas para passagem da fiação, de acordo com a norma SAE J1292;

6.9.1.2. Toda a fiação deverá ser de alta resistência, a fim de evitar ferrugem e movimentos que possam resultar em atritos, apertos, protuberâncias e danos;

6.9.1.3. O isolamento em polietileno transversal deverá estar de acordo com a norma SAE J1127 e SAE J1128;

6.9.1.4. A fiação deverá estar em conformidade com as exigências das normas SAE J1291 e SAE J1292;

6.9.1.5. Toda a fiação e cabos não poderão ser instalados em locais sujeitos a cortes ou onde haja movimentação e arestas cortantes.

6.9.2. Proteção do Sistema Elétrico

6.9.2.1. Todos os circuitos elétricos deverão ser protegidos por dispositivos eletrônicos de proteção à corrente, de acordo com a norma SAE J553 (disjuntores automáticos de rearmagem), devendo ser facilmente acessíveis para manutenção;

6.9.2.2. Os dispositivos deverão ser de baixa voltagem e apropriadamente calculados para atuar contra sobrecarga;

6.9.2.3. A proteção do sistema deverá ser realizada por meio da utilização de fusíveis, disjuntores, elos fundíveis ou dispositivos sólidos equivalentes;

6.9.2.4. Os encaixes exteriores das lâmpadas, chaves, dispositivos eletrônicos e peças fixas deverão ser à prova de corrosão e de intempéries.

6.9.3. Materiais e Capacidades

6.9.3.1. Os cabos deverão ser de cobre torcido ou condutores de liga de cobre;

6.9.3.2. Deverão possuir bitola capaz de conduzir 125% (cento e vinte e cinco por cento) da corrente máxima para a qual o circuito estará protegido;

6.9.3.3. As quedas de voltagem em toda a fiação, desde a fonte de energia até o ponto de consumo, não poderão exceder a 10% (dez por cento);

- 6.9.3.4. Poderão ser usados cabos multicondutores ou de fita, desde que não estejam instalados em locais sujeitos a altas temperaturas do motor e/ou do sistema de escapamento de gases;
- 6.9.3.5. O conjunto de fiação, incluindo aterramento, dispositivos, chaves, saídas, disjuntores e demais dispositivos similares, deverá ser compatível com o sistema e possuir capacidade superior à carga exigida pelo sistema em pleno funcionamento;
- 6.9.3.6. Deverá suportar variações de temperatura sem prejudicar o funcionamento.

6.9.4. Conduítes e Instalação

- 6.9.4.1. A fiação deverá ser instalada em conduítes ou eletrodutos corrugados, fixados ao compartimento por presilhas metálicas isoladas;
- 6.9.4.2. Todas as caixas de passagem ou de fusíveis deverão estar acessíveis com o uso de ferramentas manuais simples, não podendo ser instaladas atrás de painéis soldados;
- 6.9.4.3. Toda a fiação deverá estar separada a uma distância mínima de 305 mm (trezentos e cinco milímetros) da tubulação de escapamento ou devidamente protegida a partir desta;
- 6.9.4.4. A instalação deverá permitir flexibilidade entre os cabos, a carroceria e outras áreas ou equipamentos cujos movimentos exerçam pressão sobre a fiação.

6.9.5. Identificação da Fiação

- 6.9.5.1. A fiação deverá possuir códigos permanentes de cores ou identificação por números e/ou letras de fácil leitura, dispostos nos conduítes;
- 6.9.5.2. A identificação deverá ser visível nos terminais e/ou nos pontos de conexão;
- 6.9.5.3. A fiação deverá ser identificada de maneira única a cada 600 mm (seiscentos milímetros);
- 6.9.5.4. A identificação deverá utilizar como referência todo o esquema de fiação;
- 6.9.5.5. Todos os interruptores deverão ser identificados com plaqueta indicativa de sua função, no idioma português.

6.9.6. Alça de Fio, Emendas e Conexões

- 6.9.6.1. Todos os componentes elétricos, terminais e pontos deverão possuir alça de fio de no mínimo 100 mm (cem milímetros), permitindo pelo menos 02 (duas) substituições dos terminais da fiação;
- 6.9.6.2. As emendas deverão atender às normas SAE J163, SAE J561 e SAE J928;
- 6.9.6.3. A fiação entre o veículo e o implemento deverá ser conectada por meio de conector próprio normatizado, sendo que todas as conexões e pontos terminais deverão proporcionar conexão mecânica e elétrica adequada, conforme instruções do fabricante;
- 6.9.6.4. Os conduítes deverão possuir resistência à alta temperatura, no mínimo 150°C (cento e cinquenta graus Celsius).

6.10. Sistema Sonoro e Visual

6.10.1. Proteção do Sistema e Requisitos

6.10.1.1. O sistema deverá ser imune a EMI (Electromagnetic Interference), RFI (Radio Frequency Interference) ou qualquer outra forma de sinal que interfira na recepção dos transceptores de rádio dentro da faixa de frequência utilizada pelo CBMPE;

6.10.1.2. O sistema deverá dispor de sensor de baixa voltagem, para impedir o funcionamento do sinalizador quando a bateria estiver com capacidade mínima de 10,8 V (dez vírgula oito volts), permitindo a partida do motor;

6.10.1.3. Deverá possuir proteções contra inversão de polaridade, altas variações de tensão e transientes, desligando-se preventivamente quando a tensão exceder limites que coloquem em risco a segurança do equipamento;

6.10.1.4. O consumo máximo de energia, com todo o sistema luminoso acionado, não poderá exceder 7 A (sete amperes) na condição de alimentação nominal;

6.10.1.5. Os conjuntos luminosos deverão possuir circuito eletrônico para gerenciamento da corrente aplicada nos LEDs, mantendo-a constante e garantindo intensidade luminosa mesmo com o veículo desligado ou em baixa rotação.

6.10.2. Apresentação Durante a Montagem

6.10.2.1. Durante a montagem, em visita técnica, a implementadora deverá apresentar um veículo contendo os seguintes itens:

- a) Documento emitido pelo fabricante dos LEDs, contendo suas especificações técnicas;
- b) Laudo emitido por entidade competente comprovando que o sinalizador atende às normas SAE J575 e SAE J595;
- c) 01 (um) conjunto luminoso secundário frontal, acionável em conjunto com o sistema principal;
- d) Funcionamento de toda a iluminação de trânsito original do veículo, conforme o Código de Trânsito Brasileiro;
- e) Especificações técnicas comprovando cor, temperatura, sincronização, capacidade luminosa, tensão, quantidade de módulos e LEDs instalados.

6.10.3. Sistema de Iluminação

6.10.3.1. O sistema de iluminação deverá ser composto por 01 (uma) barra sinalizadora, luzes de emergências secundárias (warm light), luzes de emergência dianteiras e traseiras, faroletes, sinalizadores rotativos e luzes de trânsito;

6.10.3.2. Toda a iluminação exigida pelo Código de Trânsito Brasileiro deverá ser instalada, incluindo lanternas delimitadoras de altura e lanternas de indicação laterais.

6.10.4. Luzes de Emergência Principais (Barra Sinalizadora)

6.10.4.1. Formato

6.10.4.1.1. Poderá ser desenho modular com lentes inteiriças e intercambiáveis ou lente inteiriça em peça única, devendo possuir perfil delgado e baixa resistência aerodinâmica.

6.10.4.2. Tamanho

6.10.4.2.1. Deverá ocupar mais de 90% (noventa por cento) da largura do teto do veículo, sem ultrapassar sua dimensão máxima.

6.10.4.3. Fixação

6.10.4.3.1. Deverá ser instalada sobre a cabine, fixada em superfície estrutural, utilizando exclusivamente parafusos de aço inoxidável, sendo vedado o uso de presilhas.

6.10.4.4. Base da Barra Sinalizadora

6.10.4.4.1. A base deverá ser construída em perfil de alumínio extrudado ou ABS, pintada na cor preta, anticorrosiva, totalmente reforçada, com lentes de policarbonato.

6.10.4.5. Cúpula

6.10.4.5.1. A cúpula deverá ser injetada em policarbonato vermelho rubi, com bordas laterais em policarbonato transparente ou cristal;

6.10.4.5.2. Deverá possuir resistência a impactos, descoloração e tratamento UV integrado à matéria-prima.

6.10.4.6. Módulos

6.10.4.6.1. Os módulos deverão possuir projeção de luz vermelha e ser intercambiáveis entre si, permitindo manutenção.

6.10.4.7. Conjunto de LED

6.10.4.7.1. Deverá ser composta por no mínimo 56 (cinquenta e seis) LEDs de alto desempenho (01 W), distribuídos em no mínimo 14 (quatorze) módulos.

6.10.4.8. Desempenho

6.10.4.8.1. Deverá possuir iluminação de advertência em 360°, com eficiência nos ângulos de 45° e 90°, sem pontos cegos;

6.10.4.8.2. Intensidade luminosa mínima de 500 Cd, comprovada por laudo SAE J595 – Classe 1 / Red.

6.10.4.9. Botões de Acionamento

6.10.4.9.1. A barra sinalizadora deverá ser acionada por botões instalados em painel único no console da cabine.

6.10.4.10. Certificação da Barra Sinalizadora

6.10.4.10.1. A barra sinalizadora deverá possuir certificação SAE, comprovada por laudos conforme:

- a) SAE J595 Classe 1/Red;
- b) SAE J575;
- c) SAE J845;

d) SAE J1113-11;

e) SAE J578.

6.10.5. Luzes de Emergência Secundárias (Warm Light)

6.10.5.1. Deverá ser instalado um sistema secundário de luzes de emergência e advertência (Warm Light), composto por 06 (seis) conjuntos na cor vermelha;

6.10.5.2. Os conjuntos deverão estar localizados na parte superior externa do veículo, abaixo da linha horizontal do teto, sendo 02 (dois) de cada lado da viatura e 02 (dois) na traseira;

6.10.5.3. Os sinalizadores da traseira não poderão ser colocados nas portas, de forma a não serem obstruídos;

6.10.5.4. Todas as luzes secundárias de emergência deverão ter formato quadrado ou retangular, com medidas mínimas de referência de 130 mm (cento e trinta milímetros) por 85 mm (oitenta e cinco milímetros), ou outra solução mais moderna que permita os mesmos índices de luminosidade;

6.10.5.5. Deverão ser montadas de modo a projetar seus focos de maior intensidade no eixo horizontal, piscando de maneira alternada, duas a duas;

6.10.5.6. Deverão possuir lâmpadas LED de alta eficiência, de 01 (um) ou 03 (três) watts de potência, com consumo máximo de 1,7 A (um inteiro e sete décimos de ampere);

6.10.5.7. A lente externa deverá possuir base preta reforçada com nervuras, injetada em nylon com fibra, totalmente à prova d'água, com fixação na superfície do veículo.

6.10.6. Luzes de Emergência Dianteiras

6.10.6.1. Deverão ser instaladas luzes de intersecção dianteiras e sinalizadores lineares do tipo strobo, com as seguintes características:

a) 02 (dois) mini sinalizadores de intersecção, de luz vermelha, com formato que permita adaptação aos locais indicados do para-lama dianteiro do veículo, compostos por conjunto de LEDs de alta potência (01 W), de baixo consumo, com módulo controlador integrado de intermitência, operando de forma alternada e em frequência que assegure a percepção aos veículos à frente da unidade;

b) 04 (quatro) mini sinalizadores lineares frontais, de luz branca, instalados na grade frontal, compostos por conjunto de LEDs de alta potência, de baixo consumo, com desenho em formato inteiriço/linear.

6.10.7. Luzes de Emergência Traseiras

6.10.7.1. Deverão ser instaladas luzes de emergência traseiras do tipo strobo, com as seguintes características:

a) 02 (dois) mini sinalizadores de emergência, de luz vermelha, adaptáveis aos locais indicados próximos às lanternas, compostos por conjunto de LEDs de alta potência (01 W), de baixo consumo, com módulo controlador integrado de intermitência, operando de forma alternada e em frequência que assegure a percepção aos veículos à traseira da viatura.

6.10.8. Instalação e Resultados

6.10.8.1. Os mini sinalizadores lineares da dianteira (grade frontal) deverão possuir espectro de projeção totalmente à frente, na cor branca, instalados em altura entre 800 mm (oitocentos milímetros) e 1.000 mm (mil milímetros);

6.10.8.2. Os mini sinalizadores de intersecção do para-lama dianteiro deverão possuir espectro de projeção lateral, ser instalados em seu terço anterior e em altura entre 1.000 mm (mil milímetros) e 1.200 mm (mil e duzentos milímetros).

6.10.9. Faroletes e Sinalizadores Rotativos

6.10.9.1. Traseira

6.10.9.1.1. Deverá possuir 02 (dois) faroletes dirigíveis, em alumínio ou plástico resistente, na parte superior traseira da carroceria, com a finalidade de proporcionar iluminação extra nos trabalhos em locais de ocorrência;

6.10.9.1.2. Deverão ser instalados 02 (dois) sinalizadores rotativos, de formato arredondado, na cor vermelha, com LEDs de alta potência (01 W), sendo um de cada lado, na parte superior da viatura, com tela metálica de proteção.

6.10.9.2. Dianteira

6.10.9.2.1. Deverá possuir 02 (dois) faroletes direcionáveis, em alumínio ou plástico resistente, instalados na parte superior dianteira da carroceria, em suportes próprios, para proporcionar iluminação extra nos trabalhos em locais de ocorrência.

6.10.10. Sistema Sonoro

6.10.10.1. A viatura deverá possuir 02 (dois) sistemas de sirenes de alta eficiência, sendo 01 (uma) sirene do tipo fá-dó eletropneumática e 01 (uma) sirene eletrônica, de fácil acesso e manutenção, devidamente identificadas, conforme segue:

a) Sirene 1 – Sirene fá-dó eletropneumática: composta por compressor elétrico centrífugo acionado por motor elétrico de corrente contínua de 12 V (doze volts), potência de 140 W (cento e quarenta watts), mecanismo de comutação por redutor tipo parafuso que comanda válvula de giro, governando o ar no ritmo do sinal às cornetas, produzindo som fá-dó por meio de duas cornetas de diafragma, em material resistente a intempéries, com reservatório de óleo;

b) Sirene 2 – Sirene eletrônica: potência mínima de 200 W (duzentos watts), alimentação de 12 V (doze volts), produzindo 04 (quatro) tons, sendo 01 (um) bitonal, 01 (um) contínuo e 02 (dois) intermitentes, acionada por chave ou painel seletor, com microfone com anulação de ruídos, possuindo 02 (duas) unidades sonofletoras de, no mínimo, 100 W (cem watts) cada, de produção nacional, vedado o uso de drivers dedicados, instaladas externamente à viatura, embutidas no para-choque dianteiro, sem projeção externa, em altura entre 800 mm (oitocentos milímetros) e 1.200 mm (mil e duzentos milímetros);

6.10.10.2. A medição da potência e da pressão sonora mínima de 115 dB (cento e quinze decibéis) deverá ser comprovada a 1 m (um metro) de distância, por equipamento certificado e aferido por entidade acreditada pelo INMETRO.

6.10.11. Módulo de Controle

6.10.11.1. Deverá possuir 01 (um) módulo de controle único para gerenciamento integrado do sistema de sinalização sonora e visual, principal e secundário;

6.10.11.2. Deverá ser instalado no painel frontal do veículo, ao alcance do motorista e do passageiro;

6.10.11.3. Deverá possuir microprocessador ou controlador que permita a geração de lampejos luminosos;

6.10.11.4. Deverá permitir diferentes efeitos luminosos para veículo parado, em deslocamento e em emergência, além de até 05 (cinco) outros padrões distintos, sem custos adicionais;

6.10.11.5. O circuito eletrônico deverá gerenciar a corrente elétrica aplicada aos LEDs por meio de PWM (Pulse Width Modulation), garantindo eficiência luminosa e vida útil mesmo com o veículo desligado ou em baixa rotação.

6.10.12. Teclas de Comando

6.10.12.1. Deverá possuir, no mínimo, 19 (dezenove) teclas de acionamento em silicone para sinalização visual e sonora;

6.10.12.2. A sinalização sonora deverá possuir:

- a) 03 (três) tons acionados por botões com retenção;
- b) 01 (um) acionado por botão sem retenção;
- c) 01 (um) botão para toque de alerta tipo uivo rápido;
- d) 01 (um) painel ou chave seletora dos modos de operação manual e toques rápidos;
- e) Chave liga/desliga para sirene eletropneumática, devidamente iluminada e identificada;

6.10.12.3. Padrão referencial:

- a) Botões WAIL, PIERCE e YELP;
- b) Botão CORNETA para acionamento da sirene fá-dó;
- c) Botões MAN e HORN para acionamento das sirenes eletrônicas;

6.10.12.4. A sinalização luminosa deverá possuir 03 (três) modos:

- a) Veículo estacionado;
- b) Veículo em deslocamento;
- c) Veículo em emergência;

6.10.12.5. Padrão referencial:

- a) Botão nº 1: aciona a barra luminosa frontal;

b) Botão nº 2: aciona barra luminosa e estrobos;

c) Botão nº 3: aciona barra frontal, estrobos e sirene WAIL, desabilitando automaticamente o anterior, conforme códigos 1, 2 e 3.

6.10.13. Identificação e Manuais de Operação

6.10.13.1. Todas as chaves, botões ou teclas deverão ser identificados com etiquetas ou placas de fácil leitura, alta resistência à lavagem e em língua portuguesa;

6.10.13.2. Deverão ser fornecidos 01 (um) manual de operação do sistema sonoro e 01 (um) manual do sistema de iluminação, ambos em língua portuguesa e devidamente ilustrados.

6.11. Pintura e Grafismo

6.11.1. Características Gerais de Pintura

6.11.1.1. A pintura externa de todo o veículo poderá ser original ou repintada;

6.11.1.2. Caso o veículo seja repintado, deverão ser considerados os seguintes parâmetros:

6.11.1.2. Norma Referencial

6.11.1.2.1. Deverá atender aos requisitos da norma ABNT NBR 14284/1999 – Veículos rodoviários – carroçaria – reparação e pintura dos componentes e ABNT NBR 14847/2002 – Inspeção de serviços de pintura em superfícies metálicas – Procedimento, ou norma similar, podendo ser estrangeira;

6.11.1.2.2. O acabamento das partes metálicas deverá estar de acordo com o item 8.3 da NBR 14096/16 ou norma similar, podendo ser estrangeira.

6.11.1.3. Cobertura da Pintura

6.11.1.3.1. O veículo deverá ser pintado antes da instalação de acessórios e outros acabamentos, para garantir cobertura completa e máxima proteção contra corrosão em todas as superfícies metálicas;

6.11.1.3.2. As superfícies internas visíveis da estrutura da cabine deverão ser pintadas ou revestidas com revestimento automotivo de alta qualidade, com cor correspondente às coberturas internas;

6.11.1.3.3. As bordas do chassi deverão ser pintadas com a mesma cor do chassi.

6.11.1.4. Limpeza e Cuidados

6.11.1.4.1. Deverão ser observados cuidados e recomendações em todas as etapas, desde a preparação da superfície até a pintura final;

6.11.1.4.2. Todas as superfícies do veículo deverão ser lixadas manualmente e com máquina para remoção de oxidação, detritos ou imperfeições que prejudiquem a aderência da tinta;

6.11.1.4.3. Deverá ser utilizado desengraxante para eliminação de impurezas;

6.11.1.4.4. Após o lixamento, deverá ser aplicado primer de alta qualidade;

6.11.1.4.5. O veículo deverá receber agente sólido ou epóxi intermediário para preenchimento de defeitos superficiais e melhor retenção e brilho da cor;

6.11.1.4.6. As superfícies de alumínio deverão ser submetidas à limpeza química, sendo que aquelas visíveis externamente deverão ser anodizadas.

6.11.1.5. Proteção Adicional

6.11.1.5.1. O veículo deverá ser pintado com sistema tipo poliuretano acrílico, resistente à chuva ácida e a produtos químicos atmosféricos;

6.11.1.5.2. Todas as superfícies sujeitas à corrosão deverão receber tratamento e pintura antiferruginosa.

6.11.1.6. Não Conformidade

6.11.1.6.1. Em hipótese alguma será aceita pintura com ondulações, escorrimientos ou rugosidades;

6.11.1.6.2. Todo o serviço de pintura deverá ser executado em estufa com instalações técnicas adequadas.

6.11.1.7. Garantia

6.11.1.7.1. A cabine e o chassi deverão estar cobertos por garantia limitada de pintura do fabricante, válida por 05 (cinco) anos a partir da data de entrega.

6.11.1.8. Tinta

6.11.1.8.1. Todo o veículo deverá ser pintado com tinta automotiva comercialmente disponível de alta qualidade.

6.11.1.9. Tonalidades

6.11.1.9.1. Os padrões de cor aceitos pelo Corpo de Bombeiros deverão ser os seguintes:

- a) Vermelho Bonanza GM 1980 – PPG – PE 15510-55510;
- b) Vermelho Candy Apple Red – PPG – 1052 PE 11052060;
- c) Vermelho Alpine – BASF – MS 691125;
- d) Vermelho Bari – DUPONT – M 3023;
- e) Vermelho Pepper – PPG 4154;
- f) Vermelho Tornado – PPG LY3D;
- g) Vermelho Cherry Red – GLASURIT – SAA 6030;
- h) Vermelho Ruby Red (“Vermelho Bombeiro”) – RAL 3003.

6.11.1.10. Exceções Admitidas

6.11.1.10.1. Caso não seja aplicada uma das cores homologadas, deverá ser apresentada amostra contendo tonalidade, código, fabricante e qualidade da tinta para análise de viabilidade.

6.11.2. Grafismo

6.11.2.1. O veículo deverá ser entregue devidamente adesivado em vinil refletivo de alto desempenho, conforme padronização visual do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Pernambuco, mediante aprovação prévia do desenho;

6.11.2.2. O Corpo de Bombeiros fornecerá o referencial de grafismo para elaboração do layout técnico pela contratada;

6.11.2.3. Os números de cadastro, letras, detalhes e logomarcas deverão seguir orientação da comissão designada;

6.11.2.4. Não será aceito grafismo com bolhas, rasgos, furos, deformações, assimetrias ou divergência de cores.

6.11.2.1. Película Adesiva

6.11.2.1.1. Película PVC fundida tipo CAST de alta performance (Oracal, 3M ou Avery), espessura entre 0,5 mm e 0,7 mm;

6.11.2.1.2. Papel siliconado protetor com mínimo de 43 g/m²;

6.11.2.1.3. Adesivo poliacrilato solvente, reposicionável, permanente e transparente.

6.11.2.2. Dados Técnicos Gerais

6.11.2.2.1. Espessura: 60 µ;

6.11.2.2.2. Estabilidade dimensional conforme FINAT TM 14;

6.11.2.2.3. Resistência térmica entre -50°C e +90°C;

6.11.2.2.4. Resistência à água do mar conforme DIN 50021;

6.11.2.2.5. Resistência química, mecânica e ao fogo conforme normas citadas;

6.11.2.2.6. Vida útil mínima de 05 (cinco) anos em aplicação externa.

6.11.2.3. Logomarca e Pixel Estilizado

6.11.2.3.1. Impressão em 12 passes por jato de tinta com tintas solvente ou látex;

6.11.2.3.2. Laminação calandrada após impressão.

6.11.2.4. Aplicação das Películas Adesivas

6.11.2.4.1. Recorte eletrônico;

6.11.2.4.2. Aplicação manual conforme fabricante;

6.11.2.4.3. Uso de soprador térmico;

6.11.2.4.4. Aplicação em ambiente limpo e coberto;

6.11.2.4.5. Cura mínima de 48 h (quarenta e oito horas).

6.11.2.5. Configuração Padrão do Corpo de Bombeiros

6.11.2.5.1. Laterais

6.11.2.5.1.1. Três faixas brancas laterais;

6.11.2.5.1.2. Brasões e inscrições conforme padrão CBMPE;

6.11.2.5.1.3. Inscrição “193” com símbolo telefônico.

6.11.2.5.2. Dianteira

6.11.2.5.2.1. Inscrição “BOMBEIROS” espelhada.

6.11.2.5.3. Teto

6.11.2.5.3.1. Prefixo da viatura com base das letras voltada para a traseira.

6.11.2.6. Prescrições Diversas de Grafismo

6.11.2.6.1. Limpeza rigorosa da superfície;

6.11.2.6.2. Teste de compatibilidade dos materiais;

6.11.2.6.3. Vedação de propaganda de empresas;

6.11.2.6.4. Apresentação de atestado do fabricante da película;

6.11.2.6.5. Apresentação de layout técnico e materiais à comissão CBMPE;

6.11.2.6.6. Apresentação das embalagens originais das películas na vistoria.

Equipamentos, Ferramentas e Acessórios Operacionais Integrantes da Solução

Item	Quantidade	Descrição	Especificação	Fornecido	Equipado
01	04 UNID	Equipamento de Proteção Respiratória	Equipamento de proteção respiratória – conjunto autônomo de respiração com máscara facial em borracha natural, visor panorâmico em policarbonato, válvula de demanda em pressão positiva, redutor de pressão, manômetros, alarme sonoro, suporte dorsal anatômico, cilindro em alumínio com revestimento em fibra de carbono (300 bar, 9 L) e sistema de alarme pessoal (homem morto) com sensor de temperatura.	SIM	SIM
02	04 UNID	Cilindro de 6,8 litros	Cilindro de ar comprimido para máscara autônoma, confeccionado em composite de fibra de carbono, vaso em alumínio não costurado, pressão de trabalho de 300 bar, volume hidrostático de	SIM	SIM

			6,8 L, compatível com modelo BD-2100 – MSA.		
03	04 UNID	Lanterna para Combate a Incêndio	Lanterna LED de alto rendimento, certificação ATEX 94/9/CE, grau de proteção IP67, corpo em resina termoplástica antiestática, cabeça giratória (0°, 45° e 90°), múltiplos modos de iluminação, bateria recarregável Li-ion, carregador para 4 lanternas instalado na cabine.	SIM	SIM
04	01 UNID	Holofote / Luz de Área	Torre de iluminação portátil a bateria, IP67, mastro telescópico, base estabilizadora, potência de até 5.300 lúmens, autonomia variável conforme intensidade, alimentação por bateria ou fonte externa.	SIM	SIM
05	01 UNID	Desencarcerador Elétrico Portátil a Bateria	Conjunto hidráulico a bateria composto por ferramenta de corte, ferramenta separadora e cilindro telescópico (expansor), com certificações NFPA 1936 e EN 13204, baterias reserva, iluminação LED e carregador bivolt.	SIM	SIM
06	01 UNID	Kit de Estabilização (Escoras Mecânicas)	Sistema de estabilização veicular com escoras telescópicas, cintas de alta resistência, pés articulados, bolsa de transporte e acessórios, conforme especificações técnicas descritas.	SIM	SIM
07	01 UNID	Moto Cortador (Rebolo)	Cortador portátil a gasolina 2 tempos, disco de 350 mm, potência mínima de 3,2 kW, sistema antivibração e dispositivos de segurança.	SIM	SIM
08	01 UNID	Serra Sabre Portátil a Bateria	Serra sabre recarregável bivolt, mínimo 18V, velocidade variável, freio elétrico, lâminas para corte de metal, carregador e maleta.	SIM	SIM
09	02 UNID	Protetor de Airbag	Protetor para neutralização de airbag, compatível com veículos comerciais e de passageiros, com bolsa ou maleta de acondicionamento.	SIM	SIM

10	10 UNID	Cone de Sinalização	Cone de trânsito em PVC flexível, cor laranja fluorescente, faixas refletivas, altura mínima de 75 cm, base quadrada.	SIM	SIM
11	04 UNID	Bloco de Calços para Viatura	Calços para rodas, atendendo à norma SAE J348, adequados ao diâmetro das rodas.	SIM	SIM
12	01 UNID	Gerador Portátil de Energia	Gerador portátil ≥ 3.000 W, 220 V, motor 4 tempos, baixo nível de ruído, acessórios e extensão elétrica de 30 m.	SIM	SIM
13	01 UNID	Tesourão Corta Vergalhão	Tesourão de 30", lâminas em aço especial, capacidade mínima de corte de 10 mm.	SIM	SIM
14	01 UNID	Malho	Marreta oitavada com peso entre 4,5 e 5,2 kg, cabo anatômico resistente.	SIM	SIM
15	01 UNID	Machado Arrombador Tipo Bombeiro	Machado forjado em peça única, aço SAE 1050, cabo de madeira de 90 cm, alta resistência e durabilidade.	SIM	SIM
16	01 UNID	Crock Articulado	Ferramenta em fibra de vidro, cabo isolado modular, comprimento total de 4 m.	SIM	SIM
17	02 UNID	Hooligan	Ferramenta manual para entradas forçadas, 36", aço especial de alta resistência.	SIM	SIM
18	04 UNID	Cinta de Carga	Cintas tipo sling em poliéster, comprimentos de 3 m e 6 m, capacidade mínima de 10 toneladas.	SIM	SIM

7. Estimativa das quantidades a serem contratadas

Em sede do prescrito no art. 18, § 1º, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021 e no art. 8º, inciso VI, do Decreto Estadual nº 53.384/2022, bem como no § 3º ainda do art. 8º, do Decreto Estadual nº 53.384/2022, a estimativa da contratação, deste Estudo Técnico Preliminar (ETP), repousa na aquisição de pelo menos 03 (três) viaturas para desenvolver ações de salvamento.

As 03 (três) viaturas permitirão a cobertura dos 185 municípios do estado de Pernambuco, através da distribuição dessas viaturas, com vistas a propiciar a cobertura mais eficiente em todos os rincões do estado de Pernambuco, com sede de cada uma delas, nos respectivos territórios de subordinação de cada uma das Diretorias Integradas Operacionais da Corporação.

De forma estrita os veículos atuarão de forma independente, a depender da demanda, nos municípios de Recife – capital do estado de Pernambuco e sede dos poderes (executivo, legislativo e judiciário) do estado, além de deter a maior concentração populacional. Município de Caruaru, onde repousa as portas da região agreste do estado de Pernambuco, capital com significativo desenvolvimento de esbeltez e região com múltiplos registros sísmicos. Por último, Petrolina, região com significativo potencial de desenvolvimento de ordem agropecuária do estado e pólo de exportação e tráfego logístico em suas extensões.

8. Estimativa do valor da contratação

Fundamentação: art. 18, § 1º, inciso VI, da Lei nº 14.133/2021; art. 8º, inciso VII, do Decreto Estadual nº 53.384/2022.

De acordo com o § 3º, do art. 8º, do Decreto Estadual nº 53.384/2022, é um dos elementos obrigatórios do Estudo Técnico Preliminar. Consiste em estimar os valores unitários e globais da contratação, com base em pesquisa simplificada de mercado, a fim de realizar o levantamento do eventual gasto com a solução escolhida de modo a avaliar a viabilidade econômica da opção.

Em consulta preliminar a fornecedores, a solução apresenta valor unitário estimado em torno de R\$ 3.500.000,00 (três milhões e quinhentos mil reais) por cada veículo, face às oscilações cambiais e consequentes ajustes nos valores dos insumos de produção totalizando R\$ 10.500.000,00 (dez milhões e quinhentos mil reais).

Para a obtenção desse valor foi mediado contato com o representante comercial de uma empresa que informou o referido valor.

Ressalte-se que não foram identificados preços públicos disponíveis em painéis oficiais, atas de registro de preços vigentes ou contratações similares realizadas por outros entes da Administração Pública, compatíveis com o objeto pretendido e com as especificações técnicas definidas neste estudo, o que se justifica pela natureza especializada da viatura e pelo reduzido número de fabricantes que atendem integralmente às exigências operacionais.

Dessa forma, a estimativa apresentada baseia-se nas informações obtidas diretamente junto ao mercado fornecedor, constituindo parâmetro razoável e compatível com a realidade do setor, sem prejuízo de posterior aferição de competitividade no curso do procedimento licitatório.

9. Justificativa para o parcelamento da solução

9.1. A regra a ser observada pela Administração nas licitações é a do parcelamento do objeto, mas é imprescindível que a divisão deste seja tecnicamente viável e economicamente vantajosa e não represente perda de economia de escala (Art. 40, inciso V, alínea b, combinado com §2º do mesmo artigo, da Lei 14.133/2021).

9.2. Na presente contratação, resta demonstrado que o parcelamento por item(ns) buscou permitir a participação de maior número de interessados, fomentando, assim, o princípio da ampla concorrência.

9.3. As razões técnicas e econômicas para a preservação do objeto parcelado por itens foram a necessidade de garantir maior competitividade ao certame, permitindo a participação de maior número de interessados, sem prejuízo à execução contratual, bem como a adequação do modelo de contratação às características técnicas do objeto, cujas unidades são completas e independentes entre si, não sendo tecnicamente recomendável o fracionamento interno de cada item.

Conclui-se, portanto, que o modelo definido para esta contratação é o mais adequado tanto técnica quanto economicamente, sem restringir ou prejudicar a competitividade do certame e, consequentemente, o mais adequado para promover a maior vantagem para o Estado.

10. Contratações correlatas e/ou interdependentes

Fundamentação: art. 18, § 1º, inciso XI, da Lei nº 14.133/2021; art. 8º, inciso IX, do Decreto Estadual nº 53.384/2022.

É premente registrar que a contratação em análise repousa na interdependência com as seguintes contratações:

- Contratação da manutenção da frota: o CBMPE possui contrato vigente para serviço continuado com gestora de manutenção da frota.
- Contratação de abastecimento para veículos: o CBMPE possui contrato vigente de serviço continuado para abastecimento da frota.

11. Resultados pretendidos

Conforme prescrito no art. 18, § 1º, inciso IX, da Lei nº 14.133/2021 e art. 8º, inciso X, do Decreto Estadual nº 53.384/2022 tem-se como pretendido, sob a perspectiva da:

Efetividade: As viaturas poderão proporcionar uma resposta operacional mais efetiva, posto que integram, em um único veículo, a condição de intervenção em múltiplos cenários de ocorrências, uma vez que possui diversos equipamentos operacionais embarcados. Concomitantemente, considerando sua distribuição territorial, guardarão maior condição de mobilização das equipes e meios para atuação de forma conjunta dentro das regiões operacionais e quicá em apoio às outras Corporações.

Economicidade: As condições operativas, em múltiplos terrenos, e sob o escopo de disponibilidade integral nas macrorregiões de responsabilidade operacional da Corporação, no âmbito do estado de Pernambuco, com veículos que podem fornecer suporte logístico, segurança e condições de vencer terrenos de difícil acesso, ratificam a posição de mitigar o tempo resposta para a atuação, em que há vidas e patrimônios envolvidos. A evidência de maior relevância da economicidade advém da possibilidade de dispensar a aquisição de outros veículos com características similares e individuais para esses níveis de suplementação. Isso posto, uma vez que a proposta identificada, entrega uma condição de atuação com a possibilidade de vários recursos, em um único momento, aportando nos cenários de ocorrências.

Melhor aproveitamento dos recursos humanos: Os veículos para ações de salvamento pesado irão potencializar a aplicação mais eficiente no emprego de bombeiros militares para ações específicas no âmbito de atuação da Corporação. Dessa feita, os veículos integrarão a tríade da resposta operacional do CBMPE – militares com treinamento específico, somado a equipamentos específicos, atuando em situações específicas – fornecendo, assim, um dos pilares de sustentação para a atuação de forma efetiva e segura; tanto para bombeiros quanto para as vítimas.

Benefícios para a Comunidade

Maior segurança para a população: A comunidade terá maior segurança diante de situações de colapso estrutural, mobilização de cargas pesadas, resgate veicular e salvamento de animais, pois as viaturas permitirão resgates ágeis e eficazes, salvando vidas e minimizando os danos decorrentes.

Redução do tempo de resposta em emergências: Com viaturas capazes de alcançar terrenos de difícil acesso, o tempo de resposta em casos de inundações será assegurado além de deter em um único recurso a capacidade de condução dos recursos operacionais específicos para diversos cenários, aumentando as chances de sucesso em salvar vidas e minimizar danos materiais.

Preservação de bens e propriedades: O controle e estabilização das ocorrências críticas mitigará a destruição de bens e patrimônios protegendo e prevenindo perdas irreparáveis.

Aumento da confiança na prestação de serviços públicos: A comunidade perceberá um aumento na qualidade dos serviços de emergência prestados pelo Corpo de Bombeiros, reforçando a confiança da população na capacidade de resposta do governo em momentos de crise.

Proteção a áreas densamente habitadas: Regiões urbanas com alta densidade populacional e edificações com alta probabilidade de colapso estrutural, bem como mitigação da condição de áreas com altas chances de inundação e deslizamentos de terras, estarão mais protegidas, gerando um ambiente mais seguro para os moradores e trabalhadores dessas áreas

Benefícios para o Corpo de Bombeiros

Melhoria na capacidade operacional: As novas viaturas ampliarão as capacidades operacionais do Corpo de Bombeiros, permitindo acesso a locais de difícil acesso onde as viaturas atuais não conseguem atuar.

Maior segurança para os bombeiros: O uso de viaturas modernas e com sistemas de segurança avançados reduzirá os riscos para os próprios bombeiros durante operações de resgate e salvamento, aumentando a segurança das equipes de emergência.

Agilidade nas operações de resgate e salvamento: O Corpo de Bombeiros terá a capacidade de realizar resgates e salvamentos de forma mais rápida e eficiente, o que é crucial em situações onde o tempo é um fator determinante para salvar vidas.

Treinamento e capacitação: A aquisição de viaturas modernas trará consigo novos programas de treinamento e capacitação para os bombeiros, aprimorando suas habilidades e conhecimentos técnicos em operações com equipamentos de última geração.

Redução do desgaste de equipamentos antigos: Com a chegada de novas viaturas, a dependência de equipamentos antigos e menos eficientes será reduzida, minimizando os riscos de falhas e aumentando a durabilidade do patrimônio público.

Melhor atendimento às demandas urbanas e rurais: O Corpo de Bombeiros poderá atender de maneira mais eficiente às demandas urbanas, especialmente em cidades com altas taxas de edificações com risco de colapso e áreas suscetíveis a inundações, onde a complexidade das operações exige equipamentos e equipes especializadas.

12. Providências a serem adotadas

Fundamentação: art. 18, § 1º, inciso X, da Lei nº 14.133/2021; art. 8º, inciso XI, do Decreto Estadual nº 53.384/2022.

Descrição do Objeto: Detalhar as especificações técnicas das viaturas a serem adquiridas, justificando a necessidade de cada tipo de equipamento;

Análise de Soluções Disponíveis no Mercado: Realizar um levantamento de fornecedores nacionais e internacionais que possam atender às especificações, além de comparar soluções em termos de eficiência e custo-benefício;

Definição de Critérios de Sustentabilidade: Inclui requisitos ambientais, como eficiência energética e descarte adequado de resíduos durante a vida útil dos equipamentos;

Elaboração do Termo de Referência;

Especificação Detalhada: Descrever de forma clara e detalhada todas as características técnicas, requisitos de desempenho, segurança, durabilidade, manutenção e treinamento, além dos prazos de entrega e garantias;

Estimativa de Custos: Incluir uma análise de mercado para estimar o valor da aquisição, com base em cotações obtidas junto aos principais fornecedores.

Garantir a inclusão do item no PCA

Indicar os profissionais habilitados para a contratada ministrar treinamento certificado Capacitação na prática de operação da tecnologia embarcada;

Manter condições para manutenção;

Manter Militares Capacitados para executar a função de Gestor e Fiscal do Contrato;

Designar equipe capacitada para análise das documentações do processo e para exame e recebimento do bem.

13. Possíveis impactos ambientais

Fundamentação: art. 18, § 1º, inciso XII, da Lei nº 14.133/2021; art. 8º, inciso XII, do Decreto Estadual nº 53.384/2022.

A contratação deverá cumprir as prescrições previstas conforme itens abaixo descritos:

I – que os bens sejam, preferencialmente, acondicionados em embalagens adequadas, com o menor volume possível, utilizando materiais recicláveis, de modo a garantir a proteção durante o transporte e o armazenamento;

II – que os componentes e sistemas do veículo não contenham substâncias perigosas em concentrações superiores às admitidas pela legislação ambiental aplicável, especialmente no que se refere a componentes eletrônicos, quando aplicável;

III – que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

IV – que sejam observadas, quando exigíveis, as normas ambientais e técnicas aplicáveis à fabricação e ao fornecimento de veículos automotores, conforme a legislação vigente.

V – que preveja a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Lei nº 16.075, de 1º de abril de 2009.

Destarte, o Corpo de Bombeiros Militar de Pernambuco ainda não dispõe de um Plano de Gestão de Logística Sustentável (PLS). Conquanto todas as ações repousam na precípua observância dos dispositivos legais e atendimento às normas vigentes.

14. Posicionamento conclusivo

Face aos elementos apresentados este Comitê de Salvamento Terrestre declara que a contratação da viatura conforme as especificidades apresentadas contemplam viabilidade em âmbitos de três esferas:

a. Técnica: O recurso cobrirá as ações de salvamento contemplando um espectro multirefere para operações envolvendo estabilização e mobilização de cargas em ocorrências de estruturas colapsadas, salvamento veicular, mobilização de animais de grande porte;

b. Operacional: O recurso promoverá a atuação em múltiplos cenários operacionais em todas as áreas do estado de Pernambuco carreando maior eficiência e mitigando as condições de

tempo resposta retornando para a tropa segurança e meios e para a sociedade uma Corporação mais preparada para os infortúnios de cada acionamento;

c. Orçamentária: os equipamentos embarcados e a versatilidade de sua configuração permitem asseverar que o retorno desse investimento ampliará as capacidades operacionais e técnicas e sob o escopo orçamentário há possibilidade de aplicação do referido investimento com aportes dos recursos estaduais ou modalidades de aquisição diversas.

Recife, 03 de junho de 2025

Servidores responsáveis pela elaboração

Nome	E-mail	Telefone	Matrícula	Setor/Gerência
JOÃO PAULO Ferreira da Costa	joao.paulo@bombeiros.pe.gov.br	(81) 9.8644-1983	707427-1	Centro de Comunicação Social (CCS)
Vítor RAPOSO Silvino Rêgo	vitorra-poso13@yahoo.com.br	(81) 9.9675-6256	718058-6	Grupamento de Bombeiros de Salvamento (GBS)
André Luís BRAGA de Morais Souza	andre.braga@bombeiros.pe.gov.br	(81) 9.9641-7996	718048-9	7º Grupamento de Bombeiros
IGHOR Medeiros de Santana	ighor.santana@bombeiros.pe.gov.br	(81) 9.9208-5650	722203-3	Academia de Bombeiros Militar dos Guararapes (ABMG)
LUIZ HENRIQUE Pereira dos Santos	luiz.ri-que0484@gmail.com	(81) 9.8620-8006	707292-9	Grupamento de Bombeiros de Atendimento Pré-Hospitalar (GBAPH)
MAXWELL Felipe Melo dos Santos	maxfelipe85@gmail.com	(81) 9.8716-2350	707051-9	Grupamento de Bombeiros de Salvamento (GBS)
RENATO Victor de Souza	renatocb-mpe2@gmail.com	(81) 9.8410-6308	710367-0	Grupamento de Bombeiros de Salvamento (GBS)

JOÃO PAULO Ferreira da Costa - Maj
QOC BM Presidente do Comitê de
Salvamento Terrestre

ANEXO D

QUADRO RESUMO

LICITAÇÃO POR ITEM

ITEM DE COTA PRINCIPAL

Item	Código E-Fisco	CATMAT	Descrição	Unid.	Quantidade	Valor unitário máximo	Valor Total
1	606930-4	623477	Auto Salvamento Pesado Especial - Caminhão tipo "off road" com PBT mínimo de 15.000 kg, equipado com guindaste articulado, guincho traseiro e dianteiro, torre de iluminação, gerador de energia, sistema completo de sinalização e todos os equipamentos especializados para operações de salvamento conforme especificações do ETP.	Unid.	03	R\$ 4.174.525,00	R\$ 12.523.575,00

VALOR TOTAL GLOBAL: R\$ 12.523.575,00

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 5268.2025.AC 30.PE.90945.SAD.BOMBEIROS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90945.2025

SEI Nº 3900000160.000044/2025-53

ANEXO II DECLARAÇÕES COMPLEMENTARES

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada _____, por intermédio do seu representante legal o(a) Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ SSP/_____ e CPF nº _____, sob as penas da lei e para os fins dispostos neste Edital:

DECLARA que cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;

DECLARA que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

DECLARA que não possui em seu quadro societário ou de pessoal agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante, nos termos do art. 9º, §1º da Lei 14.133/2021;

DECLARA que não incorre em qualquer uma das vedações impostas no art. 14 da Lei 14.133/2021 aplicáveis ao objeto da presente licitação.

DECLARA que atende às disposições da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

Recife, XX de XXXX de XXXX

REPRESENTANTE DA EMPRESA

CNPJ XXX

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 5268.2025.AC 30.PE.90945.SAD.BOMBEIROS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90945.2025
SEI Nº 3900000160.000044/2025-53

ANEXO III MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O ESTADO DE PERNAMBUCO, por intermédio do CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE PERNAMBUCO - CBMPE, doravante denominada GERENCIADOR, com sede em XXX, inscrita no CNPJ sob o nº XXX, neste ato representada pelo(a) XXX (nome e cargo), portador da matrícula funcional nº XXXXX, no uso da competência conferida pelo _____, nos termos do que dispõem a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e os Decretos Estaduais nº 54.142/2022 e nº 54.700/2023, face ao resultado obtido no Pregão Eletrônico nº 90945, homologado através do Ato XXXX, resolve formalizar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, com a(s) empresa(s) XXX, doravante denominada(s) DETENTORA(S) DA ATA, CNPJ nº XXX, com sede em XXX, neste ato, representada por XXX, consoante as seguintes cláusulas e condições:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata de Registro de Preços tem como objeto a aquisição eventual de Auto Salvamento Pesado Especial, conforme as especificações técnicas constantes do Termo de Referência (Anexo I do Edital) e da proposta da DETENTORA DA ATA, para atender às demandas dos órgãos participantes indicados no item 2 desta Ata de Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga os órgãos participantes a firmar contratações com a DETENTORA DA ATA ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhes facultada a realização de licitação específica para a contratação pretendida, assegurada à DETENTORA DA ATA a preferência em igualdades de condições.

2. DOS PARTICIPANTES E DAS QUANTIDADES REGISTRADAS

2.1. Figura como único PARTICIPANTE da presente Ata de Registro de Preços o Corpo de Bombeiros Militar de Pernambuco – CBMPE, com os quantitativos estimados abaixo definidos:

2.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos ou no valor máximo da despesa estabelecidos nesta Ata.

3. DO PREÇO

3.1. A DETENTORA DA ATA se compromete a fornecer o(s) item(ns) registrados, de acordo com os seguintes preços:

ITEM XXXX						
ITEM	CÓDIGO DO EFISCO	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
XX	XX	XXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXX	XXX	XXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX
XX	XX	XXXXXXXXXXXXXXXXX X	XXXXXXXXXXXXXXXXX	XXX	XXXXXXXXXXXX X	XXXXXXXXXX
XX	XX	XXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXX	XXX	XXXXXXXXXXXX X	XXXXXXXXXX
VALOR TOTAL DO ITEM/LOTE						XXXXXXXX

3.2. Os preços registrados abrangerão os custos diretos e indiretos decorrentes do fornecimento do objeto, incluindo tributos, encargos trabalhistas e comerciais, seguros, despesas de administração, lucro, custos com transporte, frete e demais despesas correlatas.

4. DO PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA E DA PRORROGAÇÃO

4.1. O prazo de vigência da Ata será de 1 (um) ano, contado da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, facultada a renovação dos quantitativos previstos, inclusive para fins de adesão por não participantes, desde que seja comprovada a vantajosidade dos preços registrados.

4.2. A prorrogação fica condicionada à comprovação da vantajosidade dos preços registrados, mediante pesquisa de preço a ser realizada com a utilização dos parâmetros estabelecidos no art. 5º da Portaria SAD nº 2.679, de 29.09.2021.

5. DO REAJUSTE

5.1. O preço registrado nesta Ata apenas poderá ser reajustado após decorrido 1 (um) ano da data de elaboração do orçamento estimado da licitação, ocorrida em 08/01/2026, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, fornecido pelo IBGE, nos termos da Lei Estadual nº 17.555, de 22 de dezembro de 2021, e do Decreto nº 52.153, de 17 de janeiro de 2022.

5.2. A DETENTORA DA ATA deverá apresentar o pedido formal de reajuste ao GERENCIADOR durante a vigência da Ata e antes da data de eventual formalização da prorrogação do seu prazo de vigência, sob pena de preclusão do direito ao reajustamento.

5.3. O pedido de reajuste deverá ser analisado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias e será formalizado mediante termo aditivo.

5.4. Aplicado o reajuste na Ata, os contratos formalizados posteriormente à sua concessão já serão firmados com o preço reajustado.

6. DA REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente decorrente de força maior, caso fortuito, fato do príncipe ou fatos imprevisíveis ou previsíveis de efeitos incalculáveis, e for inviável a manutenção da Ata nas condições originalmente pactuadas, o GERENCIADOR convocará a DETENTORA DA ATA para negociar a redução do preço registrado.

6.1.1. A recusa da DETENTORA DA ATA em reduzir seus preços na forma prevista no item 6.1. implicará o cancelamento parcial ou integral do registro de preços e a liberação da DETENTORA DA ATA, sem aplicação de penalidades administrativas.

6.2. Quando o preço registrado se tornar superior em virtude da criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais, com comprovada repercussão sobre a Ata, o GERENCIADOR convocará a DETENTORA para proceder à redução dos preços de acordo com os novos encargos.

6.2.1. A recusa da DETENTORA DA ATA em reduzir seus preços na forma prevista no item 6.2 implicará o cancelamento parcial ou integral do registro de preços, com aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e nesta Ata.

6.3. Quando o preço de mercado se tornar superior ao preço registrado, é facultado à DETENTORA DA ATA requerer a revisão dos valores, desde que atendidos os seguintes requisitos:

a) Comprovação do motivo superveniente decorrente de força maior, caso fortuito, fato do príncipe, fato da Administração ou fato imprevisível ou previsível de efeitos incalculáveis;

b) Demonstração, por meio da apresentação de planilha de custos ou memória de cálculo, quando couber, acompanhada de documentação comprobatória correlata, de que os preços registrados estão desatualizados e se tornaram inviáveis.

6.3.1. O GERENCIADOR decidirá sobre o pedido de revisão no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de conclusão da instrução do requerimento.

6.3.2. Durante o período de análise do pedido, o GERENCIADOR, mediante solicitação da DETENTORA DA ATA, poderá suspender as novas autorizações de consumo/adesão à Ata de Registro de Preços.

6.3.3. Indeferido o pedido de revisão, por ausência de prova efetiva dos requisitos previstos no item 6.3, a DETENTORA DA ATA fica obrigada a manter os compromissos assumidos pelos preços originalmente registrados, sob pena de cancelamento do registro de preços e aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e nesta Ata.

6.3.4. Comprovada a desatualização dos preços registrados, a Ata poderá ser revisada e, caso a DETENTORA DA ATA não aceite os novos preços indicados, o Registro de Preços será, parcial ou integralmente, cancelado e a DETENTORA DA ATA liberada do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.

6.4. O registro de preços também poderá ser revisado se a DETENTORA DA ATA formular proposta superveniente para redução dos preços registrados.

6.5. Qualquer revisão nos preços registrados deve ser formalizada mediante termo aditivo e requer a apresentação de nova proposta de preço e/ou nova planilha de custos e formação de preço, conforme o caso, seguindo o modelo constante do edital.

6.6. A revisão dos preços registrados em Ata será aplicada automaticamente aos contratos formalizados posteriormente à sua implantação.

7. DAS CONTRATAÇÕES DECORRENTES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

7.1. A DETENTORA DA ATA está obrigada a celebrar as contratações que dela poderão advir, observadas as condições estabelecidas no Edital, em seus anexos e nesta Ata.

7.2. As contratações decorrentes desta Ata de Registro de Preços serão formalizadas mediante a assinatura de termo de contrato, conforme modelo constante do Anexo IV do Edital, respeitado o prazo de vigência da Ata.

7.3. A DETENTORA DA ATA será convocada para assinatura do termo de contrato no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da convocação, sob pena de decair o direito à contratação.

7.4. O prazo para assinatura do termo de contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação da DETENTORA DA ATA antes do decurso do prazo assinalado e desde que ocorra motivo justo, aceito pela Administração.

7.5. O não comparecimento ou a recusa injustificada da DETENTORA DA ATA em assinar o contrato ou retirar a ordem de fornecimento no prazo assinalado enseja o cancelamento do registro de preços e a aplicação das penalidades previstas nesta Ata.

7.5.1. A instauração do processo de apuração e de aplicação de penalidades compete ao órgão ou entidade interessada na contratação.

7.6. Por ocasião da convocação para assinatura do contrato ou para retirada da ordem de fornecimento, o órgão ou entidade interessada na contratação deverá consultar a regularidade da DETENTORA DA ATA perante o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep) e verificar a validade dos documentos de habitação fiscal, social e trabalhista apresentados na licitação, por meio de consulta aos sítios eletrônicos oficiais, certificando nos autos a regularidade e anexando os documentos obtidos.

7.6.1. Se não for possível atualizar os documentos por meio eletrônico, a DETENTORA DA ATA será notificada para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade, mediante a apresentação das respectivas certidões vigentes, sob pena de decair do direito à contratação e haver o cancelamento do registro de preços.

7.7. Nas hipóteses do item 7.5 e 7.6, o GERENCIADOR poderá convocar os integrantes do cadastro de reserva, se houver, ou os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura de nova Ata, observado o disposto no art. 90, §§ 2º e 4º da Lei 14.133, de 2021.

8. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR DA ATA

8.1. O ÓRGÃO GERENCIADOR deverá:

8.1.1. Assinar, gerenciar e fiscalizar a Ata de Registro de Preços;

8.1.2. Divulgar a Ata e suas eventuais alterações, durante toda a sua vigência, no Sistema PE Integrado e no Portal Nacional de Contratações Públicas;

8.1.3. Autorizar e gerenciar pedidos de consumo dos órgãos participantes;

8.1.4. Observar os quantitativos e limites estabelecidos para os órgãos participantes;

8.1.5. Remanejar os quantitativos da Ata, quando cabível;

8.1.6. Analisar pedidos de reajuste e revisão dos preços registrados, conduzindo as renegociações necessárias;

8.1.7. Instaurar processo de apuração e aplicação de penalidade, garantida a ampla defesa e o contraditório, em caso de cometimento de ilícitos decorrentes da Ata de Registro de Preços;

8.1.8. Formalizar a prorrogação do prazo de vigência da Ata, quando cabível;

8.1.9. Convocar os integrantes do Cadastro de Reserva, se houver, em caso de cancelamento parcial ou integral do registro de preços;

9. DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DA ATA

9.1. A DETENTORA DA ATA obriga-se a:

9.1.1. Manter o preço registrado e demais condições previstas durante todo o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços;

9.1.2. Manter, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços e de eventuais contratações decorrentes, as condições de habilitação exigidas para participação na licitação, inclusive sua inscrição no CADFOR-PE;

9.1.3. Assinar os contratos ou retirar as ordens de fornecimento decorrentes desta Ata da Registro de Preços no prazo assinalado.

9.1.4. Prestar as informações solicitadas pelo GERENCIADOR, durante o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após o recebimento da solicitação.

9.1.5. Designar preposto para representá-la perante o GERENCIADOR, sempre que for necessário.

10. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES

10.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado dos procedimentos iniciais da licitação para o registro de preços, doravante denominado NÃO PARTICIPANTE, mediante anuência do GERENCIADOR, atendidas as condições previstas no art. 86, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

10.2. Cada órgão ou entidade NÃO PARTICIPANTE poderá aderir a até 50% (cinquenta por cento) do quantitativo dos itens registrados na Ata de Registro de Preços.

10.3. A soma de todas as adesões por NÃO PARTICIPANTES não poderá exceder ao dobro do quantitativo de cada item registrado, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

10.4. A adesão do NÃO PARTICIPANTE requer anuência do GERENCIADOR e da DETENTORA DA ATA e será autorizada desde que não haja prejuízo para as obrigações decorrentes desta Ata.

10.5. A adesão deverá seguir as condições previstas no Edital e seus anexos, sendo efetivada na forma prevista no item 7.2, em até 90 (noventa) dias a contar da autorização do GERENCIADOR, admitida a prorrogação excepcional e justificada, desde que observado o prazo de vigência desta Ata.

10.6. Os PARTICIPANTES poderão utilizar o quantitativo passível de adesão previsto nos itens 11.2 e 11.3, após exaurido o quantitativo total registrado, desde que haja concordância da DETENTORA DA ATA.

11. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

11.1. O registro de preços da DETENTORA DA ATA será cancelado quando esta:

11.1.1. Descumprir as condições nela previstas;

11.1.2. Não mantiver as condições de habilitação exigidas na licitação;

11.1.3. Recusar-se injustificadamente a assinar os contratos decorrentes desta Ata;

11.1.4. Recusar-se a reduzir o preço registrado, na hipótese de este tornar-se superior àqueles praticados no mercado;

11.1.5. Tiver sua falência decretada ou for dissolvida;

11.1.6. Sofrer penalidade administrativa que impeça sua contratação no âmbito da Administração Direta e Indireta do Estado de Pernambuco, salvo se a sanção não ultrapassar o prazo de vigência desta Ata e não for o GERENCIADOR o responsável por sua aplicação, hipótese em que o registro de preços poderá ser mantido pelo prazo remanescente, após cumprida a penalidade, mediante decisão fundamentada do GERENCIADOR.

11.7. A Ata de Registro de Preços será cancelada também por razões de interesse público ou em decorrência de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento das obrigações definidas nesta Ata de Registro de Preços, devidamente comprovados e justificados.

11.8. A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS poderá ser cancelada em caso de extinção antecipada do contrato dela decorrente firmado pelo GERENCIADOR.

11.9. Será assegurado o contraditório e a ampla defesa antes do cancelamento do registro de preços, ressalvada a hipótese de que trata o item 11.1.6.

12. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Comete infração administrativa a DETENTORA DA ATA que:

12.1.1. não retirar a ordem de fornecimento ou não assinar o contrato decorrentes desta Ata dentro do prazo estipulado;

12.1.2. recusar-se a reduzir os preços registrados diante da superveniente criação, alteração ou extinção de tributos ou encargos legais com comprovada repercussão sobre a Ata;

12.1.3. recusar-se a manter os preços registrados após indeferimento do seu pedido de revisão.

12.2. A penalidade de multa será aplicada de acordo com as seguintes regras:

12.2.1. Multa de 1% (um por cento) a 10% (dez por cento) sobre o valor total da Ata, observado o valor mínimo de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) e o máximo de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), a ser aplicada a quem cometer a infração prevista no item 12.1.1 desta Ata;

12.2.2. Multa de 0,5% (cinco décimos por cento) a 5% (cinco por cento) sobre o valor total da Ata, observado o valor mínimo de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) e máximo de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), a ser aplicada em caso do cometimento das infrações previstas nos itens 12.1.2 e 12.1.3. desta Ata.

12.3. Além da multa aplicada, é aplicável a penalidade de Impedimento de licitar e contratar com o Estado de Pernambuco, nos seguintes casos e condições:

12.3.1. na infração prevista no item 12.1.1: de 6 a 12 meses;

12.3.2. nas infrações previstas nos itens 12.1.2. e 12.1.3: até 6 meses.

12.4. Na fixação da dosimetria das sanções previstas nesta Ata, serão observados os mesmos critérios e diretrizes fixados no edital da licitação.

12.5. A aplicação das sanções deverá ser precedida de processo administrativo, garantidos os princípios da ampla defesa e contraditório, a ser instaurado no âmbito do órgão PARTICIPANTE, no caso de cometimento da infração prevista no item 12.1.1, e do GERENCIADOR, quando se tratar das infrações previstas nos itens 12.1.2 e 12.1.3.

13. DA PUBLICAÇÃO

13.1. Esta Ata de Registro de Preço será publicada no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), bem como no Sistema PE-Integrado como condição de sua eficácia, devendo a sua divulgação ser mantida durante toda a vigência.

14. DO FORO

14.1. Fica eleito o Foro da Comarca do Recife para os litígios decorrentes deste instrumento que não puderem ser compostos pela Câmara de Negociação, Conciliação e Mediação da Administração Pública Estadual instituída pela Lei Complementar do Estado nº 417, de 2019.

Recife, XX de XXXXXXXXX de XXXX.

ÓRGÃO GERENCIADOR

DETENTORA DA ATA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 5268.2025.AC 30.PE.90945.SAD.BOMBEIROS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90945.2025

SEI Nº 3900000160.000044/2025-53

ANEXO IV
MINUTA DO CONTRATO
FORNECIMENTO DE BENS COMUNS

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DE PERNAMBUCO, ATRAVÉS DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE PERNAMBUCO – CBMPE, EM DECORRÊNCIA DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90945, PROCESSO Nº 5268.2025.AC 30.PE.90945.SAD.BOMBEIROS.

O ESTADO DE PERNAMBUCO, através do CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE PERNAMBUCO CBMPE, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, com sede na _____, nesta cidade, doravante designada CONTRATANTE, neste ato representada pelo(a) _____(nome e cargo), portador da matrícula funcional nº _____, no uso da competência conferida pelo _____, e a empresa _____, inscrita no CNPJ(MF) sob o nº _____, sediada em _____, representada neste ato por _____(nome e função que exerce na contratada), conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, doravante designada CONTRATADA, têm entre si justo e acordado, e celebram o presente CONTRATO, mediante as seguintes cláusulas e condições, que mutuamente outorgam e estabelecem, sujeitando-se às disposições previstas na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, nos Decretos Estaduais nº 53.384/2022, nº 54.142/2022 e nº 54.700/2023, e demais normas aplicáveis.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto do presente CONTRATO o fornecimento de Auto Salvamento Pesado Especial, conforme especificações técnicas constantes do Termo de Referência (Anexo I do Edital), da proposta da CONTRATADA e dos demais documentos constantes do processo licitatório.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA DOCUMENTAÇÃO

São partes integrantes deste CONTRATO e vinculam a contratação, para todos os fins de direito, independentemente de transcrição, o processo relativo ao PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90945, PROCESSO Nº 5268.2025.AC 30.PE.90945.SAD.BOMBEIROS e todos os seus anexos, em especial a ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XXX, assim como a proposta apresentada pela CONTRATADA.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O prazo de vigência do CONTRATO é de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, na forma do art. 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período estipulado, ressalvada, no caso de culpa da CONTRATADA, a opção pela extinção do CONTRATO.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A prorrogação decorrente de atraso por culpa da CONTRATADA se dará sem prejuízo das providências previstas no art. 111, parágrafo único, da Lei 14.133, de 2021.

PARÁGRAFO QUARTO: A prorrogação automática de que trata esta cláusula não dispensa o apostilamento do novo cronograma de entregas do CONTRATO, com as devidas informações orçamentárias, se necessário, onde também devem constar as razões do atraso no fornecimento.

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O valor total da contratação é de R\$ XXXXX (indicar valor por extenso), conforme detalhamento abaixo descrito):

ITEM XXXX						
ITEM	CÓDIGO DO EFISCO	ESCRITÇÃO DO ITEM	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
XX	XX	XXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXX	XXX	XXXXXXXXXX	XXXXXXXX

XX	XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXX	XXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX
XX	XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXX	XXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX
VALOR TOTAL DO ITEM						XXXXXXXXXX

PARÁGRAFO SEGUNDO: O valor do CONTRATO compreende os custos diretos e indiretos decorrentes do fornecimento do objeto, incluindo tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, seguros, despesas de administração, lucro, custos com transporte, frete e demais despesas necessárias ao cumprimento integral da contratação.

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

PARÁGRAFO PRIMEIRO: As despesas decorrentes deste CONTRATO encontram-se programadas em dotação orçamentária própria do orçamento do Estado de Pernambuco para o presente exercício de 2026, na classificação abaixo:

Unidade Gestora:

Fonte:

Programa de Trabalho:

Elemento de Despesa: 44905252

Nota de Empenho:

PARÁGRAFO SEGUNDO: No(s) exercício(s) seguinte(s), as despesas correrão à conta dos recursos próprios para atender as despesas de mesma natureza, cujo empenho será objeto de termo de apostilamento no início de cada exercício financeiro.

CLÁUSULA SEXTA - DO REAJUSTE E DA REVISÃO

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Os preços contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano, contado da data de elaboração do orçamento estimado, ocorrida em 08/01/2026.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O preço do CONTRATO será reajustado em periodicidade anual contada a partir da data de elaboração do orçamento estimado, utilizando-se, para tanto, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo -

IPCA, fornecido pelo IBGE, que incidirá exclusivamente em relação às obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, nos termos da Lei Estadual nº 17.555/2021 e do Decreto nº 52.153, de 17 de janeiro de 2022.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A CONTRATADA deverá pleitear formalmente o reajuste de preços durante a vigência do CONTRATO, sob pena de, não o fazendo tempestivamente, ocorrer a preclusão do seu direito ao reajustamento.

PARÁGRAFO QUARTO: O pedido de reajustamento deverá ser analisado e respondido pela Administração no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da instrução completa do requerimento pela CONTRATADA.

PARÁGRAFO QUINTO: Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido analisado o pedido de reajuste tempestivamente formulado, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro ao reajustamento, sob pena de preclusão.

PARÁGRAFO SEXTO: O reajustamento será formalizado mediante apostilamento, exceto se a sua concessão coincidir com a prorrogação contratual, quando poderá ser formalizado por termo aditivo.

PARÁGRAFO SÉTIMO: O direito ao reajustamento poderá ser objeto de renúncia expressa, parcial ou integral, bem como de negociação entre as partes, com vistas a garantir a vantajosidade da manutenção do ajuste para o interesse público, nos termos do art. 6º da Lei Estadual nº 17.555, de 2021.

PARÁGRAFO OITAVO: Nos reajustes subsequentes ao primeiro, a anualidade será contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo ao último reajuste concedido ou objeto de renúncia.

PARÁGRAFO NONO: Será assegurado o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicial do CONTRATO nas hipóteses de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do CONTRATO tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no CONTRATO.

PARÁGRAFO DÉCIMO: O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do CONTRATO e antes de eventual prorrogação, sob pena de preclusão.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO: Os pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO deverão ser analisados e respondidos pela Administração no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados a partir da instrução completa do requerimento pela CONTRATADA.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO: A extinção do CONTRATO não configura óbice para o reconhecimento do direito ao reajuste ou ao restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, desde que requerido tempestivamente, hipóteses em que serão concedidos a título de indenização por meio de Termo de Quitação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS PRAZOS, LOCAIS E CONDIÇÕES DE ENTREGA

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Os bens deverão ser entregues nos locais e horários estabelecidos no item 3.3.2 do Termo de Referência, observando-se as condições de entrega indicadas no item 3.3.4, também do Termo de Referência.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A entrega dos bens será realizada de forma integral, em remessa única, no prazo de até 300 (trezentos) dias, contados da notificação da Ordem de Fornecimento.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A CONTRATANTE poderá autorizar a alteração dos prazos de entrega mediante prévia e justificada solicitação da CONTRATADA, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, devendo o cronograma atualizado ser devidamente apostilado.

PARÁGRAFO QUARTO: Até o final do prazo de entrega, deverá ser solicitado o quantitativo integralmente contratado, ressalvada a possibilidade de aditivo de supressão, na forma prevista neste CONTRATO.

PARÁGRAFO QUINTO: Em caso de culpa da CONTRATADA, será ela constituída em mora e aplicadas as penalidades cabíveis, sem prejuízo da continuidade do CONTRATO, nos termos do art. 111, parágrafo único, II, da Lei nº 14.133/2021.

PARÁGRAFO SEXTO: Em situações de caso fortuito ou força maior, impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do CONTRATO, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

PARÁGRAFO PRIMEIRO. É dever da CONTRATANTE exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, em especial:

- I. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- II. Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto contratado, através de servidor designado para este fim;
- III. Informar à CONTRATADA as normas e procedimentos de acesso às suas instalações para entrega dos bens;
- IV. Verificar a conformidade dos bens entregues com as especificações e quantidades exigidas, inclusive quanto à marca indicada na proposta;
- V. Promover o recebimento provisório e definitivo do objeto, cumpridas as condições estabelecidas na CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA deste CONTRATO;
- VI. Comunicar por escrito à CONTRATADA qualquer vício, defeito ou irregularidade no objeto fornecido, solicitando a substituição, o reparo ou complementação do bem entregue, às suas expensas, no prazo fixado para o cumprimento da determinação;
- VII. Recusar o recebimento do bem que não atenda aos requisitos elencados nas especificações indicadas se, após o prazo fixado para substituição, reparo ou complementação, não for sanada a irregularidade verificada, comunicando à CONTRATADA o fato por escrito;

- VIII. Analisar e atestar as Faturas e Notas Fiscais emitidas e efetuar os respectivos pagamentos nas condições e nos prazos estabelecidos;
- IX. Liberar o pagamento da parcela incontroversa da execução do objeto contratado, quando houver controvérsia sobre a dimensão, qualidade e quantidade do objeto executado;
- X. Comunicar à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas;
- XI. Prestar as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA relacionados à execução contratual;
- XII. Aplicar as penalidades previstas na lei e neste CONTRATO;
- XIII. Notificar, nos termos do §4º do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021, os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.;
- XIV. Proferir, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data do protocolo do requerimento, admitida a prorrogação motivada por igual período, decisão explícita sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente CONTRATO, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;
- XV. Responder a pedidos de reajustamento no prazo máximo de 60 (sessenta) dias e aos pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados a partir da instrução completa dos respectivos requerimentos;
- XVI. Cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenha acesso em razão do certame ou do contrato administrativo, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

PARÁGRAFO PRIMEIRO. A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes do Edital, de seus anexos e da proposta apresentada na licitação e, ainda:

- I. Fornecer o bem contratado, nas quantidades e especificações exigidas, salvo se obtiver por escrito prévia anuência da CONTRATANTE para alteração nas condições do fornecimento;
- II. Fornecer o bem acondicionado de forma adequada, de modo a garantir seu perfeito estado de conservação e funcionamento;
- III. Cumprir o prazo de entrega estabelecido no contrato;

- IV. Substituir, corrigir, reparar ou complementar, às suas expensas, no todo ou em parte, conforme o caso, no prazo de até 30 (trinta) dias úteis contado da respectiva notificação, ou no prazo assinalado pelo fiscal do CONTRATO, os bens que apresentarem vícios, defeitos ou qualquer irregularidade;
- V. Programar, com a necessária antecedência, data e hora para entrega do objeto contratado, inclusive quando esta ocorrer através de empresa transportadora, comunicando à CONTRATANTE, até 02 (dois) dias antes, qualquer impedimento à entrega, devidamente comprovado;
- VI. Entregar o manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada, conforme o caso;
- VII. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pela CONTRATANTE, que ficará autorizada a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no Edital, o valor correspondente aos danos sofridos;
- VIII. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do CONTRATO, ressalvadas as hipóteses de subcontratação autorizada no Termo de Referência e neste CONTRATO;
- IX. Comunicar à CONTRATANTE, em tempo hábil e por escrito, a superveniência de fatos que venham a prejudicar o adequado fornecimento dos bens, de modo a se viabilizar a correção da situação apresentada;
- X. Designar preposto para representá-la perante a CONTRATANTE sempre que for necessário, indicando o respectivo telefone e e-mail para futuros contatos;
- XI. Prestar os necessários esclarecimentos sobre a execução do objeto contratual solicitados pela CONTRATANTE, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após o recebimento da solicitação;
- XII. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do objeto, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do CONTRATO, sendo que eventual pessoal alocado ao CONTRATO não terá qualquer vínculo empregatício com a CONTRATANTE;
- XIII. Emitir documento fiscal com a discriminação expressa do percentual de isenção do ICMS, quando se tratar de operação abrangida pelo art. 63 do Anexo 7 do Decreto Estadual nº 44.650/17 (Convênio ICMS 73/04);
- XIV. Manter, durante o prazo de vigência do CONTRATO, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, inclusive sua inscrição no CADFOR-PE;
- XV. Comprovar, quando for o caso, no início da execução contratual e sempre que solicitado pelo fiscal, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, durante toda a vigência do CONTRATO, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

- XVI. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do CONTRATO e cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenha acesso em razão do certame ou do contrato administrativo, independentemente de declaração ou de aceitação expressa;
- XVII. Comunicar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, qualquer alteração no Contrato Social ou no endereço comercial;
- XVIII. Apresentar, suplementar ou estender a garantia de execução contratual, se exigível, no prazo assinalado no CONTRATO.
- XIX - Os veículos deverão ser entregues licenciados e emplacados perante o DETRAN/PE, em nome da Contratante, cabendo à Contratada todas as providências necessárias para tanto.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA FISCALIZAÇÃO E DA GESTÃO DO CONTRATO

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A execução do presente CONTRATO deverá ser fiscalizada pela CONTRATANTE, não excluindo nem reduzindo, por tal fato, a integral responsabilidade da CONTRATADA, mesmo perante terceiros, por quaisquer irregularidades constatadas na execução do objeto contratado.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A CONTRATANTE designa servidor da Divisão de Gestão de Contratos - Diretoria de Logística, como responsável pela fiscalização do CONTRATO, que, dentre outras, terá as seguintes atribuições:

- a) Fiscalizar a regularidade e adequação do fornecimento;
- b) Disponibilizar toda a infraestrutura necessária à entrega do objeto, conforme o caso, nas condições e prazos estabelecidos;
- c) Verificar a conformidade dos bens fornecidos com as especificações contidas no Edital e seus anexos, recusando o fornecimento de objeto diverso, salvo quando de qualidade superior e devidamente aceito pela CONTRATANTE;
- d) Receber o objeto contratual e atestar as respectivas faturas e notas fiscais, encaminhando-as ao gestor do CONTRATO para pagamento;
- e) Registrar no histórico de execução do CONTRATO todas as ocorrências que possam interferir no adequado andamento da contratação, notificando a CONTRATADA para determinar as medidas e os prazos necessários à regularização das faltas ou dos defeitos observados;
- f) Comunicar por escrito ao gestor do CONTRATO a necessidade de alterações do quantitativo do objeto ou a modificação da forma de sua execução, em razão de fato superveniente, bem como eventuais irregularidades cometidas pela CONTRATADA que exijam decisão ou providências que ultrapassem a sua competência;

g) Comunicar imediatamente ao gestor do CONTRATO as ocorrências que possam inviabilizar a execução do CONTRATO nas datas pactuadas, com vistas à atualização do cronograma;

h) Verificar a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, acompanhar o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

i) Comunicar por escrito ao gestor do CONTRATO as faltas cometidas pela CONTRATADA que sejam passíveis de aplicação de penalidade.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A CONTRATANTE designa servidor da Divisão Resposta a Desastres /Diretoria Integrada Metropolitana, responsável pela gestão do CONTRATO, que, dentre outras, terá as seguintes atribuições:

a) coordenar e atualizar o processo de acompanhamento e fiscalização do CONTRATO, elaborando relatórios, quando for o caso, e promovendo os registros formais no histórico de gerenciamento do CONTRATO de todas as ocorrências relacionadas a alterações e prorrogações contratuais;

b) Acompanhar e observar o cumprimento das cláusulas contratuais, bem como os registros realizados pelo fiscal do CONTRATO acerca de todas as ocorrências relacionadas à execução do CONTRATO e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência;

c) Solicitar abertura de processo administrativo visando à aplicação de penalidade cabível, garantindo a defesa prévia à CONTRATADA;

d) Propor aplicação de sanções administrativas pelo descumprimento das cláusulas contratuais apontadas pelos fiscais do CONTRATO;

e) Providenciar o pagamento das notas fiscais/faturas emitidas pela CONTRATADA, mediante a observância das exigências contratuais e legais;

f) Manter controle atualizado dos pagamentos efetuados, observando que o valor do CONTRATO não seja ultrapassado.

PARÁGRAFO QUARTO: A ciência da designação deverá ser assinada pelos servidores indicados para atuar como fiscal e gestor do CONTRATO, conforme termo de ciência anexo.

PARÁGRAFO QUINTO: A substituição do fiscal e do gestor designados, por razões de conveniência ou interesse público, será realizada mediante simples apostilamento ao presente CONTRATO, devendo o substituto assinar novo termo de ciência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO RECEBIMENTO DO OBJETO

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O objeto do CONTRATO deverá ser recebido pelo fiscal do CONTRATO, à vista da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, nos seguintes termos:

I - Provisoriamente, de forma sumária, mediante recibo, para efeito de posterior verificação da conformidade dos bens recebidos com as especificações exigidas;

II - Definitivamente, após a verificação da compatibilidade dos bens com as especificações técnicas e exigências de qualidade e quantidade fixadas no Edital e seus anexos, com a consequente aceitação mediante termo circunstanciado, no prazo de 30 (trinta) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou do instrumento de cobrança equivalente.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

PARÁGRAFO TERCEIRO: O prazo para a solução, pela CONTRATADA, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

PARÁGRAFO QUARTO: No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se a CONTRATADA para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

PARÁGRAFO QUINTO: O recibo e o termo circunstanciado deverão conter a identificação funcional do servidor responsável e respectiva assinatura.

PARÁGRAFO SEXTO: Fica assegurado à CONTRATANTE o direito de devolver ou recusar, no todo ou em parte, os bens entregues em desacordo com as especificações exigidas, ficando a CONTRATADA obrigada a substituir, complementar, e/ou reparar os itens irregulares, no prazo de até 30 (trinta) dias úteis, a contar da sua notificação formal, sem ônus para a CONTRATANTE.

PARÁGRAFO SÉTIMO: Será considerada recusa formal se a CONTRATADA não substituir ou reparar o bem após o prazo fixado no PARÁGRAFO TERCEIRO da presente Cláusula Contratual, configurando inexecução do CONTRATO, passível de aplicação da penalidade prevista no Edital.

PARÁGRAFO OITAVO: A não complementação do quantitativo dos bens entregues após o prazo fixado no PARÁGRAFO TERCEIRO da presente Cláusula Contratual configura inexecução parcial do CONTRATO, passível de aplicação da penalidade prevista no Edital.

PARÁGRAFO NONO: O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do CONTRATO, nem a responsabilidade pelos prejuízos resultantes da incorreta execução.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO PAGAMENTO

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O pagamento será feito diretamente pela CONTRATANTE, no prazo de até 30 (trinta) dias, por meio de ordem bancária para crédito em conta corrente da CONTRATADA, à vista de termo de recebimento definitivo dos bens acompanhado dos documentos de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista e da apresentação da fatura e da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, devidamente atestados pelo fiscal do CONTRATO.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A CONTRATADA deverá emitir as notas fiscais em observância às regras de retenção de imposto de renda estabelecidas na Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012, e alterações posteriores, de acordo com as alíquotas constantes do Anexo I da referida norma, ou em observância à norma que venha a substituí-la, sob pena de devolução do documento para as correções cabíveis ou de retenção no valor total do documento fiscal, caso não realizadas as correções, nos termos do art. 4º do Decreto nº 55.069, de 25 de julho de 2023.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Quando não for possível verificar diretamente no CADFOR-PE, a regularidade fiscal e trabalhista da CONTRATADA será comprovada mediante a apresentação das seguintes certidões:

- a) Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);
- b) Certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual ou Distrital do domicílio ou sede da CONTRATADA;
- c) Certidão de Regularidade do FGTS (CRF); e
- d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

PARÁGRAFO QUARTO: Caso não seja(m) apresentado(s) quaisquer dos documentos de regularidade ou os documentos encaminhados contenham pendências, a CONTRATADA terá 10 (dez) dias para sanar a ausência identificada, prazo em que o pagamento correspondente ao mês em referência ficará suspenso.

PARÁGRAFO QUINTO: Caso não seja sanada a pendência no prazo estipulado, estará configurada a não manutenção das condições de habilitação pela CONTRATADA, devendo a CONTRATANTE instaurar processo administrativo para extinção do CONTRATO e comunicar aos órgãos de fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, sem prejuízo da retomada dos pagamentos pelos fornecimentos efetivamente executados.

PARÁGRAFO SEXTO: Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras.

PARÁGRAFO SÉTIMO: No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

PARÁGRAFO OITAVO: Quando do pagamento, deverá ser efetuada a retenção do imposto sobre a renda, nos termos previstos na Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012, e alterações posteriores, ou em norma que venha a substituí-la, além de outras retenções previstas na legislação tributária aplicável.

PARÁGRAFO NONO: A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

PARÁGRAFO DÉCIMO: Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, verificados por culpa única e exclusiva da CONTRATANTE, a taxa de atualização financeira sobre os valores devidos à CONTRATADA será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

SIGLA	SIGNIFICADO/ DESCRIÇÃO
EM	Encargos Moratórios
N	Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento.
VP	Valor da parcela a se paga.
TX	IPCA
I	Índice de atualização financeira, assim apurado: $I = \frac{\left(\frac{TX}{100}\right)}{365}$

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO: A atualização financeira será incluída na Nota Fiscal/Fatura do mês seguinte ao da ocorrência.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A CONTRATADA deverá prestar garantia de execução contratual, no percentual de 5% (cinco por cento) do valor total ou anual do CONTRATO, nos termos dos artigos 96 a 98 da Lei nº 14.133, de 2021.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Caso a CONTRATADA opte pela modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ser apresentada antes da assinatura do CONTRATO, ficando assegurado o prazo mínimo de 1 (um) mês entre a homologação da licitação e a assinatura deste instrumento.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Caso a CONTRATADA opte por uma das demais modalidades de garantia previstas no art. 96, § 1º, da Lei nº 14.133, a garantia será prestada no prazo de até 10 (dez) dias úteis, após a assinatura do presente CONTRATO, prorrogáveis por igual período, mediante justificativa aceita pela CONTRATANTE.

PARÁGRAFO QUARTO: A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação das sanções administrativas previstas neste instrumento e poderá ensejar a extinção do CONTRATO.

PARÁGRAFO QUINTO: A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

- a) prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do CONTRATO e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas; e
- b) multas moratórias e compensatórias aplicadas pela Administração à CONTRATADA.

PARÁGRAFO SEXTO: A garantia deverá ter validade durante toda a execução do CONTRATO e após 90 (noventa) dias do término do prazo de vigência contratual.

PARÁGRAFO SÉTIMO: Nos casos de prorrogação do prazo de vigência do CONTRATO ou de alteração do seu valor, por acréscimos, reajuste ou revisão de preços, a garantia deverá ser renovada ou complementada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

PARÁGRAFO OITAVO: Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação ou de multas e indenizações, a CONTRATADA obriga-se a fazer a respectiva reposição/complementação no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada pela CONTRATANTE, sendo possível a prorrogação por igual período mediante justificativa aceita pela CONTRATANTE.

PARÁGRAFO NONO: Na hipótese de suspensão do CONTRATO por ordem ou inadimplemento da Administração, a CONTRATADA ficará desobrigada de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

PARÁGRAFO DÉCIMO: Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia:

- a) A apólice permanecerá em vigor mesmo que a CONTRATADA não pague o prêmio nas datas convencionadas.
- b) A apólice deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do CONTRATO principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

c) Será permitida a substituição da apólice na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no PARÁGRAFO NONO.

d) ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO: A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do CONTRATANTE, em conta específica XXXXX, com correção monetária.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO: Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO: Na modalidade de fiança bancária, a garantia deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO: A CONTRATADA autoriza a CONTRATANTE a reter e executar, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no Edital e neste CONTRATO.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO: A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do CONTRATO, mediante termo circunstanciado de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do CONTRATO, ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO: O emitente da garantia ofertada pela CONTRATADA deverá ser notificado pela CONTRATANTE quanto à instauração de processo administrativo para apuração de responsabilidade e aplicação de penalidades, mas o garantidor não é parte legítima para figurar no respectivo processo.

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO: A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto prevista especificamente no Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto, a critério exclusivo da CONTRATANTE, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do CONTRATO.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Na hipótese de haver acordo entre as partes, as supressões poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento).

PARÁGRAFO TERCEIRO: As alterações contratuais serão obrigatoriamente formalizadas mediante celebração de prévio termo aditivo ao presente instrumento, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês, conforme art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

PARÁGRAFO QUARTO: Registros que não caracterizam alteração do CONTRATO podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA SUBCONTRATAÇÃO

PARÁGRAFO PRIMEIRO: É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 30% (trinta por cento) do valor total do CONTRATO, nas seguintes condições:

PARÁGRAFO SEGUNDO: Poderão ser subcontratadas as seguintes parcelas do objeto: instalação, adaptação e implementação de equipamentos específicos, bem como a aplicação de sinalização visual e sonora.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da CONTRATADA pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a CONTRATANTE pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

PARÁGRAFO QUARTO: A subcontratação dos serviços de instalação, adaptação e implementação de equipamentos específicos, bem como a aplicação de sinalização visual e sonora já foi autorizada pela CONTRATANTE, à vista dos atestados de capacidade técnica apresentados e avaliados durante a licitação.

PARÁGRAFO QUINTO: É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se esta ou os seus dirigentes mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade CONTRATANTE ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do CONTRATO, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O CONTRATO somente se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes ou depois do prazo inicialmente estipulado para tanto.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará automaticamente prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração apostilar a readequação do cronograma físico-financeiro do CONTRATO.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Quando a não conclusão do CONTRATO no prazo inicialmente estipulado decorrer de culpa da CONTRATADA:

- a) ficará ela constituída em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do CONTRATO e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

PARÁGRAFO QUARTO: Constituem motivos para extinção do CONTRATO, independentemente do prazo ou das obrigações nele estipuladas, as situações descritas no art. 137 da Lei 14.133, de 2021.

PARÁGRAFO QUINTO: A extinção consensual e a extinção determinada por ato unilateral da CONTRATANTE serão precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

PARÁGRAFO SEXTO: Aplica-se à extinção do CONTRATO a disciplina dos arts. 138 e 139 da Lei nº 14.133, de 2021.

PARÁGRAFO SÉTIMO: O termo de extinção, sempre que possível, será instruído com os seguintes documentos:

- a) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- b) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- c) Indenizações e multas.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a CONTRATADA que:

- a) der causa à inexecução parcial do CONTRATO, deixando de cumprir as obrigações assumidas no presente instrumento;
- b) der causa à inexecução parcial do CONTRATO que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do CONTRATO;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do CONTRATO;
- f) praticar ato fraudulento na execução do CONTRATO;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

PARÁGRAFO SEGUNDO: Será aplicável a sanção de advertência quando a CONTRATADA descumprir deveres instrumentais ou der causa à inexecução parcial do contrato que não acarrete dano à Administração e que não justifique a imposição de penalidade mais grave, em especial pelo descumprimento das obrigações previstas nos itens VI, IX, X, XI, XIV, XVII e XVIII da CLÁUSULA NONA deste CONTRATO (“Das Obrigações da Contratada”).

PARÁGRAFO TERCEIRO: Será aplicada multa moratória em razão do atraso no cumprimento das obrigações previstas neste CONTRATO, em especial as elencadas nos incisos III e IV do CLÁUSULA NONA, no percentual de até 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia, a ser calculada sobre o valor da parcela inadimplida, a partir do dia subsequente ao prazo estipulado para adimplemento da obrigação, independentemente de notificação do contratado para constituição em mora.

PARÁGRAFO QUARTO: Após o 30º (trigésimo) dia de atraso injustificado, configura-se o descumprimento total da obrigação e a multa moratória se converterá em multa compensatória, a ser calculada no percentual de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor da parcela inadimplida, podendo dar ensejo à extinção do contrato e aplicação da penalidade de impedimento, se configurado grave dano à Administração.

PARÁGRAFO QUINTO: A penalidade de multa compensatória será aplicada nos casos de descumprimento das obrigações contratuais pela CONTRATADA, sempre que deles decorrer inexecução parcial do CONTRATO que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, bem como retardamento injustificado à execução ou entrega do objeto contratado, nos termos das alíneas “b” e “d”, respectivamente, do PARÁGRAFO PRIMEIRO, de acordo com as seguintes regras:

I. 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento) sobre o valor total do CONTRATO, observado o valor mínimo de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) e o máximo de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), a ser aplicada a quem sofreu a penalidade de advertência e reincidiu pelo(s) mesmo(s) motivo(s);

II. 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento), sobre o valor da garantia, no caso de descumprimento da obrigação prevista no inciso XIX da CLÁUSULA NONA.

III. 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor da entrega/remessa inadimplida, a ser aplicada quando a CONTRATADA descumprir a obrigação prevista no inciso I e II da CLÁUSULA NONA quando a situação não se enquadrar em obrigação contratual específica;

IV. 0,5% (cinco décimos por cento) a 2% (dois por cento), calculada sobre o valor da parcela/remessa, a ser aplicada quando a CONTRATADA descumprir a obrigação prevista no inciso V da CLÁUSULA NONA;

V. 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento), calculada sobre o valor da parcela, quando a CONTRATADA deixar de cumprir a obrigação prevista no inciso VII da CLÁUSULA NONA;

VI. 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento), calculada sobre o valor da parcela transferida, a ser aplicada quando a CONTRATADA descumprir a obrigação prevista no inciso VIII da CLÁUSULA NONA;

VII. 0,5% (cinco décimos por cento) a 2% (dois por cento), calculada sobre o valor do CONTRATO, a ser aplicada quando a CONTRATADA descumprir a obrigação prevista no inciso XV da CLÁUSULA NONA e não sanar a pendência no prazo estipulado;

VIII. 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento), calculada sobre o valor mensal/parcela do CONTRATO, a ser aplicada quando a CONTRATADA descumprir as obrigações previstas nos incisos XVI e XVII da CLÁUSULA NONA;

IX. 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento), calculada sobre o valor da primeira entrega/remessa, a ser aplicada quando a CONTRATADA descumprir a obrigação prevista no inciso XII da CLÁUSULA NONA;

PARÁGRAFO SEXTO: As sanções de multa previstas no PARÁGRAFO QUINTO poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de impedimento de licitar e contratar com a

Administração Direta e Indireta do Estado de Pernambuco, pelo prazo de 06 (seis) a 18 (dezoito) meses.

PARÁGRAFO SÉTIMO: Na hipótese de inexecução total do CONTRATO, prevista na alínea “c” do PARÁGRAFO PRIMEIRO, será aplicável a sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração Direta e Indireta do Estado de Pernambuco pelo prazo 18 (dezoito) a 36 (trinta e seis) meses, além de multa compensatória no percentual de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato.

PARÁGRAFO OITAVO: Quando do cometimento das infrações previstas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do PARÁGRAFO PRIMEIRO, ou quando praticadas as infrações descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” que justifiquem a imposição de penalidade mais grave, será aplicável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, pelo período de 03 (três) a 06 (seis) anos, além da multa compensatória de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato.

PARÁGRAFO NONO: A aplicação das sanções previstas neste CONTRATO não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à CONTRATANTE.

PARÁGRAFO DÉCIMO: O valor da multa aplicada e das indenizações cabíveis será objeto de compensação com os pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE à CONTRATADA, decorrentes do mesmo CONTRATO ou de outros contratos administrativos que a CONTRATADA possua com a CONTRATANTE.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO: Se o valor da multa for superior ao dos pagamentos devidos pelo CONTRATANTE, a diferença será descontada da garantia contratual prestada, se houver, ou será cobrada administrativamente na forma prevista na Lei Estadual nº 13.178, de 2006.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO: Não havendo o pagamento integral da multa em sede administrativa, o processo será encaminhado à Procuradoria Geral do Estado para inscrição em Dívida Ativa e cobrança.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO: A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto no Decreto Estadual.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO: Na fixação das penalidades, dentro das faixas de multa estabelecidas neste Edital, bem como dos prazos previstos para as demais sanções deverão ser observadas:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que o cometimento da infração ocasionar ao CONTRATANTE, ao funcionamento dos serviços públicos, aos seus usuários ou ao interesse coletivo;
- e) a vantagem auferida em virtude da infração;
- f) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle interno.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO: Em caso de prática da mesma infração ocorrida no prazo igual ou inferior a 12 (dozes) meses, contados da data de publicação da decisão definitiva da condenação anterior, as faixas de multa e os prazos previstos neste contrato poderão ser majorados em até 50% (cinquenta por cento), observados os limites máximos previstos em lei.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO: Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei Federal nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na Lei Estadual nº 16.309, de 2018.

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO: A personalidade jurídica da CONTRATADA poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste CONTRATO ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a CONTRATADA, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO: A CONTRATANTE deverá comunicar as sanções aplicadas à Secretaria de Administração, para fins de inclusão da CONTRATADA nos sistemas E-fisco e PE-Integrado, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal, observado o prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da decisão definitiva de aplicação da sanção.

CLÁUSULA OITAVA – CLÁUSULA ANTICORRUPÇÃO

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A CONTRATADA se compromete a observar os preceitos legais instituídos pelo ordenamento jurídico brasileiro no que tange ao combate à corrupção, em especial a Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, a Lei Federal nº 9.613/98 e a Lei Estadual nº 16.309/2018.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A CONTRATADA (i) declara, por si e por seus administradores, funcionários, representantes e outras pessoas que agem em seu nome, direta ou indiretamente, estar ciente dos dispositivos contidos na Lei Federal nº 12.846/2013 e Lei Estadual nº 16.309/2018; (ii) se obriga a tomar todas as providências para fazer com que seus administradores, funcionários e representantes tomem ciência quanto ao teor da mencionada Lei Federal nº 12.846/2013 e Lei Estadual nº 16.309/2018.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A CONTRATADA, no desempenho das atividades objeto deste CONTRATO, compromete-se perante a CONTRATANTE a abster-se de praticar ato(s) que possa(m) constituir violação à legislação aplicável ao presente instrumento pactual, incluindo aqueles descritos na Lei nº 12.846/2013, em especial no seu artigo 5º.

PARÁGRAFO QUARTO: Qualquer descumprimento das regras da Lei Anticorrupção e de suas regulamentações, por parte da CONTRATADA, em qualquer um dos seus aspectos, poderá ensejar:

I - Instauração do Processo Administrativo de Responsabilização – PAR, nos termos da Lei Estadual nº 16.309/2018 e do Decreto Estadual nº 46.967/2018, com aplicação das sanções administrativas porventura cabíveis;

II – Ajuizamento de ação com vistas à responsabilização na esfera judicial, nos termos dos artigos 18 e 19 da Lei nº 12.846/2013 e do artigo 39 da Lei Estadual nº 16.309/2018.

PARÁGRAFO QUINTO: Sem prejuízo da obrigação de cumprimento das disposições de seus respectivos código de ética e conduta, a CONTRATADA se obriga a, no exercício dos direitos e obrigações previstos neste contrato e no cumprimento de qualquer uma de suas disposições: (I) não dar, oferecer ou prometer qualquer bem de valor ou vantagem de qualquer natureza a agentes públicos ou a pessoas a eles relacionadas ou ainda quaisquer outras pessoas, empresas e/ou entidades privadas, com o objetivo de obter vantagem indevida, influenciar ato ou decisão ou direcionar negócios ilicitamente e (II) adotar as melhores práticas de monitoramento e verificação do cumprimento das leis anticorrupção, com o objetivo de prevenir atos de corrupção, fraude, práticas ilícitas ou lavagem de dinheiro por seus sócios, administradores, colaboradores e/ou terceiros por elas contratados.

PARÁGRAFO SEXTO: A CONTRATADA se obriga a notificar a CONTRATANTE, imediatamente, por escrito, a respeito de qualquer suspeita ou violação das legislações anticorrupção vigentes, bem como nos casos em que obtiver ciência de qualquer prática de suborno ou corrupção.

PARÁGRAFO SÉTIMO: A comprovada violação de qualquer das obrigações previstas nesta cláusula é causa para a extinção deste CONTRATO, sem prejuízo da cobrança das perdas e danos causados à parte inocente.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas estaduais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e nas normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA PUBLICAÇÃO

Nos termos do art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021, o presente instrumento contratual será publicado no Portal Nacional de Contratações Pública (PNCP) em até 20 (vinte) dias úteis contados da data de sua assinatura, bem como no Sistema PE Integrado como condição de sua eficácia.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA RESOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS E DO FORO

PARÁGRAFO PRIMEIRO: As controvérsias administrativas e litígios decorrentes deste CONTRATO deverão ser preferencialmente submetidos à composição da Câmara de Negociação, Conciliação e Mediação da Administração Pública Estadual, conforme art. 11 da Lei Complementar nº 417, de 09.12.2019.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Fica eleito o Foro da Comarca do Recife para dirimir os litígios decorrentes deste CONTRATO que não puderem ser compostos pela conciliação, obedecidos os termos do art. 92, §1º, da Lei 14.133, de 2021.

E, para firmeza e como prova de assim haverem entre si ajustado e contratado, foi lavrado o presente instrumento contratual, o qual depois de lido e achado conforme, foi assinado pelas partes contratantes.

Recife, XX de XXXXXXXXXX de XXXX.

SECRETARIA XXXX

CNPJ XXX

CONTRATANTE

REPRESENTANTE DA EMPRESA

CNPJ XXX

CONTRATADA

ANEXO I
TERMO DE CIÊNCIA DO GESTOR E DO FISCAL DO CONTRATO

INTRODUÇÃO

Referência: Art. 17, III, do Decreto Estadual nº 51.651/2021.

1. IDENTIFICAÇÃO

CONTRATO Nº: XXXX/AAAA

OBJETO: <objeto do contrato>

CONTRATADA: <nome da contratada>

CNPJ: xxxxxxxxxxxx

GESTOR DO CONTRATO OU FISCAL DO CONTRATO: <Nome do gestor do Contrato OU fiscal do Contrato>

MATRÍCULA: xxxxxxxxxxxx

2. CIÊNCIA

EU, _____, matrícula _____, ocupante do cargo _____, pelo presente termo, DECLARO QUE:

Estou ciente da minha designação para atuar como gestor/fiscal (indicar conforme o caso) do CONTRATO nº XXX;

Comprometo-me a cumprir as atribuições declinadas na Cláusula XXX do CONTRATO nº XXX;

Estou ciente de que minha substituição poderá ser realizada pela autoridade competente, por razões de conveniência ou interesse público, mediante apostilamento ao CONTRATO.

Recife, XX de XXXXXXXXXX de XXXX.

ASSINATURA DO FISCAL/GESTOR

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 5268.2025.AC 30.PE.90945.SAD.BOMBEIROS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90945.2025

SEI Nº 3900000160.000044/2025-53

ANEXO V
MODELO DE FOLHA DE ROSTO

FOLHA DE ROSTO

O Estado de Pernambuco, por intermédio da XXXXXXXXXXXXX, torna público, para conhecimento dos interessados, a abertura da licitação, a ser realizada por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação – *Internet*, no local e horário a seguir:

INFORMAÇÕES GERAIS

ABERTURA DAS PROPOSTAS ATÉ: XX minutos antes do horário previsto para o início da sessão de disputa de preços

SISTEMA ELETRÔNICO UTILIZADO: COMPRAS.GOV.BR

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.gov.br/compras

DADOS PARA CONTATO

PREGOEIRO:

FONE:

E-MAIL:

E-MAIL ALTERNATIVO:

ENDEREÇO:

Os períodos para recebimento de propostas e para início da sessão de disputa de preços estarão indicados no aviso de abertura do certame.

OBSERVAÇÃO 1: Para todas as referências de tempo será obrigatoriamente adotado o horário de Brasília – DF.

OBSERVAÇÃO 2: Na hipótese de não haver expediente na data fixada, ficará a sessão adiada para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo site e hora, salvo as disposições em contrário.



Documento assinado eletronicamente por **SOLANGE MARIA DE ALBUQUERQUE RAMOS NAZARE**, Pregoeira e matrícula **4593057**, em 11/05/2026, às 15:22.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.peintegrado.pe.gov.br/Validacao.aspx>, informando o código de validação **10a40ffc-548d-4176-bb92-cd62cd1c8f1e**
